

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A ATIVIDADE DE EXTENSÃO NA UFRGS
- ÊXITOS, FALHAS E PERSPECTIVAS

Profa. Ana Maria Dalla Zen

Dissertação apresentada aos Cursos de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Educação, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, área de Planejamento Educacional.

Porto Alegre - 1980

FICHA CATALOGRÁFICA

Z54a Zen, Ana Maria Dalla

A atividade de extensão na UFRGS: êxitos,
falhas e perspectivas. Porto Alegre, 1980.

p.215

Tese(mestrado-educação) - UFRGS.

CDU 378.147.86

378.4(UFRGS):378.147.86

378.147.86:378.4(UFRGS)

Índices alfabéticos para catálogo sistemático:

Atividades de extensão: Ensino superior

378.147.86

Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Atividades
de extensão 378.4(UFRGS):378.147.86

Atividades de extensão: Universidade Federal do Rio
Grande do Sul 378.147.86:378.4(UFRGS)

Elaborada por: Rejane Raffo Klaes CRB-10/586

ORIENTADOR

Dr. RICHARD GEORGE WRIGHT, Ed.D.

Teacher College, Columbia University.
Ensino Superior e Educação de Adul-
tos, N.Y., USA.

M.S. State University of New York at
Albany. Orientação para o Ensino Su-
perior, Albany, N.Y., USA.

Professor visitante dos Cursos de
Pós-graduação em Educação, Universidad
de Federal do Rio Grande do Sul.

AGRADECIMENTOS

A colaboração, compreensão e incentivos de inúmeras pessoas foram decisivas para que se conseguisse chegar ao término deste trabalho. Entre outros, agradeço particularmente:

- . à orientação do Prof. DR. RICHARD WRIGHT, professor visitante dos Cursos de Pós-graduação em Educação, UFRGS;
- . às sugestões e apoio do Prof. DR. ROBERTO DA COSTA FACHIN, Coordenador do Curso de Pós-graduação em Administração, UFRGS;
- . aos pareceres e opiniões do Prof. DR. PAULO SCHÜTZ, professor dos Cursos de Pós-graduação em Educação, UFRGS;
- . ao embasamento teórico oferecido pelo corpo docente dos Cursos de Pós-graduação em Educação, UFRGS;
- . à colaboração na análise dos dados prestada pelo PROF. RAFAEL VOLCATO, analista do Centro de Processamento de Dados, UFRGS;
- . ao exemplo do prof. DR. WALTER OTTO CYBIS, professor do Curso de Pós-graduação em Engenharia Civil, UFRGS;
- . ao carinho e estímulo da PROFA. IDA CHITTO STUMPF, Departamento de Biblioteconomia, UFRGS;
- . ao constante apoio das COMISSÕES DE EXTENSÃO, em especial na figura dos PROFS. LENE GAELZER e ENIO FINESCHI CÂNDIA, Comissão de Extensão da Área de Ciências Biológicas, UFRGS;
- . aos Diretores de Unidades, Chefes de Departamentos, Professores da UFRGS, em cuja experiência estão baseadas as conclusões do trabalho;
- . aos participantes dos cursos de extensão, alunos e profissionais, que responderam ao questionário;
- . aos colegas da PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, em especial à paciência de FLÁVIO BASTOS ORDESTE e apoio de MARIA ALICE WEBER.

À minha mãe, pelo incentivo
de seu amor.

RESUMO

Este trabalho foi feito com o objetivo de avaliar o sistema de extensão universitária implantado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em termos de eficiência e eficácia, a partir de indicadores referentes a: institucionalização, motivação dos professores, alunos e profissionais, eficiência do processo de execução, integração da universidade à comunidade e qualidade dos programas.

A análise foi feita utilizando-se como esquema conceitual o modelo CIPP (avaliação de contexto, insumos, processo e produto), proposto por STUFFLEBEAM (1972) e de acordo com o paradigma de MARQUES (1973), a partir da percepção dos grupos envolvidos pela ação da universidade, categorizados em: diretores, chefes de departamento, representantes das unidades junto às comissões de extensão, professores que atuaram em extensão, alunos e profissionais que participaram dos projetos realizados no período 1976 a 1979.

As conclusões a que se chegou indicam que a institucionalização ainda não está satisfatoriamente estabelecida, que existe grande parcela dos grupos motivados para a extensão, que os projetos vem sendo realizados de forma eficiente e com resultados considerados importantes e de acordo com as expectativas dos participantes. Os dados revelaram também que a UFRGS ainda não está integrada à comunidade no nível esperado pelos respondentes e de acordo com a potencialidade de recursos que poderia dispor para execução de projetos de extensão.

As falhas mais marcantes referem-se a inexistência de uma política e normas claras que disciplinem a atividade de extensão e a um sistema de comunicação ineficaz entre os órgãos centrais de extensão e os grupos envolvidos, com conseqüentes falhas na integração da universidade à comunidade, função que apresentou os menores escores de resposta, e com o princípio da departamentalização ainda superficialmente seguido.

Os aspectos que indicam êxito situam-se na motivação dos grupos, em consideráveis proporções, na qualidade dos programas e na eficiência de execução dos projetos.

As perspectivas referem-se à crescente motivação dos grupos, à grande importância que atribuem à extensão e à igualdade já estabelecida formalmente pela UFRGS entre o ensino, a pesquisa e a extensão como atividades docentes, aspectos esses em que deverá basear a administração da universidade para ampliar o alcance dos objetivos propostos para a extensão universitária.

Assim, embora a atividade de extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul ainda apresente falhas relacionadas à sua implantação, já conta a seu favor com aspectos que lhe são altamente positivos em termos de perspectivas para uma ação futura.

ABSTRACT

The objective of this research was to evaluate the university extension program established at the Federal University of Rio Grande do Sul in terms of efficiency and effectiveness and used the following indicators: institutionalization, motivation of the faculty, students and professionals, efficiency of the administrative process, integration of the university in the community, and the quality of the programs.

The analysis was based upon a conceptual framework CIPP (evaluation of the context, input, process and product), proposed by STUFFLEBEAM (1972) and in accordance with MARQUES (1973), and took into consideration the groups involved in university participation ; Deans, Department Heads, Representatives of the Schools at the Extension Comissions, and Professors, Students and Professionals who were active in extension activities between 1976 and 1979.

The conclusions reached indicate that the institutionalization of extension activities are not satisfactorially established, that there are a great number of groups motivated towards extension programs; the past projects were held in an efficient form and their results were positive. The data also revealed that UFRGS is not integrated into the community based upon the expectations of the respondents and in accord with the potential resources that could be available for the execution of the extension projects.

The most notable weaknesses referred to were the inexistence of clear policies and norms that regulate extension activities and an inefficient system of communication between the central organs and the groups involved which consequently results in weaknesses in the integration of the university into the community which was the most noted in the responses along with superficial departmentalization which was the second strongest weakness.

The successes noted related to the motivation of groups, the quality of programs and efficiency of the execution of the projects.

The perspectives referred to the increasing motivation of groups to extension programs, the great importance attributed to the extension and the equal treatment given teaching, research and extension by the university and the faculty. This equal treatment is essential by the university administration in order to fulfill the proposed university extension objectives.

Thus, even though the extension activities of UFRGS presents some weaknesses in regards to its formation, there also exists highly positive aspects in terms of perspectives for future action.

S U M Á R I O

- Introdução / 1
1. Contexto e delimitação da pesquisa / 3
 - 1.1. Definição do problema / 3
 - 1.2. Indagações da pesquisa / 4
 - 1.3. Operacionalização dos termos / 5

 2. Institucionalização da extensão universitária :
aspectos teóricos e problemas de implantação / 12
 - 2.1. Origem e evolução histórica / 12
 - 2.2. Extensão como função do ensino superior / 13
 - 2.3. A extensão na política educacional do
Brasil / 16
 - 2.4. Conceito, objetivos e funções da extensão
universitária / 19
 - 2.5. A situação real da extensão nas universi-
dades brasileiras / 24
 - 2.5.1. Entraves administrativos à implantação
da extensão e alternativas de solução / 26
 - 2.5.2. Resistências oferecidas pelos grupos e
estratégias para motivar professores e
alunos / 28

....

3. Avaliação de sistemas educacionais : pressupostos teóricos e modelo conceitual / 32
 - 3.1. A educação dentro de um enfoque sistêmico; as noções de eficiência e eficácia / 32
 - 3.2. Quadro de referência conceitual : o modelo CIPP de avaliação de sistemas educacionais /35

4. Metodologia / 42
 - 4.1. Caracterização da pesquisa / 42
 - 4.2. População e amostra / 42
 - 4.3. Instrumentos de coleta de dados /44
 - 4.3.1. Descrição dos instrumentos / 44
 - 4.3.2. Elaboração e testagem / 46
 - 4.3.3. Tratamento estatístico / 49
 - 4.4. Limitações do estudo / 50

5. Análise e discussão dos resultados / 51
 - 5.1. Institucionalização da extensão na UFRGS /51
 - 5.1.1. Opinião dos professores e alunos sobre a clareza e precisão das normas / 56
 - 5.1.2. Delimitação das funções e atribuições da Pró-Reitoria e Comissões de Extensão / 57
 - 5.1.3. Clareza e operacionalidade do conceito e objetivos da extensão para professores e alunos / 58
 - 5.1.4. Incentivos funcionais para docentes que atuam em ensino, pesquisa ou extensão / 60
 - 5.1.5. Importância atribuída pelos professores e alunos à extensão ao lado do ensino e da pesquisa / 62
 - 5.1.6. Sistematização e planificação das atividades de extensão na UFRGS / 64
 - 5.1.7. Controle, acompanhamento e avaliação dos projetos realizados / 65
 - 5.1.8. Possibilidade de inclusão das atividades de extensão no plano de trabalho do docente / 66
 - 5.1.9. Grau de departamentalização da extensão / 67
 - 5.1.10 Divulgação das potencialidades extensionistas junto à comunidade / 69

....

- 5.2. Motivação de professores, alunos e profissionais para a atividade de extensão na UFRGS / 71
- 5.2.1. Importância atribuída pelos professores aos incentivos à participação docente em extensão / 73
- 5.2.2. Possibilidade de proposição de atividades a qualquer interessado / 74
- 5.2.3. Correspondência entre os resultados e as expectativas de professores, alunos e profissionais / 75
- 5.2.4. Valorização acadêmica e profissional da atuação em extensão / 76
- 5.2.5. Possibilidade de aplicação de conhecimentos junto à comunidade através da extensão / 77
- 5.2.6. Relação entre o grau de exigências das atividades e o interesse dos participantes / 78
- 5.2.7. Relação entre as atividades realizadas e o tempo planejado para sua execução / 79
- 5.2.8. Adequação dos sistemas de acompanhamento e avaliação aos objetivos propostos / 80
- 5.2.9. Principais fatores de estímulo à participação discente e profissional em extensão / 81
- 5.2.10 Estímulos para incentivar maior participação docente em atividades de extensão / 84
- 5.2.11 Expectativas gerais dos participantes com as possibilidades de extensão para o futuro / 88
- 5.3. Eficiência dos projetos de extensão realizados pela UFRGS / 88
- 5.3.1. Relação aluno-professor como fator de eficiência dos projetos de extensão / 91
- 5.3.2. Qualidade e atualidade dos recursos bibliográficos utilizados nas atividades de extensão / 91
- 5.3.3. Qualidade do material gráfico distribuído, na forma de polígrafos, certificados, etc. / 93
- 5.3.4. Rapidez e eficiência do apoio administrativo / 93
- 5.3.5. Condições do espaço físico / 94

- 5.3.6. Adequação e qualidade dos recursos multi-mídia/ 95
- 5.3.7. Condições dos equipamentos , laboratórios e instalações / 95
- 5.3.8. Pertinência das tarefas e atividades práticas / 96
- 5.3.9. Acessibilidade das taxas de inscrição / 97
- 5.3.10 Rapidez e eficiência da infraestrutura de apoio / 98
- 5.4. Integração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul à Comunidade / 99
 - 5.4.1. Correspondência entre as atividades realizadas e os interesses e expectativas da comunidade / 102
 - 5.4.2. Realização de programas de educação continuada para profissionais / 102
 - 5.4.3. Aplicação e transmissão de conhecimentos a clientelas de diferentes níveis de escolaridade / 103
 - 5.4.4. Utilização de recursos ociosos da UFRGS em benefício da demanda social de educação / 106
 - 5.4.5. Assinatura de convênios para realização de atividades de extensão voltadas à formação profissional a nível de 1º e 2º graus / 107
 - 5.4.6. Oferecimento de estágios em atividades de integração social / 108
 - 5.4.7. Intercâmbio com outras instituições para prestação de serviços em programas de desenvolvimento nacional e regional / 109
 - 5.4.8. Análise da difusão artístico-cultural /110
 - 5.4.9. Criação de novas linhas de extensão de acordo com os interesses da comunidade / 111
 - 5.4.10. Utilização da extensão como mecanismo de realimentação do ensino e da pesquisa / 112
- 5.5. Qualidade dos programas de extensão realizados pela UFRGS / 113
 - 5.5.1. Pertinência das funções e estratégias com os objetivos propostos / 115
 - 5.5.2. Relação entre as estratégias selecionadas e os meios disponíveis para executá-las / 115
 - 5.5.3. Relação entre os planos apresentados e os programas efetivamente realizados / 116

- 5.5.4. Correspondência entre o tempo previsto e o tempo necessário para implementação dos projetos / 117
- 5.5.5. Relação entre a estruturação das atividades e a disponibilidade e interesse dos participantes /117
- 5.5.6. Logicidade e coerência do esquema conceitual com a seqüência programática das atividades / 118
- 5.5.7. Oportunidade de diálogo e participação crítica entre alunos e professores /118
- 5.5.8. Correspondência entre os resultados obtidos e as expectativas individuais dos participantes / 119
- 5.5.9. Pertinência e atualidade da forma de abordagem dos temas tratados / 120
- 5.5.10 Utilidade das atividades para a vida acadêmica e profissional dos participantes /120
- 5.6. Comparação entre as respostas por categoria docente / 121
- 5.7. Comparação entre a percepção dos docentes e participantes sobre os aspectos analisados / 127

- 6. Considerações finais e recomendações / 129

- 7. Referências bibliográficas / 150

ANEXOS

Anexo I - Questionário para os professores

Anexo II - Questionário para os alunos

Anexo III - Questionário para os profissionais

Anexo IV - Ficha de observação da Instituição

INDICE DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

- FIG. I - Funções do Ensino Superior / 14
- FIG. II - Modelo CIPP de Avaliação de Sistemas Educacionais / 37
- FIG. III - Relação entre o Modelo CIPP e o Conceito de Avaliação segundo o Modelo CIPP / 39
- FIG. IV - Quadro de Referências da Avaliação segundo o Modelo CIPP / 40
- FIG. V - Quadro de Referência para Planejamento da Avaliação da Atividade Extensionista na UFRGS, pelo Modelo CIPP / 41

TABELAS

- TAB. 1 - Distribuição da Amostragem por Categoria / 43
- TAB. 2 - Equivalência dos Escores / 44
- TAB. 3 - Distribuição das Características entre os Instrumentos de Pesquisa por Categoria de Respondentes / 45
- TAB. 4 - Cálculo de Fidedignidade / 48
- TAB. 5 - Critérios de Avaliação das Respostas a partir das Médias (\bar{X}) / 49
- TAB. 6 - Percepção dos Professores, Alunos e Profissionais quanto ao Grau de Institucionalização da Extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul / 55
- TAB. 7 - Percepção dos Professores e Alunos sobre a Clareza e Precisão das Normas de Extensão na UFRGS / 57

- TAB. 8 - Percepção dos Respondentes sobre a Clareza das Funções e Atribuições da Pró-Reitoria e Comissões de Extensão / 58
- TAB. 9 - Clareza e Operacionalidade do Conceito e Objetivos da Extensão Universitária / 60
- TAB. 10 - Igualdade de Critérios para Remuneração e Incentivos Funcionais para Docentes que atuem em Ensino, Pesquisa e Extensão / 62
- TAB. 11 - Importância Atribuída pelos Professores e Alunos à Extensão ao Lado do Ensino e da Pesquisa / 63
- TAB. 12 - Sistematização e Planificação das Atividades de Extensão na UFRGS / 65
- TAB. 13 - Controle, Acompanhamento e Avaliação dos Projetos Executados / 65
- TAB. 14 - Possibilidade de Inclusão das Atividades de Extensão no Plano de Trabalho Docente / 66
- TAB. 15 - Percepção dos Respondentes sobre o Grau de Departamentação da Extensão na UFRGS / 68
- TAB. 16 - Importância Atribuída pelos Professores à Participação Departamental na Atividade de Extensão / 69
- TAB. 17 - Eficiência da Divulgação das Atividades de Extensão Junto à Comunidade / 70
- TAB. 18 - Eficácia dos Meios de Comunicação Utilizados para Divulgação das Atividades de Extensão / 70
- TAB. 19 - Fatores de Estímulo para a Participação Docente, Discente e Profissional em Atividades de Extensão na UFRGS / 72
- TAB. 20 - Importância Atribuída pelos Respondentes aos Incentivos Oferecidos pela UFRGS à Atuação Docente em Extensão / 73
- TAB. 21 - Importância Atribuída pelos Respondentes à Abertura de Proposição de Atividades de Extensão a Qualquer Interessado / 74
- TAB. 22 - Origem da Iniciativa da Realização de Atividades de Extensão na UFRGS - 1975-1979 / 75
- TAB. 23 - Correspondência entre os Resultados da Extensão na UFRGS e as Expectativas dos Professores, Alunos e Profissionais / 76
- TAB. 24 - Valorização Acadêmica e Profissional da Participação em Atividades de Extensão / 77

- TAB. 25 - Possibilidade de Aplicação de Conhecimentos Junto à Comunidade Através da Extensão / 78
- TAB. 26 - Relação entre as Exigências de Atividades e o Interesse dos Participantes / 79
- TAB. 27 - Percepção dos Respondentes sobre a Relação entre as Atividades Realizadas e o Tempo Planejado para sua Execução / 80
- TAB. 28 - Adequação dos Sistemas de Acompanhamento e Avaliação aos Objetivos Propostos / 81
- TAB. 29 - Principais Fatores de Estímulo à Participação em Atividades de Extensão / 83
- TAB. 30 - Atuação Docente em Extensão no Período 1976-1979 / 84
- TAB. 31 - Distribuição da Capacidade Docente em Atividades na Área de Ensino de Graduação, Pós-Graduação e Extensão no Período 1976-1979 / 85
- TAB. 32 - Crescimento da Atividade Docente em Extensão e Pesquisa na UFRGS no Período 1976-1979 em Relação à Capacidade Docente Efetiva / 86
- TAB. 33 - Incentivos para Aumentar a Participação Docente em Atividades de Extensão na UFRGS / 87
- TAB. 34 - Expectativas Gerais dos Participantes quanto às Possibilidades da Extensão para o Futuro / 88
- TAB. 35 - Percepção dos Respondentes Acerca do Grau de Eficiência dos Programas de Extensão realizados pela UFRGS / 90
- TAB. 36 - Relação entre o Número de Professores e Alunos nas Atividades de Extensão / 91
- TAB. 37 - Qualidade e Atualidade dos Recursos Bibliográficos Utilizados / 92
- TAB. 38 - Qualidade do Material Gráfico Distribuído (Polígrafos, Certificados) / 93
- TAB. 39 - Rapidez e Eficiência do Apoio Administrativo / 94
- TAB. 40 - Condições do Espaço Físico dos Locais onde se Realizam as Atividades / 94
- TAB. 41 - Adequação e Qualidade dos Recursos Multi-Mídia Utilizados / 95
- TAB. 42 - Condições e Adequação de Equipamentos, Laboratórios e Instalações / 96

- TAB. 43 - Pertinência das Tarefas e Atividades Práticas / 96
- TAB. 44 - Acessibilidade das Taxas de Inscrição / 98
- TAB. 45 - Rapidez e Eficiência na Solução de Problemas Imprevistos / 98
- TAB. 46 - Número de Professores, Participantes e Horas/aula das Atividades de Extensão Realizadas pela UFRGS / 100
- TAB. 47 - Percepção dos Respondentes Acerca do Grau de Integração da UFRGS à Comunidade / 101
- TAB. 48 - Correspondência entre as Atividades Realizadas e os Interesses e Expectativas da Comunidade / 102
- TAB. 49 - Oferecimento de Programas de Educação Continuada para Profissionais da Comunidade / 103
- TAB. 50 - Origem da Clientela das Atividades de Extensão da UFRGS - 1976-1979 por Pré-Requisito de Escolaridade Exigida / 105
- TAB. 51 - Aplicação e Transmissão de Conhecimentos e Clientelas de Diferentes Níveis de Escolaridade / 106
- TAB. 52 - Utilização dos Recursos Ociosos da Universidade em Benefício da Demanda Social de Educação / 107
- TAB. 53 - Assinatura de Convênios para Realização de Planos de Formação Profissional de 1º e 2º Graus / 108
- TAB. 54 - Oferecimento de Estágio Profissional para os Alunos em Atividades de Integração Social / 109
- TAB. 55 - Intercâmbio com outras Instituições para Prestação de Serviços em Programas de Desenvolvimento Nacional e Regional / 110
- TAB. 56 - Realização Sistemática de Programas de Divulgação Artístico-Cultural / 111
- TAB. 57 - Criação de Novas Linhas de Extensão de Acordo com os Interesses da Comunidade / 112
- TAB. 58 - A Extensão como Mecanismo de Realimentação do Ensino e da Pesquisa / 112
- TAB. 59 - Percepção dos Respondentes Acerca da Qualidade dos Programas de Extensão Realizados pela UFRGS / 114
- TAB. 60 - Pertinência das Funções e Estratégias Seleccionadas em Relação aos Objectivos Propostos / 115
- TAB. 61 - Relação entre as Estratégias Seleccionadas e os Meios Disponíveis para Executá-las / 116

- TAB. 62 - Relação entre os Planos Apresentados e os Programas Efetivamente Realizados / 116
- TAB. 63 - Correspondência entre o Tempo Previsto e o Necessário para Implementação dos Planos / 117
- TAB. 64 - Relação entre a Estruturação das Atividades com a Disponibilidade e Interesse dos Participantes / 118
- TAB. 65 - Logicidade e Coerência do Esquema Conceitual com a Sequência Programática das Atividades / 118
- TAB. 66 - Oportunidade de Diálogo e Participação Crítica entre Alunos e Professores / 119
- TAB. 67 - Correspondência entre os Resultados Obtidos e as Expectativas Individuais dos Participantes / 119
- TAB. 68 - Pertinência e Atualidade da Forma de Abordagem dos Temas Tratados / 120
- TAB. 69 - Utilidade Prática das Atividades Realizadas para a Vida Profissional dos Participantes / 121
- TAB. 70 - Comparação entre as médias de respostas dos professores de acordo com a categoria docente / 126
- TAB. 71 - Comparação entre a percepção dos docentes e participantes sobre a atividade de extensão na UFRGS / 128

INTRODUÇÃO

As grandes modificações que caracterizam a atualidade geraram profundas crises nas concepções e modos de vida da maioria dos povos. Padrões e valores até há pouco mantidos intactos, são hoje questionados, numa constante busca de identidade e afirmação.

Dentro dessa perspectiva, a universidade também foi passível de mudanças, tendo deixado de representar um centro elitista de irradiação do conhecimento, para assumir uma posição dinâmica dentro da sociedade, exercendo e sofrendo influências diretas do meio em que está inserida. Para exercer este novo papel, LAFOURCADE (1974) afirma que é necessário que os estabelecimentos de ensino superior façam uma profunda autocrítica e reconsideração de suas próprias funções, escolhendo meios mais eficientes para assegurarem suas posições dentro do contexto social em que atuam de forma mais positiva.

RIBEIRO (1973) assinalou que a renovação que a sociedade exige é algo mais do que uma simples atualização ou modernização. Representa um esforço para fazer com que as universidades adquiram a condição de ativas protagonistas do processo de desenvolvimento social, político, econômico e cultural do País. Para esse novo compromisso, agudas transformações devem ser feitas, tanto no ensino quanto na pesquisa e prestação de serviços, que se voltarão sempre para a satisfação das necessidades prioritárias e programas de recuperação cultural do País.

O que se pode concluir é que uma das características que

deve marcar a imagem da universidade hoje é o seu dinamismo como aceleradora do processo de desenvolvimento, levando à coletividade a sua presença de matriz de tecnologia, gerando bem estar e tranquilidade social. É importante, nesse processo, que se evite a dispersão de recursos, mediante um constante acompanhamento, assegurando-se a qualidade do produto de sua ação.

No Brasil, para adequar o ensino superior a essa nova concepção, foi implantada reforma que reorientou e redefiniu o ensino universitário, consubstanciada na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (FERNANDES, 1973). A partir daí, o tripé ensino, pesquisa e extensão passou a identificar o conjunto de atividades-fim da universidade.

A inovação criada pela reforma universitária foi a extensão; a partir da citada lei, passou a constituir uma nova função do ensino superior, lado a lado com o ensino e pesquisa. Antes disso, segundo DONATO (1971), a extensão era considerada como atividade complementar ao ensino, organizada de forma ocasional e assistemática.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em cumprimento à Lei, instituiu o "Programa de Extensão Universitária", em 1971, sob controle e coordenação do Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa (COCEP), através da criação de quatro Comissões de Extensão, uma para cada área de conhecimento da universidade, integrando representantes docentes e discentes de todas as unidades, com mandato de quatro anos (UFRGS, 1971). Desde então, tem sido realizadas atividades de extensão sob as mais variadas formas, cujos resultados são registrados apenas quantitativamente, inexistindo até o momento dados concretos que confirmem a eficácia e eficiência dos projetos executados, o que motivou a execução deste trabalho.

1. CONTEXTO E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

1.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Para SOUZA (1976), o ensino superior é considerado um sistema no qual a extensão deve ser organizada como um sub-sistema; nessa concepção, é imprescindível que se analise qualitativamente os resultados obtidos, apontando os pontos positivos e evidenciando as possíveis falhas. A mesma observação foi manifestada em diversas ocasiões pelos organismos encarregados da política nacional de educação, em especial o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Este último, interessado em acompanhar as atividades em realização nas várias universidades do País, sugeriu que cada estabelecimento avaliasse as atividades de extensão que isoladamente organiza para, depois elaborar-se uma análise em escala nacional (CRUB, 1976). Nesse sentido, apontou os seguintes pontos a serem enfocados:

. Importância da extensão face ao ensino e à pesquisa; relação ensino, pesquisa e extensão.

. Conceito e objetivos de extensão universitária; relação entre as atividades de extensão e as expectativas sociais.

. Quantidade e qualidade dos recursos disponíveis para atividade extensionista.

. Motivação e incentivo de alunos e professores para a ex

tensão.

. Sistematização e relacionamento departamental da extensão.

Este trabalho orientou-se no objetivo de avaliar os aspectos contidos nos itens citados, pressupostos como relevantes, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assim a análise dos dados coletados dirigiu-se para obtenção de respostas à seguinte pergunta:

. No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a atividade de extensão está perfeitamente institucionalizada, tem motivado alunos, professores e profissionais e vem sendo realizada de forma eficiente, contribuindo para a integração da Universidade à Comunidade pela qualidade de seus programas?

1.2. INDAGAÇÕES DA PESQUISA

Sem estabelecimento de hipóteses, este trabalho orientou-se no sentido de coletar e analisar dados referentes às seguintes indagações:

. A extensão está efetivamente institucionalizada no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul?

. Os professores e alunos da UFRGS sentem-se motivados para a atividade extensionista?

. As condições administrativas necessárias para a execução dos projetos são eficientes e têm colaborado para melhorar a qualidade das atividades?

. Através da extensão a Universidade Federal do Rio Grande do Sul integrou-se à comunidade em que atua?

. Os alunos e profissionais que participaram das atividades demonstraram estarem satisfeitos com a qualidade dos programas?

. Existe diferença entre a opinião dos professores de acordo com a categoria docente a que pertencem?

. Existe diferença entre a percepção dos professores e participantes de atividades de extensão?

1.3. OPERACIONALIZAÇÃO DOS TERMOS

Nesta pesquisa, os termos utilizados na definição dos indicadores tem o seguinte significado:

1.3.1. Institucionalização

O termo institucionalização é considerado, neste trabalho, como o conjunto de medidas que estabeleceram formalmente a extensão como atividade regular e sistemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O grau de institucionalização da extensão será verificado através das seguintes características:

. Disponibilidade de normas claras e precisas que regulem o conceito, objetivos, funções e filosofia da atividade de extensão na UFRGS.

. Existência de setores e órgãos específicos para controle da atividade extensionista, com funções e atribuições delimitadas.

. Reconhecimento dos alunos e professores ao conceito e objetivos da extensão universitária.

. Igualdade e correspondência de critérios para remuneração, incentivos funcionais, títulos a professores que atuem em extensão, ensino ou pesquisa.

. Importância atribuída pelos professores e alunos à extensão ao lado do ensino e da pesquisa.

. Sistematização e planificação da realização de atividades de extensão.

. Controle pelos órgãos competentes de todas as formas e meios de realização de atividades de extensão no âmbito da UFRGS.

. Inclusão da atividade docente dentro do regime de trabalho dos professores.

. Participação constante e efetiva dos departamentos na realização de atividades de extensão.

. Divulgação junto à comunidade do potencial da área extensionista da UFRGS.

1.3.2. Motivação

De acordo com vários autores consultados (LAFOURCADE, 1974, CARDOSO, 1976, SOUZA, 1977, CRUB, 1977) uma das variáveis mais decisivas que interferem na implantação de sistemas educacionais é a motivação dos professores e alunos para a inovação. Assim, neste trabalho delimitou-se um conjunto de fatores que podem estar ou não motivando os alunos, profissionais e professores à atividade extensionista a, saber:

. estímulo à participação docente em atividades de extensão através de adequados incentivos (materiais, compensação financeira, promoção funcional, disponibilidade de recursos financeiros, carga horária, apoio administrativo) e discente (certificados e outros fatores que motivam os alunos a participarem em atividades de extensão);

. possibilidade de iniciativa de realização de atividades de extensão a partir de solicitações de alunos, professores e comunidade em geral;

. correspondência entre os objetivos propostos para realização de atividades de extensão, resultados obtidos e expectativas dos professores e alunos;

. valorização acadêmica e profissional pela participação em atividades de extensão (créditos, certificados, títulos, vantagens, prestígio);

. possibilidade de aplicação de conhecimentos diretamente em setores da comunidade;

. relação entre as exigências dos programas com a capacidade e disponibilidade dos participantes;

. identificação de fatores que levam alunos e professores a participarem de atividades de extensão;

. utilização eficiente e racional do tempo disponível para realização dos programas;

. racionalidade dos sistemas de acompanhamento e avaliação com os objetivos propostos para as atividades;

. correspondência entre os resultados verificados nas ati

vidades realizadas com as expectativas iniciais dos participantes.

1.3.3. Eficiência

Neste trabalho, considerou-se eficiência como o conjunto de fatores que, no processo de realização das atividades, interfere nos resultados, incluindo produtividade, rapidez de execução, recursos humanos, custos, rendimento. A análise da eficiência foi feita para verificar se os objetivos do programa de extensão foram alcançados e se a execução está se desenvolvendo conforme o desejado (GOLDBERG, 1973). Foram estabelecidos como indicadores da eficiência do programa de extensão na UFRGS:

- . relação entre o número de professores e o número de alunos que participaram das atividades;
- . qualidade e atualidade dos recursos bibliográficos utilizados;
- . rapidez e eficiência do setor administrativo no que se refere a datilografia, divulgação, entrega de documentos;
- . quantidade e variedade do material distribuído para os participantes na forma de polígrafos, certificados e outros;
- . adequação do tamanho, iluminação, sonorização do espaço físico dos locais em que se realizaram as atividades;
- . quantidade, variedade e qualidade dos recursos audio-visuais utilizados;
- . quantidade, variedade e pertinência dos equipamentos, instalações e laboratórios;
- . qualidade, variedade e pertinência das tarefas e atividades práticas realizadas pelos participantes de atividades de extensão;
- . acessibilidade do valor das taxas de inscrição e sua proporcionalidade com as despesas da atividade;
- . grau de burocratização na tramitação dos planos e relatórios.

1.3.4. Integração UFRGS/Comunidade

Outro aspecto referente à análise dos resultados é indicado pela eficácia dos programas, ou seja, relaciona-se com a utilização, pela sociedade, do produto final do processo educacional, definindo a adequação do programa às exigências da sociedade (GOLDBERG, 1973). Considerando-se a extensão como a forma pela qual a universidade estende sua ação à sociedade e delimitando-se como comunidade os seus próprios corpos docente e discente, de um lado, e coletividade em geral, de outro, estabeleceu-se as seguintes características como indicadoras do grau de integração da UFRGS à comunidade:

- . realização de atividades a partir de solicitações e em correspondência com expectativas de diferentes setores da comunidade;

- . organização de programas de educação continuada de profissionais a fim de reforçar-lhes a atuação junto aos seus setores de trabalho;

- . aplicação e transmissão de conhecimentos a clientela de diferentes graus de escolarização;

- . utilização do espaço, tempo e recursos humanos ociosos dos departamentos e unidades em benefício da demanda social de educação;

- . assinatura de convênios ou contratos de longa duração com objetivos específicos de formação profissional de nível médio;

- . oportunidades de estágio profissional para alunos em atividades de integração social;

- . intercâmbio com instituições congêneres para prestação de serviços de extensão e realização de programas de desenvolvimento regional;

- . organização e oferecimento de programas sistemáticos de divulgação artístico-cultural;

- . criação de novas linhas de ação extensionista, de acordo com os interesses da universidade e necessidades da comunidade;

. retroalimentação dos sistemas de ensino e pesquisa da Universidade a partir dos dados coletados pela extensão.

1.3.5. Qualidade dos programas

Relacionada à eficácia administrativa, a qualidade dos programas foi delimitada como o conjunto de características da eficiência do planejamento de projetos de extensão, incluindo:

. pertinência das funções, recursos e estratégias utilizadas e sua relação com os objetivos propostos para cada atividade;

. relação entre a estratégia selecionada e os meios disponíveis para realizá-la;

. relação entre os planos apresentados e os programas efetivamente realizados;

. correspondência entre o tempo previsto para as atividades e o tempo efetivamente dispendido;

. relação entre a estruturação da atividade com as possibilidades de tempo e interesse dos participantes;

. logicidade e coerência do esquema conceitual e seqüência programática das atividades realizadas;

. pertinência e atualidade da abordagem dos temas tratadas;

. utilidade dos projetos para a vida profissional da clientela envolvida;

. oportunidade de diálogo e participação crítica dos alunos;

. correspondência entre os resultados obtidos e as expectativas individuais dos participantes.

1.3.6. Categoria dos respondentes

Corresponde aos sub-grupos em que se subdividiram os respondentes, de acordo com seu tipo de participação no sistema de ensino universitário, a saber:

. professores: diretores de unidades, chefes de departamentos, professores que atuaram em extensão e representantes de unidades junto às Comissões de Extensão com mandato no período de 1976 a 1979;

. alunos: acadêmicos da UFRGS que participaram da realização de atividades de extensão no período de 1976 a 1979;

. profissionais: graduados que participaram de atividades de extensão no período de 1976 a 1979.

1.3.7. Planificação

Envolve a presença de definições clara de objetivos, técnicas, recursos e instrumentos de avaliação a serem apresentadas em cada projeto de extensão.

1.3.8. Sistematização

Foi delimitada neste trabalho como a realização de atividades de extensão dos planos dos departamentos, semestralmente.

1.3.9. Departmentalização

Controle da atividade docente, desde seu planejamento até sua avaliação pelos departamentos em que se subdivide a universidade estudantil.

1.3.10. Eficiência

Considerada como a realização de atividades com utilização de recursos de forma adequada para obtenção de resultados satisfatórios, incluindo custos, tempo, apoio administrativo, equipamentos, etc.

1.3.11. Eficácia

O termo eficácia foi empregado como sinônimo de eficácia externa, ou seja, a análise dos resultados obtidos em termos de qualidade e correspondência aos interesses da clientela atingida.

1.3.12 . Expectativas

Delimitou-se como expectativas as aspirações cognitivas (interesse por novos conhecimentos), afetivas (procura de novos contatos pessoais, entrosamento e outros aspectos de motivação pessoal) e sociais (oportunidade de novas amizades, preenchimento de tempo livre, etc.) dos participantes em relação às atividades de extensão .

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA : ASPECTOS TEÓRICOS E PROBLEMAS DE IMPLANTAÇÃO

2.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A extensão surgiu em Oxford, na metade do século XIX, como resultado de drásticas reformas, e seu objetivo resumia-se praticamente na promoção de cursos fora do "campus", nem sempre relacionados com os reais interesses de adultos sem formação acadêmica regular, motivados pela vontade de obter maior grau de instrução (GONÇALVES, 1976).

Imitando Oxford, as universidades americanas incluíram a extensão em suas atividades regulares. Segundo GONÇALVES (1976), a aprovação da "Land Grant Colleges Law" (1862), concedendo terra aos estados para criação de centros de educação superior em áreas rurais, e da "Experiment Station Law" (1887), destinando recursos aos "colleges" para o desenvolvimento da pesquisa, capacitou os centros de ensino à prestação de serviços comunitários, realizados na forma de cursos rápidos para a comunidade, nos "campi" das universidades rurais.

Como essa modalidade de trabalho atendia apenas a uma pequena parcela da população, alguns "colleges" resolveram planejar programas permanentes de apoio aos agricultores. A "Extension Law" (1914) forneceu os recursos necessários para que os "colleges" estabelecessem esse tipo de trabalho, com deslocamento de especialistas às regiões a serem atendidas, permitindo a criação de uma ligação entre a universidade e as comunidades rurais, levando da primeira os resultados de pesquisas aos seus

usuários e trazendo do meio rural os problemas a serem resolvidos pela universidade. Deste modo, a extensão funcionava como um elo entre a universidade e a comunidade rural (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1974).

2.2. EXTENSÃO COMO FUNÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

PERKINS (1973), identificando os aspectos considerados comuns ao conhecimento, indicou três missões fundamentais para a universidade: aquisição de conhecimentos, missão da pesquisa ; transmissão de conhecimentos, missão do ensino; aplicação de conhecimentos, missão da extensão. Segundo o autor, na sociedade atual a universidade desempenha múltiplas e complexas tarefas , como as que se seguem:

- . estímulo à pesquisa de novos conhecimentos, na forma de pesquisa fundamental, pura e aplicada;

- . formação geral de profissionais liberais e especialistas altamente qualificados, bem como o treinamento de técnicos de nível médio, por exigência do desenvolvimento econômico e social;

- . atuação na comunidade através da extensão;

- . promoção da assimilação de valores culturais da sociedade, desenvolvendo uma atitude racional e crítica diante dos problemas;

- . difusão e interpretação de conhecimentos, integrando o indivíduo à sua circunstância histórica e incentivando-o a compreender seu processo cultural.

GROSS (in BALDRIDGE, 1971), atribui as seguintes funções ao ensino superior:

- . formação do aluno como profissional especializado;

- . estímulo à pesquisa na procura de novos conhecimentos e aplicação de novos métodos e técnicas na solução de problemas;

- . prestação de serviços à comunidade, na forma de cursos, apoio, programas especiais, estágios, etc.

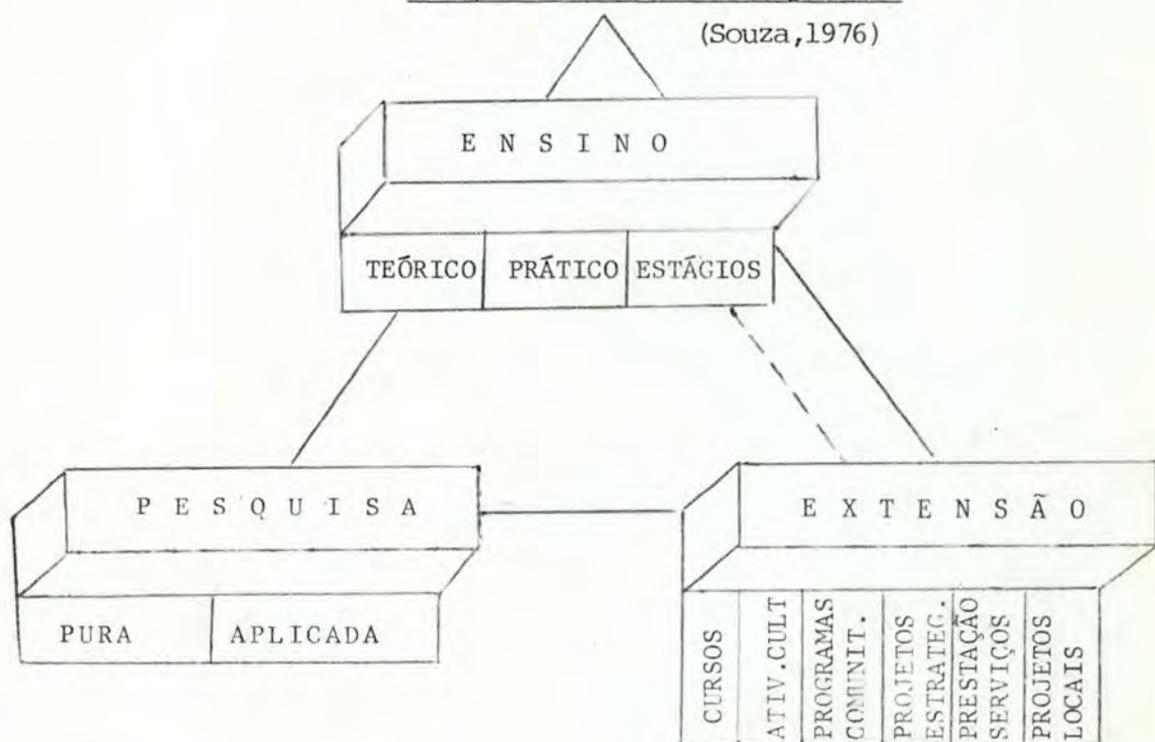
SOUZA (1976) caracterizou o ensino superior como sendo marcado em grande parte por aulas teóricas, de caráter informativo,

não estando até hoje consubstanciado o sentido de que as três atividades representam facetas diferentes de um mesmo objetivo, ou seja, o ensino, nas formas de ensino-transmissão (=ensino), ensino-investigação (=pesquisa) e ensino-aplicação(=extensão), representados graficamente na Figura 1. A linha tracejada unindo o ensino à extensão através do estágio indica que se tratam de uma atividade integrada, relacionando o ensino-transmissão ao ensino-aplicação. Assim, o estágio é, a um só tempo, segundo o autor, atividade de ensino e de extensão.

FIG. I

Funções do ensino superior

(Souza,1976)



O autor distingue três subsistemas no ensino superior:

. Ensino-transmissão- marcado pelo uso de aulas de caráter informativo e treinamento prático, orientado e supervisionado pelo professor, ainda em nível de formação. Esta idéia diferencia o treinamento prático do estágio, uma vez que este último envolve o aluno apenas na fase final do processo de graduação.

. Ensino-pesquisa- caracterizado pela aplicação de conhecimentos em todos os campos, não só nas formas de pesquisa pura, científica ou tecnológica em laboratórios, mas também na socie-

dade, diagnosticando suas necessidades e potencialidades.

. Ensino-aplicação: extensão - indicando como mecanismo permanente de renovação de método e de conteúdo de ensino, oferecidos ao longo desse treinamento, orientado pela demanda da sociedade.

Assim, a extensão universitária tem como funções, dentro do sistema de ensino superior:

. difusão de conhecimentos técnicos-científicos necessários à transformação da sociedade;

. revisão crítica dos princípios fundamentais que orientam o funcionamento dos subsistemas universitários, atualizando os em dois níveis: sócio-cultural e sócio-profissional.

O Ministério de Educação e Cultura (BRASIL, 1976)₂ indica como papéis de extensão universitária, dentro do sistema:

a) Integração

. Dos subsistemas de ensino em nível estrutural e operacional.

. Dos diversos graus de ensino da universidade.

. Da universidade ao meio, à sociedade em que atua.

b) Retroalimentação

. Do subsistema de ensino, fornecendo indicadores para sua atualização e aperfeiçoamento, em termos de currículos, programas e metodologias.

. Do subsistema de pesquisa, oferecendo indicadores quanto às necessidades no campo de atuação da universidade e fontes de pesquisa básica e aplicada.

. Do próprio subsistema de extensão, fornecendo indicadores que possibilitem sua revisão e aperfeiçoamento.

. Dos mecanismos administrativos da universidade, fornecendo indicadores para sua revisão e aperfeiçoamento.

Com essa perspectiva, objetiva-se a implantação de um processo contínuo de renovação e aprimoramento dos fatores que de-

finem a eficácia dos sistemas educacionais em relação à realidade nacional.

2.3. A EXTENSÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO BRASIL

O primeiro documento que cita a extensão no Brasil, identificando-a como uma forma de realização dos objetivos da universidade, é o Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Nesse documento são consideradas funções de extensão; difusão de conhecimentos (filosóficos, artísticos, literários e científicos) úteis à vida individual ou coletiva, além da propagação de idéias e princípios de salvaguarda dos interesses do País. A extensão assumiu nesse documento uma feição mais informativa do que formativa, um meio de difusão de conhecimentos sem uma estratégia de ação pré-fixada (DONATO, 1971).

A seguir, o Decreto Lei nº 252 (BRASIL, 1967), diz:

"ART. 10 - A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes.

Parágrafo único - Os cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos da Universidade, na forma de que dispõe o Art. 1º do Decreto-Lei nº 53, de 18.11.1966".

Finalmente, a Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968) dispõe:

"ART. 20 - As universidades e os estabelecimentos de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes".

Da análise desses documentos, pode-se identificar que a extensão é, dentro do sistema de ensino superior do País, atividade obrigatória, responsável pela difusão para a comunidade extra-universitária dos resultados de ensino e pesquisa, otimizando recursos materiais e humanos envolvidos no processo universi

tário.

A Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968) estabelece ainda como forma para efetivar a integração da universidade à comunidade, a obrigatoriedade de que os estabelecimentos de ensino superior incluam nas esferas mais altas de sua administração representantes dos setores da comunidade, com a finalidade de que estes informem à universidade quais os seus reais interesses e necessidades:

Art. 14 - Parágrafo único - Nos órgãos a que se refere este artigo (... colegiados de administração superior da universidade...) haverá, obrigatoriamente, representantes da comunidade, incluindo as classes produtoras".

Assim, com a referida lei a extensão passou a ser considerada como função específica e obrigatória da Universidade, sob a forma de cursos e serviços extra-curriculares. A partir desse documento, a extensão é um fator orgânico de mobilização da universidade para desenvolver uma atividade programada e sistemática, em colaboração com os poderes públicos e iniciativa privada, em proveito da comunidade; em decorrência, a atividade de extensão importa necessariamente uma visão global da ação universitária, unindo o ensino e a pesquisa.

O II Plano Setorial de Educação e Cultura (II PSEC) (1975 / 1979), por sua vez, determina a sistematização e estimula a atividade de extensão, propondo, entre outras coisas, que seja posta em prática uma atuação mais efetiva em prol do desenvolvimento científico e tecnológico, considerando que o padrão-educativo da população em geral afeta a potencialidade econômica do País (BRASIL, 1976)₁.

Nesse Plano, a extensão universitária é considerada um mecanismo de ajuste do meio à cultura e à educação das camadas sociais que ficaram marginalizadas pelo desenvolvimento, concorrendo para sanear os déficits educacionais acumulados, através de uma atuação direta na comunidade.

Entre os fundamentos da educação contidos no Plano, destaca-se o que define a educação como um instrumento para formação

de recursos para o desenvolvimento, ou meio para assegurar outro meio, visando a um objetivo social.

GONÇALVES (1976) expressa que a extensão pode efetivar a estratégia do II PSEC, seja prevenindo, pela investigação dos obstáculos ao bom desempenho da educação, seja dando coerência ao sistema, relacionando o saber com a vida prática, seja maximizando os efeitos da educação, aplicando imediatamente os conhecimentos ao meio social. Além disso, segundo ele a extensão universitária protege o caráter humanístico do ensino, ao somar educação e cultura.

Em síntese, a extensão universitária é um meio que pode levar à integração do homem à sociedade brasileira, transformando-se em instrumento de desenvolvimento do País, sendo competência de cada estabelecimento de ensino superior a identificação da contribuição que está oferecendo para realização deste objetivo, controlando e avaliando a eficácia das atividades de extensão que executa.

O II PSEC recomenda ainda o aperfeiçoamento e ampliação dos programas de extensão, levando a universidade a cumprir suas funções de renovação e participação, sendo a extensão efetivamente incorporada às atividades regulares de ensino superior (BRASIL, 1976)₁.

O Regimento Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RGU) (UFRGS, 1971)₁, determina:

"ART. 117 - Manterá a Universidade cur
sos de:

d) ... extensão e outros"

ART. 109 - Compete às Comissões de Extensão:

a) programar anualmente as atividades de extensão para apreciação da câmara correspondente do COCEP;

b) promover cursos de extensão, por iniciativa própria, ou por solicitação de Unidades U
niversitárias;

c) estabelecer normas gerais para realização de cursos de extensão;

d) promover programas culturais ou recreativos acessíveis a comunidade;

e) autorizar atividades não programadas, desde que não impliquem em ônus para a Univer
sidade.

ART 137 - Cabe aos cursos de extensão repre-

sentar a função integrada da Universidade com relação a setores amplos da comunidade, correspondendo a um processo dinâmico e intercâmbio e interação entre a Universidade e o meio".

2.4. CONCEITO, OBJETIVOS E FUNÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1976)² entende-se como extensão universitária "a forma pela qual a universidade estende sua ação à comunidade, dela recebendo um in-fluxo no sentido da retroalimentação ao ensino e à pesquisa".

É o subsistema universitário baseado em estrutura e pro-gramação departamental destinado a integrar os demais subsiste-mas - ensino e pesquisa - e a atuar em função deles como fator de formação do aluno e como um dos fatores de aceleração do pro-gresso da sociedade, funcionando como mecanismo permanente de re-novação de métodos e de conteúdo de ensino, através do processo de realimentação gerado pela integração universidade-comunidade.

Foram estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura, os seguintes objetivos da extensão universitária:

a) Objetivo geral - criar condições para a montagem de um mecanismo de retroalimentação do sistema universitário, através das atividades docente e discente, estas supervisionadas pelos de-partamentos, junto às populações da área de influência direta ou indireta da universidade, contribuindo assim para a melho-ria dos padrões sócios-econômicos-culturais e ao atendimento das demandas sociais.

b) Objetivos específicos

. Oferecer cursos rápidos, intensivos, conferências, semi-nários, quer na universidade quer na área de sua influência, vi-sando atualização e aprimoramento de conhecimentos e técnicas de trabalho.

. Efetuar pesquisas operacionais para detectar as necessi-dades das áreas de atuação, objetivando orientar os programas de extensão universitária.

. Promover a ação comunitária a fim de envolver a socieda

de modo a atender as necessidades da universidade no que se refere ao funcionamento de seus subsistemas e responder aos anseios e necessidades do meio em que atua.

. Promover estágios para suprir a formação acadêmica dos alunos, buscando o aperfeiçoamento prático discente.

. Promover a difusão cultural através de motivação à criatividade do corpo discente e da comunidade, preservando as manifestações da cultura nacional e popular; criação e manutenção de museus, exposições, cine-arte, teatro, coral e outras atividades; montagem de um esquema efetivo de publicações universitárias, visando a divulgação de atividades pertinentes; atender às necessidades da sociedade através da prestação de serviços.

A extensão se processa sob a forma de cursos, serviços, divulgação de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária, difusão cultural e outros tipos de atuação exigidos pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida, ou exigência de ordem estratégica. As atividades de extensão devem proporcionar aos alunos e professores da universidade oportunidades de participação em programas que visem à melhoria das condições de vida da comunidade, integrando-os ao processo geral de desenvolvimento. Não deve ser apresentada como disciplina curricular, nem se revestir de características exclusivas de curso, mas sim como um misto de cursos e atividade, como prevalência desta (BRASIL, 1976)₂.

GONÇALVES (1976) afirma que os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento devem informar às universidades quais são os problemas a serem solucionados. A resposta da universidade, através da extensão, será dada:

a) a curto prazo, sob forma de cursos de extensão (reciclagem);

b) a médio prazo, através da re-escolarização de profissionais com cursos afins;

c) a longo prazo, introduzindo modificações curriculares adequadas a compatibilizar a universidade com a demanda social e econômica do País.

CALAZANS (1976) indica quatro formas de operacionalização de atividades de extensão:

a) Extensão acadêmica, que se ocupa da atualização ou aperfeiçoamento de pessoal já formado, através de seminários, cursos intensivos, conferências, simpósios, etc. Esta modalidade, segundo o autor, viabiliza concretamente a educação continuada de faixas da população que, por ocuparem posição destacada na sociedade, necessitam desse reforço para a própria melhoria profissional.

b) Extensão sócio-cultural, para transmissão de conhecimentos a qualquer tipo de clientela, seja da área mais restrita de sua atuação (= seus próprios alunos), seja de outros centros populacionais. Como promotora de cursos em todos os ramos de conhecimento e habilidades nos diferentes níveis e graus, de básico a superior, permite a ocupação de espaço e tempo ociosos e a percepção da potencialidade da demanda educacional, proporcionando às escolas os efeitos multiplicadores desejáveis.

c) Extensão institucional, na forma de convênios ou contratos de longa duração com objetivos específicos de formação de clientelas determinadas. Em âmbito nacional poderiam ser citados, entre outros, os "campi" avançados, Projeto Rondon, etc., que se utilizam dessa forma, inclusive para estágio profissional de seus alunos, através de convênios e contratos bilaterais, triangulares e outros tipos com empresas públicas e privadas.

d) Extensão cooperativa, assim chamada a cooperação mútua e intercambiada das tarefas acadêmicas ou técnico-científicas realizadas entre instituições que mantêm serviços de pesquisa e/ou extensão em programas regionais específicos.

Segundo RIBEIRO (1973, p.36) a universidade deve lançar-se a uma política agressiva de extensão exigindo que todas as unidades, em especial os departamentos, organizem atividades de extensão como parte de suas atividades regulares, como uma universidade efetivamente democrática e integrada à comunidade. Através das diferentes formas de extensão a universidade pode realizar, segundo o autor:

a) Programas de recapacitação profissional para os egressos que retornam à universidade a fim de se atualizarem. A educação

superior converte-se assim num processo contínuo de renovação e ampliação constante de conhecimentos.

b) Projetos extracurriculares de formação e atualização de pessoal qualificado em todos os campos de conhecimento e suas aplicações técnico-profissional nos setores de atividade que o mercado exigir.

c) Atividades de divulgação artística e cultural, englobando as diversas formas de arte e ciência, despertando a consciência crítica da população e valorização dos elementos da cultura nacional.

d) Cursos de curta-duração, criando novas linhas extracurriculares de formação que atendam às necessidades da comunidade.

WRIGHT (1976) aponta as seguintes funções para a extensão universitária:

. Funções de auto-desenvolvimento, indivíduos ou grupos podem alcançar maior satisfação pessoal na medida em que as atividades de extensão estejam no foco de suas aspirações ou necessidades.

. Funções de extensão educacional, tornando acessíveis cursos regulares para diversificados grupos populacionais, através da realização de programas especiais, aulas à noite, cursos pela televisão, rádio, programas de curta duração, montagem de centros de extensão em cidades próximas ou distantes, etc.

. Funções de expansão educacional, através da organização de programas variados, abrindo novas possibilidades e ultrapassando limites que os currículos de cursos de graduação impõem, na forma de cursos, estágios, treinamento em serviços, etc.

. Funções de desenvolvimento cultural, oferecendo oportunidade a que membros da comunidade participam de atividades artístico-culturais, como festivais, exposições de arte, teatro, música, etc.

. Funções de aproveitamento das horas de lazer, através da programação de atividades recreativas, competições esportivas, programas de verão e inverno, oportunizando a participação de am

plos setores da comunidade.

. Funções de desenvolvimento social, mediante trabalhos em convênio com organizações sociais, agências e instituições, para melhoria do meio-ambiente e do nível sócio-econômico-cultural da comunidade, no que se refere a qualidade de vida, transportes, habitação, segurança, etc.

. Função de análise comunitária, através da coleta e análise de dados que reflitam a existência de necessidades emergentes da comunidade e que possam servir de base para o desenvolvimento de programas da universidade, conduzindo a estudos orientados para a solução de problemas sociais.

. Função de integração universidade-empresa, pela realização de cursos para clientelas específicas, treinamento de pessoal, orçamentos, assessoria, prestação de serviços, etc.

. Função de gerência e desenvolvimento profissional, estabelecendo procedimentos para a procura de recursos físicos, humanos e financeiros necessários para a implementação de programas e serviços comunitários.

. Função de integração social, encorajando a comunidade a participar dos programas oferecidos, tornando seus serviços acessíveis, através da simplificação do processo de participação, destinando horários, auditórios, salas, etc. para programas de divulgação e difusão artístico-cultural.

. Função de avaliação, retroalimentando os sistemas de ensino e pesquisa da universidade com os dados coletados nos programas realizados.

Segundo ROCHA (1977, p.12), em algumas universidades a extensão continua sendo uma terceira função se colocada em escala de prioridade, onde o ensino é a primeira função e a pesquisa a segunda assumindo ainda uma característica opcional, sendo exercida de acordo com o surgimento de possibilidades e condições ocasionais.

Uma posição mais coerente, segundo o autor, é indicar a extensão como sendo a função de integração da universidade ao meio ou à sociedade, dela retirando elementos que servem de instrumento de retroalimentação do sistema universitário, o que lhe dá

uma função de relação, ao estabelecer um processo de comunicação da universidade com o meio. Isso permite o surgimento de um mecanismo de controle, possibilitando que se crie um sistema de trocas e não simplesmente um processo de fornecimento de informação pela instituição que se estende. A extensão universitária não pode assumir a função de estabelecimento de um sistema de dominação ou desativação dos valores do meio onde se processa a ação da instituição de ensino superior. Além disso, é um instrumento de integração e atualização da estrutura universitária.

Prosseguindo, afirma que a extensão universitária, assim como as funções de ensino e pesquisa, devem ter seu ponto de partida no departamento, que é a célula da estrutura universitária, onde deve começar a indissociabilidade das três funções-relações previstas pela Lei nº 5.540, o ponto chave de retroalimentação do sistema de ensino superior.

Com essa orientação corrige-se perspectivas anteriores, quando se previa a criação de setores específicos para o exercício de ações extensionistas, sem uma vinculação com o sistema universitário como um todo e funcionando como verdadeiros apêndices que geravam áreas de descontentamento tanto do lado de professores quanto de alunos; os primeiros por não serem efetivamente mobilizados a uma participação nas ações extensionistas, e os últimos, por não verem validados os esforços desenvolvidos em áreas carentes ou de interesse estratégico nacional. Tal posição reforça a idéia de que a extensão não é exclusivamente destinada ao estudante, mas a toda a estrutura universitária, nela devendo estar comprometidos muito especialmente os docentes.

Afirma ainda o autor que podem ser aproveitados mecanismos existentes para sistematizar o processo de retroalimentação; é o caso do estágio, que complementa o ensino e torna-se uma forma de integração universidade-comunidade.

Assim, a extensão institucionalizada significa participação docente e discente, departamentalização e integração comunitária.

*Roberto de...
que... - ad...
- pedag...*

2.5. A SITUAÇÃO REAL DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Para SOUZA (1975), pelo fato de a extensão ter sido im-

plantada há pouco tempo, se comparada ao ensino e à pesquisa, justifica-se a sua posição de não perfeitamente institucionalizada, sendo algumas vezes confundida com atividades isoladas sem nenhuma vinculação com o sistema de ensino.

Assim, em alguns estabelecimentos de ensino superior parece ter sido ignorada a noção de que extensão é uma projeção do ensino e da pesquisa, o que demonstra um desacordo com a orientação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, de que a inerência da atividade de extensão está em seu comprometimento didático, na sua vinculação necessária à missão da Universidade (CRUB, 1975).

Diante desse quadro, em 1975 o Ministério da Educação e Cultura realizou levantamento em todas as universidades brasileiras para caracterização de tipos e formas assumidas pelas atividades de extensão em funcionamento. GONÇALVES (1976), analisando os dados assim coletados, concluiu que as universidades que organizaram programas de extensão de acordo com a Lei nº 5.540, ainda não haviam estabelecido um consenso acerca de seus reais objetivos, nem se verifica uniformidade de tratamento quanto aos órgãos administrativos envolvidos, quer em categoria de subordinação administrativa, quer em atribuições específicas ou denominação; somente um fato é considerado comum, segundo o autor, que é o descompasso existente entre a política de extensão traçada pelo MEC e a pouca repercussão que tem provocado nas instituições de ensino superior.

Segundo o autor, as universidades indicam bolsas de estudo, restaurantes universitários, residências e assistência à comunidade como atividades de extensão. Os cursos enumerados, por sua vez, não demonstram, segundo ele, nenhum relacionamento departamental e são feitos registros de atividades artísticas e culturais sem caracterização definida, ao mesmo tempo em que cursos de aperfeiçoamento e especialização são considerados igualmente como atividades de extensão (GONÇALVES, 1976).

Outra observação feita, é de que há uma total falta de sistematização nas atividades de extensão relatadas, bem como indefinição de objetivos, além de completa desvinculação aos departamentos, ao ensino e à pesquisa. A extensão, conclui, é um mo-

vimento à parte na vida universitária, ou de tal forma absorvida pelos departamentos, especialmente na área de prestação de serviços, que sua identificação como extensão se torna praticamente impossível.

De acordo com o autor, os departamentos não se organizaram para compatibilizar os objetivos técnicos e profissionais com as necessidades comunitárias: as universidades talvez ainda não tenham se adaptado em favor da extensão; prevalecem mal-entendidos entre extensão, interiorização, universidade integrada à empresa, etc. (GONÇALVES, 1976). Finalizando, o autor afirma que a preocupação maior do MEC tem sido a extensão sob a forma de integração universidade/comunidade rural, com ênfase na ação comunitária, o que, segundo ele, não sensibiliza nem professores nem alunos da universidade tradicional, voltados apenas para o ensino, no primeiro caso, e conquista de um título acadêmico, no segundo.

2.5.1. Entraves administrativos à implantação da extensão e alternativas de solução

MENDES (1976), referindo-se às dificuldades enfrentadas pela extensão para ser institucionalizada, aponta as seguintes restrições:

. Síndrome de mimetismo - as instituições, dentre elas as universidades, estão viciadas em copiar e imitar modelos de outras instituições, repetindo experiências realizadas em situações e locais completamente diferentes, baseados nos resultados positivos que lá obtiveram.

. Falta de tradição em matéria de extensão - segundo o autor, esta é a maior condicionante, sendo também a causa principal de ainda não existir no País nenhuma universidade que corresponda ao sentido de universidade plena: a maioria das universidades continuam sendo conglomerados de faculdades, cursos, etc, onde não há tradição de saída de dentro de si mesmo para a comunidade; continuam sendo estabelecimentos isolados, simples produtores de graduados, o que tem origem relacionada à própria origem da criação das universidades, formados após a consolidação de comuni

dades, a partir do surgimento de algumas necessidades que precisam ser sanadas, como, por exemplo, a formação de profissionais. Não nasceram da comunidade mas independentemente dela, formando-se assim um tipo de professor e aluno voltados para dentro de si mesmos e da instituição, criando-se um vício difícil de ser desarraigado pelas tentativas da extensão .

. Pouca disponibilidade de tempo - tanto alunos quanto professores tem tempo escasso para realizar as atividades tradicionalmente institucionalizadas de ensino e pesquisa, quase nada sobrando para a extensão, considerada até mesmo dispensável. Uma solução, segundo ele, é destinar regimes de dedicação exclusiva para professores e horários livres para alunos atuarem em extensão.

. Escassez de recursos para a extensão - outro entrave é que, apesar da lei destinar recursos específicos para a extensão, na prática são muito reduzidos. A solução, segundo ele, é a organização de dotações específicas para as atividades de extensão.

CARDOSO (1976, p.4) esclarece que os encargos decorrentes do comprometimento da universidade com a extensão são muito complexos, pela série de variáveis que interferem. Entre estas variáveis, destaca:

- . os interesses comunitários;
- . a motivação de professores e alunos;
- . ausência de dedicação exclusiva de alunos e professores;
- . a integração das atividades de extensão no plano departamental.

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB (1977) divulgou resultados pouco satisfatórios sobre a situação da extensão nas universidades brasileiras. Entre eles é indicado que, na maioria dos estabelecimentos de ensino superior, os órgãos centrais de extensão não se encontram adequadamente estruturados para coordenarem as atividades que lhe são pertinentes; existem também estruturas precárias, ou paralelas, o que seria consequência da falta de valorização das atividades docen-

tes e discentes em extensão.

No que se refere ao papel dos departamentos, segundo o documento as universidades ainda não assumiram satisfatoriamente as responsabilidades com atividades de extensão a nível departamental; embora haja a preocupação com tais atividades, verifica-se a falta de conscientização a nível departamental.

Ao mesmo tempo, de acordo com a Lei nº 5.540 a extensão é atividade docente e como tal deve ser entendida, sendo de grande importância que os departamentos sejam dotados de melhores condições para operacionalização dos projetos, e as universidades devem procurar formas para comprometerem-se cada vez mais com o seu meio.

Outra constatação feita é a de que atualmente os docentes realizam atividades de extensão baseados em grande parte em seu idealismo, ainda não ocorrendo o reconhecimento das atividades de extensão como atividades regulares de docência em muitas universidades.

Entre os empecilhos que interferem na consolidação da extensão, segundo SOUZA (1976), o primeiro é o fato de que a extensão não se caracteriza como atividade permanente, e de que as atividades já sistemáticas não geraram fatores multiplicadores, permanecendo no âmbito em que se originaram.

2.5.2. Resistências oferecidas pelos grupos e estratégia para motivar os professores e alunos a atuarem em extensão

CLIFFORD (1971,p.26) caracteriza expectativas como antecipação sobre o que ocorre em determinadas circunstâncias. Refere-se diretamente à interpretação e pensamentos pessoais no indivíduo. À institucionalização da extensão na UFRGS, portanto, corresponde um conjunto de expectativas dos vários grupos envolvidos na vida universitária: professores, alunos e comunidade em geral.

Segundo o autor, as mudanças de atitudes são modificações

do significado que tem os objetivos para as pessoas. Tais modificações tendem a ser mais simples quando se pode demonstrar que a mudança concorda com valores centrais, tais como:

- . primários, que o indivíduo possui desde o nascimento, tais como evitar a dor, fome, sede, impulsos, temperatura, prazer;

- . secundários, que são as motivações centrais que o indivíduo aprende: contato social, realização, prestígio, persuasão;

- . emocionais, um pouco primárias e um pouco adquiridas como o sentido de segurança e agressão.

Segundo o autor, todos esses aspectos devem ser controlados, através de um processo de motivação, fazendo com que os sujeitos envolvidos sintam que de alguma forma esses valores estejam sendo atendidos.

CLIFFORD (1971) afirma que a rapidez de mudanças difere de um grupo para outro. Há normas que são feitas incentivando mudanças, mas há múltiplos fatores que servirão de obstáculos. As organizações sociais, segundo o autor, tendem a oferecer resistência a qualquer movimento que possa provocar a desorganização das relações já estabelecidas.

LAFOURCADE (1974) esclarece que é difícil implantar mudanças que propiciem as respostas reclamadas pelas novas necessidades emergentes das mudanças operadas na sociedade.

Segundo o autor, a atitude em direção à mudança dos organismos de ensino superior representa uma variável que na maioria dos casos define o clima inovador ou conservador de uma instituição. Segundo ele, existem três grupos que apresentam atitudes contrárias às mudanças:

- . os grupos que possuem características de personalidade contrária a qualquer inovação ou mudança;

- . os grupos que não tem maior interesse no exercício ou suas funções na universidade;

- . os grupos que não se decidem a apoiar modificações até que não saibam bem se os resultados garantam sucesso e melhor situação que a atual.

Um dos pressupostos fundamentais da planificação de sistemas educacionais é de que se trata e um processo humano que se inicia no contexto de valores e obtem êxitos e fracassos na medida da amplitude com que qualquer plano responde aos indivíduos com padrões particulares de valores (KAUFMAN, 1973,p.45).

Ao considerar os três participantes da planificação, é necessário a determinação formal dos valores de cada grupo em relação ao plano apresentado. Nessa análise inicial de valores de vem constar as seguintes delimitações:

. determinação dos valores atuais de cada um dos grupos que participam;

. determinação dos valores desejados de cada grupo de acordo com a opinião expressa;

. determinação das preocupações de cada indivíduo em relação aos valores do grupo ;

. determinação das coincidências e diferenças entre essas percepções presentes e futuras de valores, para formar o núcleo de análise inicial de discrepâncias.

Esse tipo de análise é simplesmente uma determinação das compatibilidades e incompatibilidades que existem entre os dados obtidos. Se os grupos que participam tem desacordos básicos quanto aos valores, metas e objetivos, isso será manifestado mediante uma análise de coincidências e diferenças, para obter dados representativos. Se houver coincidência, será conveniente seguir adiante; as diferenças indicarão que será preciso obter-se uma melhor compreensão mútua, que deverá ser resultado de uma maior congruência entre os valores, metas e objetivos dos participantes.

Assim, neste trabalho, se procurou identificar quais as expectativas dos professores e alunos e profissionais em relação à extensão, a que grau de satisfação dessas expectativas as atividades realizadas tem correspondido e quais os fatores que estimulam a participação docente, discente e profissional em atividades de extensão na UFRGS.

SOUZA(1976) indica que as experiências de extensão de

maior porte nasceram de cima para baixo, envolvendo acidentalmente as unidades, sem deixar nelas o menor efeito de pertinência; e que as iniciativas das unidades jamais foram além de seu âmbito; os setores atingidos da comunidade, por sua vez, não se conscientizaram para uma dinâmica própria. Os corpos docente e discente, como tal, não sentiram necessidade de tomarem iniciativa de abertura para a comunidade, esperando-as sempre prontas dos órgãos encarregados; setores da comunidade apenas esporadicamente descobriram que poderiam procurar a universidade para outros serviços que não o ensino acadêmico.

Assim, segundo o autor, poucas atividades de extensão deixaram sedimentos dentro e fora da universidade.

Para ele, a extensão estará plenamente institucionalizada na universidade quando se aferir como positivos os seguintes indicadores:

a) professores, com vinte e quarenta horas, espontaneamente e por estatuto formal da universidade, possam colocar em seus programas anuais de justificativa de carga horária, tempo dedicado à coordenação, acompanhamento e execução de projetos de extensão em seus departamentos.

b) Departamentos programem projetos de extensão sem se preocuparem com os aspectos burocráticos envolvidos, permitindo uma abertura suficiente das atividades de ensino de tal maneira que acompanhem a dinâmica da realidade.

c) Alunos não vejam na extensão apenas a possibilidade de realizarem estágios, mas estejam sempre dispostos, como voluntários, a desenvolver atividades que levem à aplicação e à renovação de seus conhecimentos.

d) Os órgãos centrais de extensão não se detenham prioritariamente na promoção de atividades de extensão, mas sim na sua avaliação e controle.

e) Os órgãos de extensão em termos administrativos sejam órgãos superiores financiadores das atividades, e não prioritariamente promotores.

f) A comunidade reconheça as atividades de extensão, quer pelo seu aspecto de soma de esforços, quer pela contribuição crítica que oferece .

3. AVALIAÇÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS ; PRESUPOSTOS TEÓRICOS E MODELO CONCEITUAL

3.1. A EDUCAÇÃO DENTRO DE UM ENFOQUE SISTÊMICO; NOÇÕES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

KAUFMAN (1973, p.13), ao situar a educação dentro de um enfoque sistêmico, considera-a um processo em que se identificam necessidades, se determinam requisitos para solução de problemas, se escolhem soluções entre as alternativas, se obtêm e se aplicam métodos e meios, se avaliam os resultados e se efetuam revisões que requeiram todo ou parte do sistema, de modo a se eliminar falhas. Pressupõe como necessário que se estabeleça uma relação entre o produto e o processo, mediante um instrumento de planificação associado a certa lógica, que exige a identificação das necessidades e problemas afins, antes que se estabeleçam e selecionem as soluções. A planificação e os elementos da educação centram no indivíduo e asseguram que sejam atendidas e respeitadas ambições, habilidades, esperanças e aspirações de cada indivíduo envolvido no processo.

GOLDBERG (1973) caracteriza o planejamento como uma forma racional de controle da realidade, o que implica na seleção adequada de objetivos e estratégias. O julgamento dessa adequação é feito através da avaliação, que significa a testagem da racionalidade dos processos de decisão e execução do planejamento. Daí se pode concluir que, para controlar a qualidade das atividades de extensão realizadas, deve-se acompanhá-las constante e integralmente, analisando desde o seu aspecto formal (decisão),

até seus resultados (execução).

A eficácia, segundo o autor, relaciona-se com a utilização, pela sociedade, do produto final do processo educacional, definindo a adequação de um programa às exigências da sociedade como um todo, quer estas se expressem como mercado de trabalho, oportunidades de ingresso em outros níveis de ensino, ou ao desempenho de papéis sociais múltiplos. A eficiência, de outro lado, diz respeito aos objetivos educacionais do programa. Eficiência envolve produtividade, que significa uma execução rápida, num mínimo de esforço, baixo custo e alto rendimento, este último expresso pela proporção de alunos que atingiram os objetivos previstos. É feita para observar se os objetivos do plano foram alcançados ou se a execução está se desenvolvendo conforme o desejado.

O sucesso de um plano depende, assim, tanto da eficácia (decisões racionais) quanto da eficiência (execuções racionais). Como ambos dizem respeito a objetivos, pode-se afirmar que avaliação será sempre uma verificação de objetivos educacionais, isto é, uma função do próprio sistema de ensino, funcionando como controle de qualidade do processo de planejamento educacional (GOLDBERG, 1973).

Para SOUZA (1976), o sistema universitário brasileiro, deve se estruturar no sentido de obter, simultaneamente, dois tipos de eficácia: a) externa, que se dirige para satisfazer as demandas e necessidades da sociedade como um todo, e b) interna, (ou eficiência, para GOLDBERG, 1973) dirigida para a otimização da alocação e uso dos recursos físicos, financeiros e humanos disponíveis. Na primeira perspectiva, o planejamento do sistema considera os processos fundamentais de transformação da sociedade brasileira; a urbanização, o crescimento demográfico e sua distribuição, o desenvolvimento sócio-econômico, etc., respondendo às demandas atuais e futuras previsíveis, oferecendo soluções aos problemas dela resultantes. Na segunda perspectiva, procura-se, através do levantamento das diferenças conjunturais que definem a estrutura do sistema, diagnosticar a sua capacidade em assegurar a qualidade da educação nacional, indicando condições para um processo contínuo de inovação e melhoria dos fatores que definem a eficácia do sistema educacional, em especial no tocante

te à estrutura, administração, pessoal, procedimentos e instrumentos.

O sucesso de um plano depende, assim tanto da eficiência (ou eficácia interna), quanto eficácia (GOLDBERG, 1973, p.65 ; POIGNANT, 1976). LAFOURCADE (1974), enfatiza que a boa ou má qualidade do produto não depende exclusivamente do tipo de ensino, mas é resultado do funcionamento harmônico e coerente de todo o sistema. Isso significa que a integração dos professores e alunos às funções e objetivos da universidade é fator essencial para o sucesso das atividades. A qualidade de um produto depende, entre outros fatores, do tipo de preparação, personalidade, motivação e eficiência de condução docente dos que se responsabilizam pelo processo; uma marcada dedicação ao ensino pode afetar a disponibilidade à pesquisa ou aos programas de extensão. Diante disso é importante que se mantenha um controle das condições existentes para que os professores possam cumprir satisfatoriamente as três funções da universidade, sem que nenhuma delas fique relegada pelas demais e onde a qualquer atividade se dê o mesmo peso ou valor.

KAUFMAN (1973, p.22) caracteriza a educação como um processo administrativo em que os meios para planificação incluem a avaliação de necessidades e a análise de sistemas. A avaliação de necessidades é um tipo de análise de discrepâncias que contribui para verificar onde nos encontramos e onde devemos ir.

A educação pode ser considerada um processo que proporciona aos alunos certas habilidades, conhecimentos e atitudes que os levam a viver e produzir na sociedade. A administração educacional como um processo sistêmico inclui, segundo o autor:

- . identificação das necessidades e problemas;
- . determinação das formas de resolver o problema e possíveis alternativas de solução para satisfazer necessidades;
- . seleção de estratégias e meios para solução;
- . implantação das estratégias e controle das opções escolhidas;
- . avaliação da eficiência de realização, baseada nas necessidades e requisitos identificados previamente.

O processo da análise de sistemas se inicia na avaliação de necessidades, isto é, na análise de discrepâncias entre a situação real e a situação ideal; o que é o que deveria ser. Portanto estabelecer a diferença mensurável (distância) entre os dois pontos na avaliação de necessidades, para ter significado, deve incluir todos os participantes do programa em análise:

- a) alunos
- b) professores
- c) representantes da comunidade.

Os dados fornecidos por representantes de tais grupos podem ser obtidos de diferentes formas, incluindo-se entrevistas e questionários. Os procedimentos de avaliação podem partir da determinação das necessidades sentidas, ou pode identificar as necessidades baseando-se em dados empíricos concretos sobre as discrepâncias entre os pontos positivos e falhas do programa. Segundo KAUFMAN (1973, p.43), as necessidades baseadas em dados empíricos concretos, ou sejam, dados coletados junto à operacionalização de programas em avaliação, tem mais utilidade do que dados provenientes de necessidades gerais ou aleatórias.

3.2. QUADRO DE REFERÊNCIA CONCEITUAL : O MODELO CIPP DE AVALIAÇÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS

Entre os quadros de referência conceituais consultados, (TYLER, 1942; SCRIVEN, 1967; MARQUES, 1973), foi escolhido para aplicação neste estudo o modelo projetado por STUFFLEBEAM(1972), que inclui: avaliação de contexto, insumos, processo e produto (CIPP).

Segundo STUFFLEBEAM (1972), avaliação consiste num processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para o julgamento de decisões alternativas. Tal definição enfatiza que avaliação é um processo contínuo que inclui três passos: delinear, obter e fornecer informações e deve satisfazer a critérios de utilidade, servindo também para orientar a tomada de decisões.

Partindo da consideração de que a avaliação oferece alter

nativas para a tomada de decisões, o modelo CIPP as classifica em 4 categorias:

- . Decisões de planejamento: onde há a possibilidade de proposição de objetivos.

- . Decisão de estruturação: tomadas ao se elaborarem projetos para consecução de objetivos propostos anteriormente.

- . Decisões de implementação: relacionadas à operacionalização e execução de projetos.

- . Decisões de reciclagem: envolvendo o julgamento dos resultados bem como a reação a eles.

Na aplicação do modelo CIPP a este trabalho foram coletados dados referentes ao fornecimento de alternativas para decisões de implementação e reciclagem.

Como já foi indicado, o modelo CIPP inclui quatro tipos de avaliação:

- . Avaliação de contexto - que fundamenta as decisões de planejamento, ao identificar necessidades não satisfeitas, oportunidades não aproveitadas e outros problemas subjacentes.

- . Avaliação de insumos - que fundamenta as decisões de estruturação, ao projetar e analisar os esquemas alternativos de procedimento.

- . Avaliação de processo - que fundamenta as decisões de implementação pela verificação das operações do projeto.

- . Avaliação do produto - que fundamenta as decisões de reciclagem, pela identificação e apreciação dos resultados do projeto.

O modelo oferece também critérios para avaliação da produtividade:

- . Avaliação de contexto - registra os objetivos que foram escolhidos, os que foram rejeitados e a relação entre os escolhidos e os rejeitados, para a identificação das necessidades das oportunidades e dos problemas.

- . Avaliação de insumo - registra os esquemas de procedimentos escolhidos, o obediência aos procedimentos indicados pe

las normas, os rejeitados e os esquemas de dados concernentes aos pontos fracos e fontes de esquemas alternativos.

. Avaliação de processo - registra o processo real de implementação.

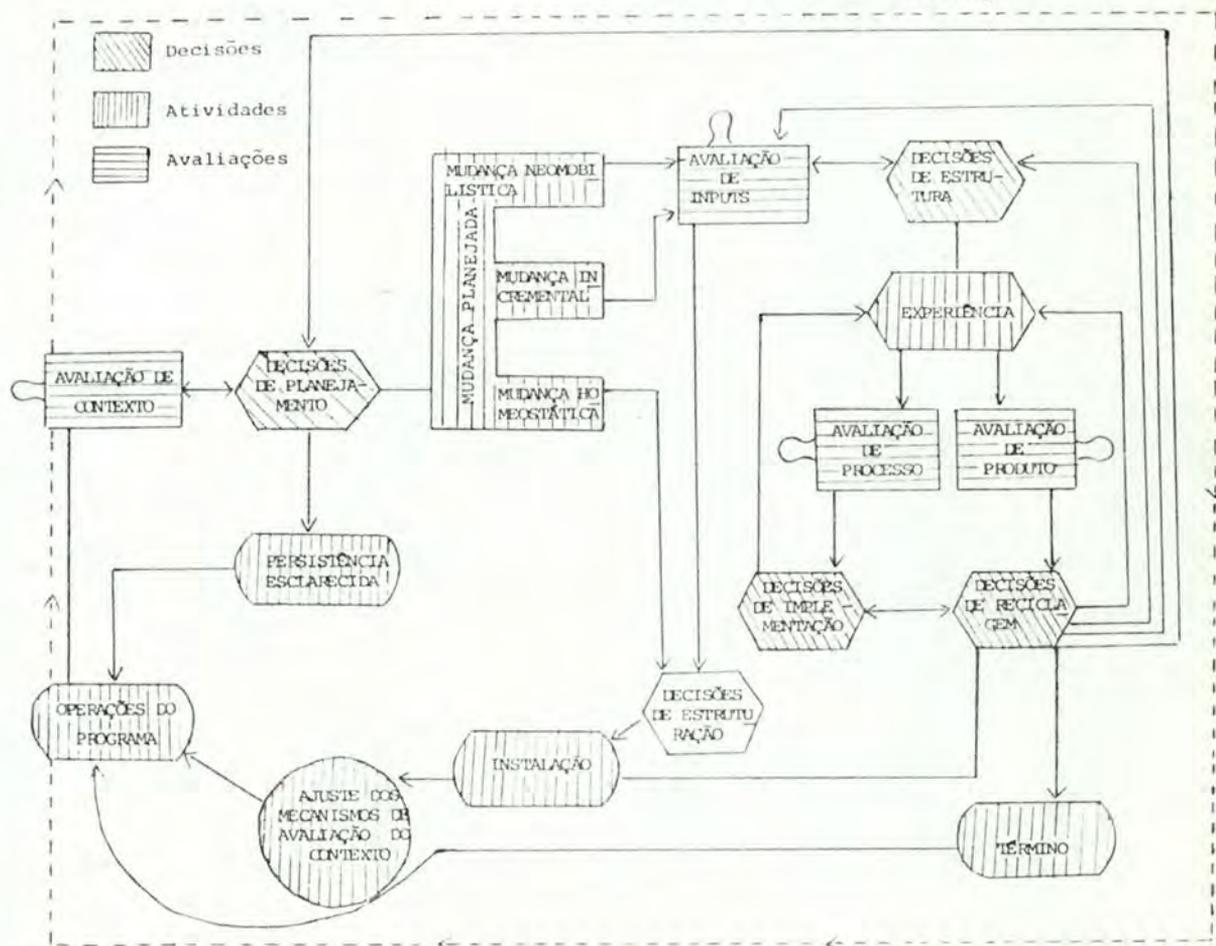
. Avaliação de produto - registra os resultados do projeto e as decisões concernentes ao prosseguimento, à modificação ou ao cancelamento de um projeto.

Em conjunto, através dos registros das informações fornecidas pelo modelo CIPP e das decisões influenciadas pela informações, os administradores de programas podem manter critérios válidos para avaliação da produtividade.

STUFFLEBEAM (1972) indica ser aconselhável que os sistemas educacionais disponham de programas de avaliação funcionando de modo a prover uma base segura de informações acerca do sistema. Tal programa de avaliação deve fornecer informações requeridas a cada hora pelo sistema e deve responder às necessidades surgidas de situações particulares.

A figura a seguir representa o modelo do programa de avaliação proposto.

FIG II
MODELO CIPP DE AVALIAÇÃO DE SISTEMA EDUCACIONAIS
(Stufflebeam, 1972)



O modelo assegura uma avaliação sistemática do contexto , de insumos, de processo e de produto, estabelecendo as relações básicas entre atividades, avaliação e decisões .

O símbolo (C) significa o processo de delinear, obter e fornecer informações, inerente a qualquer tipo de avaliação. A linha pontilhada significa um processo contínuo e sistemático de avaliação de contexto. Assim, o modelo delinea, obtém e fornece informações que permitem a tomada de decisões para avaliar o sistema ou para manter procedimentos que se apresentem de acordo com os objetivos, de forma eficaz e eficiente. Quando a avaliação do contexto não indica discrepâncias entre o pretendido e o real, poderá se prosseguir o projeto, sem alterações.

No caso da avaliação do contexto indicar deficiências ou oportunidades não aproveitadas, deverão ser efetuadas mudanças, que podem ser de 3 tipos:

. Homeostáticas - decisões que provocam pequenas mudanças mas dependem de muitas informações para serem tomadas.

. Incrementais - decisões que provocam pequenas mudanças e dependem de poucas informações.

. Neomobilísticas - decisões que provocam grandes mudanças e dependem de poucas informações no início.

Dependendo do tipo de mudança que se deseja, diferentes medidas de avaliação são requeridas; em mudanças homeostáticas, é necessário apenas a fundamentação na literatura existente; no caso de mudanças neomobilísticas ou incrementais são necessárias outras informações, incluindo avaliação de inputs, de processo e de produto.

Neste estudo, optou-se pela aplicação global de modelo uma vez que pode conduzir a decisões de reciclagem, tanto de estratégias quanto de procedimentos, tanto à desistência de mudanças quanto à introdução de inovações em todo o sistema.

Os quatro tipos de avaliação propostos no modelo CIPP auxiliam tanto à tomada de decisões quanto à avaliação da produtividade. Ao identificar a avaliação para a tomada de decisões, esta corresponde à avaliação formativa proposta por SCRIVEN(1978). Este assinalou que há duas funções principais de avaliação:

a) Formativa - para ajudar na organização de currículos, fornecendo contínua retroalimentação que auxilia o desenvolvimento de um produto e levanta problemas sobre a validade de conteúdo, nível de vocabulário, possibilidade de uso, adequação dos meios, durabilidade do material, numa forma de avaliação interna que ajuda a melhorar o produto que está sendo elaborado.

b) Somativa - para julgar o valor dos currículos após terem sido colocados no mercado, servindo aos administradores para tomarem decisões sobre programas já postos em prática, suscitando julgamentos sobre suas vantagens. Os quatro tipos de avaliação são formativos se realizados prospectivamente para fundamentar a tomada de decisões, e somativos se realizados retroativamente tendo em vista a verificação da produtividade (FIGURA III).

FIG. III

Relação entre o modelo CIPP e o conceito de avaliação formativa-somativa

TIPOS DE AVALIAÇÃO

		CONTEXTO	INSUMO	PROCESSO	PRODUTO
FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO	Tomada de decisões		Avaliação proativa (formativa)		
	Verif. da produtiv.		Avaliação retroativa (somativa)		

(STUFFLEBEAM, 1972)

A figura IV esquematiza a avaliação segundo o modelo CIPP, incluindo as dimensões relativas aos tipos de avaliação, usos e passos.

FIG. IV

Quadro de referências da avaliação segundo o modelo CIPP

TIPOS DE AVALIAÇÃO

		Função de Contexto		Função de Insumo		Função de Processo		Função de Produto	
		Tomada decisões	Verific. produtiv.	Tomada decisões	Verif. produtiv.	Tomada decisões	Verif. produtiv.	Tomada decisões	Verif. produtiv.
FASES DA AVALIAÇÃO	Delinear	Quais os problemas que serão levantados ?							
	Obter	Como será obtida a informação necessária ?							
	Fornecer	Como será divulgada a informação obtida ?							

(STUFFLEBEAM, 1972)

Para utilizar tal esquema, é necessário que primeiro se determine que tipo de avaliação será feito, e para cada tipo, definir-se a tomada de decisões, ou a verificação da produtividade, ou ambas, deverão ser o ponto de referência. A seguir, os passos que se referem a delinear, obter e fornecer informações serão delimitados para cada uma das colunas.

Assim, o modelo oferece um esquema de avaliação a ser implementado, especificando as perguntas que deverão ser formuladas, como as informações necessárias serão obtidas e como as informações obtidas serão veiculadas às clientelas específicas.

De acordo com essa orientação julgou-se projetos e relatórios de atividades de extensão realizadas levando em consideração três critérios: adequação técnica, que diz respeito à validade, fidedignidade, objetividade; utilidade, que implica em relevância, finalidade, oportunidade, importância, abrangência e credibilidade da avaliação; e o custo-benefício, que constitui o critério final.

4. METODOLOGIA

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa é do tipo descritivo, tendo sido executada com a finalidade de analisar evidências referentes à eficiência e eficácia da atividade de extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul a partir das opiniões manifestadas por representantes de seus corpos docente e discente e profissionais da comunidade que já tenham participado de projetos de extensão. Trata-se, portanto, de um estudo de caso, tendo focalizado sua área de interesse apenas na universidade estudada.

Constituiu-se numa pesquisa de caráter avaliativo, tendo sido executada com base conceitual no modelo CIPP (avaliação de contexto, insumos, processo e produto) proposto por STUFFLEBEAM (1972).

As informações coletadas e analisadas, sobre o grau de institucionalização, motivação dos grupos envolvidos, eficiência administrativa, integração com a comunidade e qualidade dos programas, permitiram a realização do objetivo proposto no início do trabalho. As conclusões a que se chegou fornecem subsídios para acompanhamento e avaliação do sistema de extensão implantada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo sido sugeridas reformulações dos aspectos considerados pouco satisfatórios e manutenção dos pontos positivos. A pesquisa oferece também informações úteis para a definição de uma política de extensão traçada de acordo com as expectativas, apoiada no estilo organizacional da UFRGS.

4.2. POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa abrangeu o corpo docente da Universidade Fede-

ral do Rio Grande do Sul (categorizado em diretores, chefes de departamento, representantes de unidades junto às comissões de extensão e professores que já atuaram em extensão), o corpo docente, representado pelos alunos da universidade que tenham participado de atividades de extensão executados pela UFRGS no período de 1976 a 1979, e profissionais da comunidade que frequentaram cursos de extensão no mesmo período.

Integraram a amostra todos os diretores de unidades da UFRGS, todos os chefes de departamento, todos os representantes de unidades junto às comissões de extensão, e uma amostra de professores, alunos e profissionais, selecionada aleatoriamente entre os participantes de todas as atividades de extensão realizadas sob a forma de cursos no período delimitado.

A amostra prevista de professores constituiu-se de 286 elementos e a amostra efetiva totalizou 108 professores; a diferença entre o número de respondentes previsto e o efetivo deveu-se à não devolução dos questionários.

Foram distribuídos instrumentos de coleta de dados para 300 alunos e 250 profissionais, tendo retornado 220 e 64 questionários, respectivamente. Enviados por via postal, vários questionários foram devolvidos pela não localização dos destinatários, troca de endereços, etc.

Assim, a amostra prevista totalizou 786 questionários, e a amostra efetiva 392 instrumentos de pesquisa, distribuídos conforme a tabela nº 1, a seguir.

TAB. 1
Distribuição da amostragem por categoria

CATEGORIA DO RESPONDENTE	AMOSTRA PREVISTA	AMOSTRA EFETIVA	% DO GRUPO	% DO TOTAL DA AMOSTRAGEM
Diretores	20	13	65,0	3,31
Chefes de departamento	83	25	30,0	6,40
Comissões de extensão	33	20	60,0	5,10
Profs. que já atuaram em extensão	150	50	33,0	12,75
Alunos	300	220	73,0	56,12
Profissionais	200	64	32,0	16,32
T O T A L	786	392	49,9	100,0

A amostra efetiva referente a alunos e profissionais só foi possível pela substituição de respondentes não localizados por parcela em igual número. O total da amostra efetiva foi considerado suficiente e representativo dos grupos, já que o percentual inferior sobre o total enviado, por grupo, situou-se em torno de 30%, correspondente aos chefes de departamento, considerado parcela suficiente e representativo (VIANNA, 1976).

4.3. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

4.3.1. Descrição dos instrumentos

Constituíram-se em instrumentos de coleta de dados desta pesquisa questionários e fichas de observações da instituição. Os questionários foram elaborados em escala do tipo Lickert, em forma de testes objetivos, de acordo com a manifestação de diversos autores (TYLER, 1942; LINDQUIST, 1963; NOLL, 1965; BLOOM, 1971; VIANNA, 1976) de que esse tipo de testes é válido para assegurar eficiência na análise de evidências acerca de programas educacionais. Cada questão correspondeu a um escore de 4 a zero, conforme a tabela 2, a seguir:

TAB. 2
Equivalência dos escores

ESCORES	E Q U I V A L Ê N C I A
4	Concordância total com o indicador
3	Concordância parcial com o indicador
2	Discordância a respeito do indicador
1	Discordância total a respeito do indicador
0	Falta de conhecimento do respondente para manifestar-se acerca do indicador

Foram elaborados três questionários diferentes: um para a categoria professores (chefes de departamento, diretores, representantes de unidades junto às comissões de extensão e professores que já atuaram em extensão), um para os alunos e outro para os profissionais.

Como algumas questões só tem lógica se formuladas para determinados grupos, as características mensuradas distribuíram-se entre as diferentes categorias de respondentes de acordo com a tabela nº 3, a seguir.

TAB. 3

Distribuição das características entre os instrumentos de pesquisa por categoria de respondentes

INSTRUMENTOS PERGUNTAS E CARACTERÍSTICAS	Q U E S T I O N Á R I O			F I C H A	
	PROFESSORES	ALUNOS	PARTICIP.	NORMAS	REGIS- TROS
1. INSTITUCIONALIZAÇÃO					
1.1. Normas claras	X	X		X	X
1.2. Setores	X			X	X
1.3. Conceito	X	X		X	X
1.4. Incentivos	X			X	X
1.5. Ensino/pesq/ext.	X	X		X	X
1.6. Sistematização	X			X	X
1.7. Controle	X			X	X
1.8. Regime trabalho	X			X	X
1.9. Departamentalização	X			X	X
1.10. Divulgação	X	X	X		
2. MOTIVAÇÃO					
2.1. Estímulos	X			X	X
2.2. Iniciativa	X	X	X	X	X
2.3. Resultados	X	X	X	X	X
2.4. Valorização acad. e profis.	X	X	X	X	X
2.5. Aplicações	X	X	X		
2.6. Exigências		X	X		
2.7. Fatores	X	X	X		
2.8. Tempo		X	X		
2.9. Avaliação		X	X		
2.10. Expectativas		X	X		
3. EFICIÊNCIA ADMINIST.					
3.1. Relação aluno/prof.		X	X		
3.2. Rec. bibliográficos		X	X	X	X
3.3. Apoio administr.		X	X		
3.4. Material distrib.		X	X		
3.5. Espaço físico		X	X		
3.6. Multi-Mídia		X	X		
3.7. Equipamentos		X	X		
3.8. Tarefas		X	X		
3.9. Valor taxas		X	X	X	X
3.10. Rapidez administr/PROEXT		X	X	X	X
4. INTEGRAÇÃO					
4.1. Interesses	X				
4.2. Educação continuada	X				
4.3. Aplicação	X				
4.4. Recursos ociosos	X				
4.5. Convênios	X			X	X
4.6. Estágio	X			X	X
4.7. Intercâmbio	X			X	X
4.8. Divulgação	X			X	X
4.9. Novas linhas	X				
4.10. Retroalimentação	X			X	X
5. QUALIDADE					
5.1. Estratégia		X	X		
5.2. Meios		X	X		
5.3. Planos		X	X		
5.4. Cronograma		X	X		
5.5. Disponibilidade		X	X		
5.6. Seqüência		X	X		
5.7. Participação		X	X		
5.8. Satisfação		X	X		
5.9. Atualidade		X	X		
5.10. Utilidade		X	X		

Além da possibilidade de cinco opções de resposta para cada ítem, foi colocada também a opção de resposta aberta, sob a denominação de "observações". A pergunta referente a estímulos (nº 2.1) foi feita de forma totalmente aberta, por representar conceitos subjetivos a serem emitidos pelos respondentes.

A ficha de observação da instituição (Anexo II) foi utilizada apenas quando as respostas dadas pelos questionados mereceram comparação com as normas vigentes.

Os questionários foram enviados por via postal acompanhados com envelope selado para respostas, quando destinados a alunos e profissionais e entregues através do protocolo da universidade para os professores. A ficha foi elaborada na forma objetiva, para maior facilidade de coleta e análise de dados.

4.3.2. Elaboração e testagem

A elaboração dos instrumentos foi feita a partir da metodologia de MARQUES (et alii, 1974). Os procedimentos para a elaboração e testagem dos instrumentos envolveram as seguintes etapas:

- . identificação das características para servirem de indicadores da avaliação, a partir de estudo junto a fontes bibliográficas relacionadas à área em estudo e consulta a especialistas;

- . seleção e classificação das características elaboradas, feita com auxílio de especialistas;

- . apreciação da listagem de características por três especialistas, respectivamente em administração, em avaliação e em extensão universitária;

- . reformulação da listagem inicial, atendendo às sugestões apresentadas. A partir daí, foram elaborados instrumentos de coleta de dados composto de 5 funções e 50 caracte-

rísticas.

. validade de conteúdo, realizada por especialistas que se manifestaram de acordo quanto à validade do conteúdo e das técnicas e procedimentos utilizados;

. testagem do instrumento junto a professores, alunos e profissionais que participaram de cursos excluídos da seleção da amostragem. Para verificar a fidedignidade, foi utilizado o método teste e reteste ou coeficiente de estabilidade (VIANNA, 1976). Na aplicação do teste, verificou-se que o instrumento apresentava problemas de inadequação de linguagem e excessivo número de itens. Após os ajustes necessários, o teste foi aplicado a outro grupo de alunos, juntamente com o reteste. O índice de fidedignidade foi calculado pelo teste de correlação de Pearsons. Os resultados, constantes da tabela nº 4, demonstram consistência interna dos instrumentos, tendo sido utilizados os itens com índices acima de 0,50 e excluídos os inferiores, sendo considerado aquele índice mínimo aceitável, segundo KELLEY (1976). As respostas abertas, ou seja, as observações adicionais feitas pelos questionados, foram analisadas de acordo com a orientação de WEBB (et alii, 1966), que indicou procedimentos para análise de respostas não mensuráveis estatisticamente envolvendo atitudes subjetivas e opiniões pessoais.

TAB.4
Cálculo de fidedignidade

CARACTERÍSTICAS	TESTE/RETESTE
1. INSTITUCIONALIZAÇÃO	
1.1. Normas claras	0,84
1.2. Setores	0,50
1.3. Conceito	0,70
1.4. Incentivos	0,88
1.5. Ensino/pesq/ext.	0,84
1.6. Sistematização	0,79
1.7. Controle	0,66
1.8. Regime de trabalho	0,72
1.9. Departamentalização	0,53
1.10. Divulgação	0,60
2. MOTIVAÇÃO	
2.1. Estímulos	(pergunta aberta)
2.2. Iniciativa	0,82
2.3. Resultados	0,81
2.4. Valorização acad. e profis.	0,79
2.5. Aplicação	0,57
2.6. Exigências	0,65
2.7. Fatores	0,72
2.8. Tempo	0,56
2.9. Avaliação	0,60
2.10. Expectativa	0,75
3. EFICIÊNCIA ADMINIST.	
3.1. Relação aluno/prof.	0,64
3.2. Recursos bibliográficos	0,51
3.3. Apoio administrativo	0,73
3.4. Material distribuído	0,67
3.5. Espaço físico	0,56
3.6. Multi-média	0,64
3.7. Equipamentos	0,77
3.8. Tarefas	0,56
3.9. Valor das taxas	0,60
3.10. Rapidez administrativa	0,71
4. INTEGRAÇÃO	
4.1. Interesses	0,66
4.2. Educação continuada	0,86
4.3. Aplicação	0,72
4.4. Recursos ociosos	0,56
4.5. Convênios	0,71
4.6. Estágios	0,60
4.7. Intercâmbio	0,72
4.8. Divulgação	0,75
4.9. Novas linhas	0,66
4.10. Retroalimentação	0,70
5. QUALIDADE	
5.1. Estratégia	0,60
5.2. Meios	0,59
5.3. Planos	0,71
5.4. Cronograma	0,62
5.5. Disponibilidade	0,58
5.6. Sequência	0,63
5.7. Atividade	0,72
5.8. Utilidade	0,63
5.9. Participação	0,82
5.10. Satisfação	0,81

A ficha de observação da instituição foi utilizada como fonte suplementar de informações, para dirimir dúvidas em torno de algumas respostas.

4.3.3. Tratamento estatístico

Os dados coletados foram processados e analisados no Centro de Processamento de Dados da UFRGS, utilizando-se o sistema SPSS (NIE, H. Normann et alii, 1975).

Os resultados foram analisados através de médias, frequência e percentuais. O critério para avaliação das respostas a partir das médias foi estabelecido de acordo com a tabela 5, a seguir.

TAB 5

Critérios de avaliação das respostas a partir das médias (\bar{X})

MÉDIA	CONCEITO
de 3,0 a 4,0	Excelente
de 2,9 a 2,5	Satisfatório
de 2,4 a 1,4	Fraco
menos de 1,4	Necessita total revisão

Assim, os itens que obtiveram médias de respostas a partir de 2,5 foram considerados como indicadores que a extensão está institucionalizada de forma positiva e dinâmica; os itens abaixo desse índice, por sua vez, demonstram a necessidade de reciclagem dos aspectos a que se referem.

Foi aplicado o teste do χ^2 para verificação da distribuição de respostas entre as diferentes categorias de respondentes. Foi também aplicada análise de variância para identificar se existe diferença de opiniões entre os professores, de acordo com a categoria docente a que pertencem, de um lado, e entre os professores e participantes de atividades de extensão, de outro.

4.4. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Ao se planejar a presente pesquisa, foram delimitadas algumas bases que dizem respeito aos objetivos do estudo:

a) que os instrumentos e tipos de amostra são adequados para avaliar os aspectos selecionados;

b) que as características determinadas são válidas e fidedignas para medir os aspectos a que se referem;

c) que a análise dos documentos existentes e a opinião dos sujeitos envolvidos são válidas para avaliar-se a extensão implantada na UFRGS;

d) que a metodologia e a estratégia utilizadas se coadunam com os objetivos propostos.

As limitações referem-se ao fato de se tratar um estudo de caso, determinado a certo grupo de sujeitos, visando colaborar com os responsáveis pela tomada de decisões no âmbito da instituição analisada, através da proposição de sugestões alternativas para tomada de decisões sobre a produtividade das atividades até aqui realizadas. Acresça-se a isso o fato de que foram questionados apenas sujeitos que participaram de cursos de extensão; não foram ouvidos participantes de atividades artístico-culturais e nem do setor de prestação de serviços. Outras limitações relacionam-se aos instrumentos de coleta de dados, que envolveram determinadas características que, apesar de listadas e selecionadas a partir de consultas à literatura e especialistas, podem ter omitido outros aspectos igualmente importantes.

Planejado a partir de preocupação dos órgãos nacionais de educação, este trabalho fornece informações alternativas aos setores responsáveis pela tomada de decisões no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobre aspectos relacionados à eficiência e eficácia da ação extensionista. Não se trata de uma avaliação global do sistema, mas apenas uma etapa inicial nesse sentido, que poderá ser continuada e sistematizada a fim de se garantir resultados mais significativos.

Os resultados a que se chegou podem ser utilizados como subsídios e orientação para outros estabelecimentos de ensino superior do País, porém, em se tratando de estudo de caso, as conclusões se dirigem mais particularmente à instituição em que se realizou a pesquisa.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentaram-se os dados acerca das categorias avaliadas, iniciando-se com a caracterização geral dos resultados referentes a cada função (institucionalização, motivação, eficiência administrativa, integração UFRGS-Comunidade e qualidade dos programas), seguidas das tabelas correspondentes a cada uma das dez categorias em que se subdividiu cada função.

Os dados foram distribuídos em tabelas, com os percentuais de resposta a cada escore da escala de Lickert, seguidos da média de respostas e o nível de significância (NS) dos resultados da aplicação dos testes estatísticos (X^2 e análise de variância).

5.1. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFRGS

Pela análise da tabela 6, constata-se que a atividade de extensão ainda não está institucionalizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a média geral de respostas situada em 2,2 sugere que, na opinião dos professores, alunos e profissionais, a atividade de extensão apresenta aspectos falhos que não a caracterizam como totalmente integrada à ação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de acordo com a Lei nº 5.540.

Observando as características isoladamente, verifica-se que em apenas duas delas a média se situa acima de 3,0; a primeira é a que se refere à importância atribuída pelos res-

pondentes à extensão ao lado do ensino e de pesquisa (\bar{x} : 3,3), o que demonstra que os respondentes atribuem alto grau de importância à atividade de extensão como função do ensino superior. Tal resultado leva a concluir que, para os professores, alunos e profissionais, o ensino, a pesquisa e a extensão se equiparam em importância, apesar dos dados totais indicarem que a extensão ainda não está integrada na vida da UFRGS.

A segunda característica com média superior a 3,0 é a que se refere à departamentalização da extensão na UFRGS, com a média 3,1. Face a isso, pode-se deduzir que, de acordo com a percepção dos respondentes, a atividade de extensão está quase totalmente departamentalizada, isto é, não se tratam de atividades isoladas ou aleatórias, mas sim integradas à estrutura acadêmica implantada pela reforma universitária.

Entre os escores mais baixos situa-se o que se relacionou à clareza das normas e documentos que formalizam a atividade de extensão na UFRGS, com escore de apenas

Face a isso, pode-se deduzir que as normas e documentos regulam a atividade de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul não estão atingindo seus objetivos, isto é, são obscuras e incompreensíveis para os respondentes, ao que se deve acrescentar o fato de que 42,7% dos respondentes terem afirmado o total desconhecimento da própria existência de tais documentos. Isso sugere que:

a) as normas não são suficientemente claras para 50% dos respondentes e não são suficientemente divulgadas entre a clientela a que interessam diretamente, isto é os próprios professores e alunos e profissionais oriundos dos diferentes setores da comunidade;

b) apesar de julgarem importante a atividade de extensão, os questionados demonstram não terem se interessado no conhecimento das possibilidades e amparo legal que os documentos lhes facultam.

A característica que se refere à igualdade e correspondência de critérios para remuneração e incentivos funcionais para professores que atuam em ensino, pesquisa ou extensão também apresentou a média mais baixa, de apenas 1,4, o que leva a crer que

para os respondentes, tais critérios são totalmente diferentes, ou desconhecidos. Neste aspecto fica demonstrado mais uma vez que a extensão ainda não está institucionalizada na UFRGS.

A delimitação de funções e atribuições da Pró-Reitoria de Extensão e Comissões de Extensão não está perfeitamente clara para os respondentes, o que é demonstrado pela média de respostas, de 2,1. Se observados os documentos vigentes, porém, verifica-se que tal distribuição de funções está perfeitamente indicada: o R.G.U., em seu art. 74, estabelece que compete à Pró-Reitoria de Extensão a execução administrativa da política traçada pelo COCEP relativa às atividades de Extensão (UFRGS, 1971)₁. Em seu Art. 126, o mesmo documento esclarece que às Comissões de Extensão compete o planejamento e coordenação da atividade extensionista.

Assim, enquanto as Comissões de Extensão tem âmbito deliberativo, à Pró-Reitoria de Extensão são atribuídos os aspectos administrativo-burocráticos, de caráter executivo. Assim, os dados obtidos talvez sejam devidos mais ao desconhecimento do que à indefinição das normas vigentes.

A média de 2,3 à possibilidade de que os professores justifiquem a concessão de planos de trabalhos em regime especial (40 horas ou dedicação exclusiva) pelo exercício docente em extensão demonstra mais uma vez que o problema é apenas uma falha de comunicação, já que a UFRGS reconhece tal direito, desde que a solicitação faça parte dos planos departamentais enviadas à Comissão Permanente de Regime de Tempo - COPERT - (UFRGS, COPERT, 1976).

Entre as características cujas médias são inferiores a 2,5, refletindo aspectos falhos quanto à institucionalização, situa-se o conceito e objetivos da extensão, considerados pouco claros e operacionalizáveis pelos respondentes. Isso decorre diretamente da indefinição de normas e de uma política clara de que a Universidade pretende obter através da extensão universitária.

Assim, mais uma vez se verifica que uma das faltas do sistema de extensão implantado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul situa-se na ausência de uma política de extensão bem delineada, onde estejam presentes e caracterizadas especificamente os objetivos, conceitos e metas.

Quanto à divulgação das potencialidades da Universidade na área de extensão junto à comunidade, a média de respostas em torno de 2,6 sugere que as formas utilizadas para divulgação, a saber catálogos, notícias, contatos, entrevistas, apresentam grau em grande parte satisfatórios.

A média de 1,9 permite concluir que os respondentes percebem baixo grau de sistematização e planificação das atividades de extensão e tais resultados sugerem que se afirme que, no âmbito da UFRGS, a atividade de extensão assume o caráter "ocasional e assistemático" que, segundo DONATO (1971) seria um problema que a extensão vem enfrentando desde sua implantação pela Lei nº 5.540, de 28/11/68.

Relacionada à característica acima, observa-se também que os respondentes indicam que as atividades de extensão apresentam alto grau de controle, acompanhamento e avaliação, com média de respostas fixada em torno de 2,9, o que reflete uma característica em que a extensão pode ser considerada razoavelmente institucionalizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Pela aplicação do teste de X^2 , verificou-se que em apenas duas características (distribuição de funções e atribuições entre a Pró-Reitoria de Extensão e Comissões de Extensão; possibilidade de inclusão de atividade docente no plano de trabalho departamental) a distribuição das respostas das diferentes categorias de questionados apresentou-se como não significativa. Assim, conclui-se que nas demais características é significativa a diferença de respostas de acordo com as categorias dos respondentes.

TAB. 6

Percepção dos professores, alunos e profissionais quanto ao grau de institucionalização da extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(%)

N = 392

CARACTERÍSTICA	E S C O R E S					\bar{X}	SIGNIFI* CÂNCIA
	4	3	2	1	0		
1. Clareza e precisão das normas que formalizam a extensão na UFRGS	3,0	23,3	23,5	7,3	42,7	1,8	S
2. Identificação clara da distribuição de funções e atribuições das comissões de extensão e PROEXT	-	36,1	50,0	7,4	6,5	2,1	NS
3. Operacionalidade e clareza do conceito e objetivos da extensão	1,8	34,5	24,1	7,0	32,6	2,1	S
4. Igualdade de critérios para remuneração e incentivos funcionais para professores que atuam em ensino, pesquisa ou extensão	3,7	15,7	24,1	34,3	22,2	1,4	S
5. Importância atribuída pelos respondentes à extensão ao lado do ensino e da pesquisa	48,8	45,7	3,7	0,9	0,9	3,3	S
6. Sistematização e planificação de atividades de extensão na UFRGS	3,7	41,7	21,3	16,7	16,7	1,9	S
7. Controle, acompanhamento e avaliação exercidas pela PROEXT e COMEX, sobre as atividades realizadas	24,1	54,5	13,9	1,9	5,6	2,7	S
8. Possibilidade de inclusão das atividades de extensão no plano de trabalho docente	5,6	35,2	50,0	3,7	5,6	2,3	NS
9. Departamentalização da atividade de extensão na UFRGS	40,7	38,9	14,8	0,9	4,6	3,1	NS
10. Divulgação da potencialidade da atividade extensionista da UFRGS junto à comunidade	9,2	55,0	28,1	3,7	4,8	2,6	S
\bar{X} TOTAL						2,2	

* NS = Não significativo

S = Significativo

EQUIVALÊNCIA DOS ESCORES :

4 = concordância total

3 = concordância

2 = discordância

1 = discordância total

0 = desconhecimento

5.1.1. Opinião dos professores e alunos sobre a clareza e precisão das normas de extensão

Segundo LAFOURCADE (1974), as normas devem ser reconhecidas numa organização para que, a partir da aceitação das mesmas pelas pessoas envolvidas, passem a representar efetivamente o aspecto formal do estabelecimento.

No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul as normas para realização de projetos de extensão foram consubstanciadas na resolução nº 4/73 (UFRGS, 1974). Nelas, constata-se que não é feita nenhuma referência específica a conceito e objetivos a serem atingidos, nem quais as estratégias de ação. Assim, verifica-se que, formalmente, a UFRGS ainda não definiu uma política de extensão a nível de compreensão da comunidade universitária.

Questionados acerca da clareza das normas e política de extensão na UFRGS, os dados coletados indicaram que há um consenso entre professores e alunos de que elas são totalmente obscuras (tab. nº 7). A isso deve ser acrescido o fato de que 58% dos alunos afirmaram total desconhecimento sobre o assunto, o que os prejudica diretamente, por desconhecerem a possibilidade que a universidade lhes ofereça, de propor atividades de extensão de seu interesse. (UFRGS, 1974).

Esse resultado permite concluir que é necessário que seja elaborado um plano de divulgação, entre professores e alunos, dos objetivos, conceito e normas de extensão, apresentando-os de forma simplificada e acessível, através de meios de comunicação atraentes e que despertem realmente o interesse do público a que se destina.

A simples verificação da tabela nº 7 permite facilmente concluir de que é necessária uma total revisão das normas existentes, adequando-as aos reais interesses dos alunos e professores, que indicaram uma média de respostas de apenas 1,8. Observa-se também que apenas os chefes de departamento indicaram que tais documentos como satisfatórios em termos de clareza e precisão.

TAB. 7

Percepção dos professores e alunos sobre a clareza
e precisão das normas de extensão na UFRGS

(%)

N = 328

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	-	23,1	46,2	23,1	7,7	13	1,
Chefes departamento	12,0	40,0	48,0	-	-	25	2,6
Comissões de extensão	5,0	20,0	70,0	5,0	-	20	2,2
Professores	-	32,0	36,0	10,0	22,0	50	1,7
Alunos	2,7	20,0	12,3	6,8	58,0	220	1,02
T O T A L	3,0	23,5	23,5	7,3	42,7	328	1,8

Nível de significância 0,01 (= significativo)

5.1.2. Delimitação das funções e atribuições entre as Comissões de Extensão e Pró-Reitoria de Extensão

Em 1971, com a implantação da reforma universitária, foram organizadas quatro Comissões de Extensão, uma para cada área de conhecimento, responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e controle da atividade extensionista no âmbito da UFRGS, responsáveis pela execução da política traçada pelo Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa (COCEP) para a extensão (UFRGS, 1974). Quanto aos aspectos burocráticos, administrativos e financeiros, coube à então Superintendência Acadêmica a organização de um sistema de apoio executivo (UFRGS, 1971)₁.

Em 1976, para adequar a universidade à nova realidade e fazer frente ao crescimento acelerado que se fez sentir como resultado da reforma universitária, foram implantadas seis pró-reitorias. Entre elas a Pró-Reitoria de Extensão, criada com o objetivo específico de executar a política traçada pelo COCEP nas formas de difusão artístico-cultural, extensão na área de ensino e prestação de serviços, responsável pelos aspectos executivos, administrativos e financeiros envolvidos nos projetos aprovados pelas Comissões de Extensão.

Assim, às Comissões de Extensão foram atribuídas funções

e atribuições de caráter deliberativo quanto ao mérito, interesse e propriedade dos projetos apresentados, e à Pró-Reitoria de Extensão controle sobre as questões administrativas. Deduz-se daí que ambas tem poder decisório em esferas diferentes de atuação, que se completam e se fundem, voltadas para a execução da política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a extensão.

Questionados sobre o assunto, os dados apresentados na tabela nº 8 indicam que, para os professores e alunos, não há delimitação clara de funções e atribuições da Pró-Reitoria de Extensão e Comissões de Extensão, expressa também pelos professores que já atuaram em extensão, com 34,0% indicando que tais funções e atribuições são pouco claras e inoperacionalizáveis.

A média geral, em torno de 2,1, demonstra mais uma vez a necessidade de revisão dos documentos sobre extensão na UFRGS e uma ampla campanha de divulgação entre os professores e alunos.

TAB. 8

Percepção dos respondentes sobre a clareza das funções e atribuições da Pró-Reitoria e Comissões de Extensão

(%) N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	-	30,8	38,5	23,1	7,1	13	1,9
Chefes de departamento	-	32,0	64,0	4,0	-	25	2,2
Comissões de extensão	-	20,0	80,0	-	-	20	2,2
Professores	-	46,0	34,0	8,0	12,0	50	2,1
T O T A L	-	36,1	50,0	7,4	6,5	108	2,1

Nível de significância 0,08 (= não significativo)

5.1.3. Clareza e operacionalidade do conceito e objetivos da extensão para professores e alunos da UFRGS

Para verificação da clareza do conceito e objetivos da extensão na UFRGS, partiu-se preliminarmente da análise dos documentos existentes para, após, confrontar os dados assim encontrados com a percepção de professores e alunos.

Consultado o Regimento Geral da Universidade - RGU, síntese da política universitária em todos os seus setores e atividades, verificou-se que em seu art. 135 indica que cabe aos cursos de extensão representar a função integradora da universidade junto à comunidade, num processo dinâmico de intercâmbio entre a universidade e o meio (UFRGS, 1976).

A Resolução nº 4/73-COCEP, apoio formal que orienta especificamente a atividade de extensão na UFRGS, não faz nenhuma indicação sobre o que é extensão e quais seus objetivos dentro da vida universitária (UFRGS, 1974).

A Pró-Reitoria de Extensão, por sua vez, delimitou extensão como a atividade universitária que tem por objetivo a transmissão e aplicação de conhecimentos à coletividade, promovendo a integração universidade-comunidade, oferecendo resultados voltados para a divulgação dos seus sistemas de ensino e pesquisa. Assim entendidas, têm como objetivo específico a integração da universidade com o meio, com um influxo nos dois sentidos, de dar e receber informações e soluções (UFRGS, s/d).

Logo, pela análise dos documentos existentes, conclui-se que a UFRGS definiu em linhas gerais o que pretende com a extensão, sem operacionalizar os conceitos emitidos.

As conclusões acima coincidem com a opinião aos alunos e professores, que se manifestaram indicando total obscuridade e inoperacionalidade daqueles conceitos, com grande parcela de indicações de total desconhecimento sobre o assunto, como se observa na tabela nº 9, com média de respostas em 2,1.

Verifica-se na tabela que o conceito e objetivos da extensão universitária só foram considerados claros e satisfatórios pelas comissões de extensão e diretores de unidades, com aquele grupo apresentando média de respostas maior do que este. Daí se pode auferir como positivo o fato de que, ao menos no grupo responsável pelo controle e acompanhamento da política de exten

são no âmbito da Universidade, está bem delimitado qual o conceito e quais os objetivos a serem atingidos com a execução de projetos específicos.

No outro extremo, a tabela nº 9 indica que os alunos, com média de apenas 1,3, afirmam não só que o conceito e objetivos não lhes são claros, mas também que desconhecem totalmente o assunto, com 46,6% das respostas situadas no escore zero.

TAB 9
Clareza e operacionalidade do conceito e objetivos da extensão universitária

(%) N = 328

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	15,4	38,5	38,5	-	7,7	13	2,5
Chefes departamento	-	52,0	28,0	16,0	4,0	25	2,3
Comissões de extensão	4,0	36,0	34,0	22,0	4,0	20	2,7
Professores	5,0	60,0	35,0	-	-	50	2,1
Alunos	0,5	29,5	19,5	3,6	46,6	220	1,3
T O T A L	1,8	34,5	24,1	7,0	32,6	328	2,1

Nível de significância 0,001 (= significativo)

5.1.4. Igualdade de critérios para remuneração e incentivos funcionais para docentes que atuam em ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com a reforma universitária, ensino, pesquisa e extensão passaram a ser atividades equiparadas em importância para a consecução dos objetivos do ensino superior. Portanto, conclui-se que é intrínseca e indiscutível, dentro dessa orientação, a inexistência de diferenciação de tratamento para os docentes que atuem em qualquer das três atividades, pressupondo-se nessa perspectiva igualdade de remuneração e incentivos de qualquer ordem.

Consultados os documentos que regulamentam o assunto, verificou-se que legalmente está perfeitamente estabelecida essa igualdade de retribuição docente. O primeiro ponto de apoio en-

contra-se no Decreto Presidencial nº 74.786, de 30 de outubro de 1974 (UFRGS, COPERT, 1976) que, ao dispor sobre o grupo magistério, em seu art.2º estabelece que, ao professor de ensino superior são atribuídas funções de ensino de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão e tarefas de administração universitária. Portanto, está claramente taxada em lei que extensão é função docente de nível superior, ao lado das demais. Prosseguindo, a Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974, ao fixar a retribuição do grupo magistério, determina, em seu art.3º, que o regime de 40 horas será concedido ao professor que atuar em ensino, pesquisa ou extensão, sem fazer restrições de qualquer ordem; as horas excedentes da carga horária mínima de aulas serão utilizadas na realização de trabalhos acadêmicos correlatos, em qualquer das atividades. Assim, a concessão de regimes de trabalho especiais para a atividade de extensão também já é um ponto amparado por lei.

Quanto a incentivos funcionais, os professores, pelo art.5º do mesmo documento, passaram a fazer jus ao incentivo VI (20% sobre a remuneração correspondente a 40 horas) pelo desempenho de dedicação integral e exclusiva ao ensino, pesquisa, extensão ou administração acadêmica.

A única restrição encontrada em lei ao exercício docente em extensão, encontra-se no Decreto Presidencial nº 75.841, de 10 de junho de 1975, que, em seu art.1º, parágrafo 3º, estabelece que, para efeito da fixação da lotação (que significa força de trabalho necessária para fazer frente aos encargos didáticos do estabelecimento), não serão consideradas as atividades de pesquisa, extensão e administração acadêmica. Determina, contudo, que essas atividades devem ser dimensionadas como força de trabalho vinculada ao regime de 40 (quarenta) horas semanais.

A nível da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mais especificamente, a resolução nº 24/75-COCEP, de 17 de setembro de 1975, ao fixar critérios para concessão do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, indica-a como forma de melhorar o ensino, incentivar a atividade de pesquisa e extensão, entre outras finalidades. Esclarece também que esse regime de trabalho poderá ser concedido para exercício dessas atividades mediante a apresentação de projetos específicos ou que estejam vin

culadas a projetos integrados, incluídos no plano de trabalho de departamental, bem como pelo exercício de coordenação de comissão de extensão.

Diante do exposto, conclui-se haver total igualdade de critérios para remuneração e incentivos funcionais em ensino, pesquisa ou extensão nas normas vigentes. Questionados a esse respeito, os professores indicaram exatamente o contrário, ou seja, a média de 1,4 de respostas, constante da tabela nº 10, sugere a conclusão de que, na opinião dos questionados, os critérios são totalmente diferentes.

Verifica-se grande estabilidade entre as respostas, com reduzida parcela (19,4%) situada entre os escores 3 e 4 indicando equiparação de incentivos. Isso sugere que duas coisas podem estar ocorrendo: ou a lei vigente não está sendo respeitada pelos departamentos, ou os professores não tomam conhecimento de seus direitos dentro da universidade. A segunda alternativa é apoiada também no elevado percentual de diretores (38,5%) chefes de departamento (28,0%) e professores (24,0%) que atuam em extensão indicaram não ter conhecimento para emitirem conceitos sobre o assunto.

TAB.10

Igualdade de critérios para remuneração e incentivos funcionais para docentes que atuem em ensino, pesquisa e extensão

(%) N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	7,7	-	30,8	23,1	38,3	13	1,2
Chefes departamento	8,0	8,0	4,0	52,0	28,0	25	1,2
Professores	-	14,0	26,0	36,0	24,0	50	1,3
Comissões de Extensão	5,0	40,0	40,0	15,0	-	20	2,4
T O T A L	3,7	15,7	24,1	34,3	22,2	108	1,4

Nível de significância 0,05 (= significativo)

5.1.5. Importância atribuída pelos professores e alunos à extensão ao lado do ensino e da pesquisa

Como já foi indicado anteriormente, ensino, pesquisa e extensão representam três papéis diferentes atribuídos à vida universitária, de acordo com a reforma universitária.

No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, diante dessa orientação, foi montado todo um subsistema responsável pelo acompanhamento da atividade extensionista, à semelhança do ensino e da pesquisa. A implantação da extensão na universidade provocou alterações não só na estrutura acadêmica, mas também mudanças de atitudes nos grupos de pessoas envolvidas na vida universitária.

Questionados sobre a importância atribuída à extensão ao lado do ensino e da pesquisa, os respondentes indicaram alto grau de interesse a essa função, como se pode observar na tabela nº 11, onde a média geral de respostas situa-se em 3, , considerado dentro do mais alto grau de importância nos critérios estabelecidos para este trabalho.

Pode-se concluir também que há um consenso entre os respondentes a esse respeito, com todas as médias individuais de cada categoria superiores a 3,0, e com os percentuais de resposta girando em 94,5%, somados os escores mais altos, 4 e 3.

Desta forma, a análise dos dados coletados permite que se afirme que, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é atribuída igual importância ao ensino, pesquisa e extensão, o que coincide com os aspectos formais vigentes, com idêntica interpretação.

TAB. 11
 Importância atribuída pelos professores e alunos à extensão ao lado do ensino e da pesquisa
 (%) N = 328

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	69,2	30,8	-	-	-	13	3,6
Chefes departamento	28,0	68,0	4,0	-	-	25	3,2
Comissões de extensão	35,0	55,0	10,0	-	-	20	3,2
Professores	18,0	68,0	10,0	4,0	-	50	3,0
Alunos	58,2	38,2	1,8	0,5	1,4	220	3,5
T O T A L	48,8	45,7	3,7	0,9	0,9	328	3,3

Nível de significância 0,001 (= significativo)

5.1.6. Sistematização e planificação das atividades de extensão na UFRGS

De acordo com a orientação de KAUFMAN (1973), a universidade representa, num enfoque sistêmico, um conjunto de necessidades funções que geraram a criação de vários subsistemas. Cada um desses subsistemas apresenta uma estrutura que implica essencialmente em planejamento, execução, controle e avaliação dos resultados e com retroalimentação constante de seus componentes.

Nessa perspectiva, a universidade apresenta, entre outros que possam existir, o subsistema ensino, o de pesquisa e o de extensão. Para que cada um deles realize as funções a que se destinam, pressupõem um fluxo contínuo de planejamento, execução, avaliação e reciclagem, a fim de se obter produtos condizentes com os objetivos do estabelecimento.

Portanto, dentro dessa linha, questionou-se os respondentes para que se manifestassem indicando qual o grau de sistematização e planificação que conseguem perceber no subsistema extensão universitária.

Sistematização é aqui considerado, de acordo com a indicação feita nos questionários, como a realização de atividades de extensão programadas com antecedência, incluídas nos planos departamentais em todos os semestres, seguidos de acompanhamento e avaliação, para comparação dos resultados com os objetivos propostos.

Os resultados, constantes da tabela nº 12, permitem a conclusão de que, para os professores da UFRGS, em conjunto, a extensão ainda não apresenta suficiente grau de sistematização e planificação. Para os integrantes de Comissões de Extensão, todavia, a média de 3,0 demonstra que este grupo considera-a completamente integrada à vida universitária, com alto grau de sistematização e planificação.

Os chefes de departamento, por outro lado, consideram que a extensão vem sendo realizada de forma totalmente ocasional, e 36,0% das respostas indicando que não tem conhecimento sobre o assunto.

TAB. 12

Sistematização e planificação das atividades de extensão na UFRGS

(%)

N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	-	15,4	23,1	46,2	15,4	13	1,3
Chefes departamento	-	44,0	12,0	8,0	36,0	25	1,6
Comissões de extensão	15,0	75,0	5,0	5,0	-	20	3,0
Professores	2,0	34,0	32,0	18,0	18,0	50	1,9
T O T A L	3,7	41,7	21,3	16,7	16,7	108	1,9

Nível de significância 0,05 (= significativo)

5.1.7. Controle, acompanhamento e avaliação dos projetos realizados

Complementando a questão anterior, foi solicitado aos respondentes que indicassem qual o grau de controle, acompanhamento e avaliação dos projetos realizados, vistos isoladamente e não o sistema todo, como foi questionado no item anterior.

A inclusão desta pergunta foi feita com o objetivo de se verificar se há diferenças de níveis de sistematização entre a estrutura do sistema e projetos executados, considerados componentes com funções específicas dentro do processo sistêmico (KAUFMAN, 1973).

A tabela nº 13 apresenta resultados indicativos de que, para os respondentes, os projetos tem sido realizados com o devido acompanhamento e controle, com média de respostas em 2,7.

Observa-se que a média mais elevada situa-se no grupo dos professores que já atuaram em extensão ($\bar{X} = 3,1$), sendo a mais baixa apresentada pelos chefes de departamento ($\bar{X} = 2,6$).

TAB. 13

Controle, acompanhamento e avaliação dos projetos executados

(%)

N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	16,0	60,0	8,0	-	16,0	13	2,7
Chefes departamento	23,1	46,2	23,1	-	7,7	25	2,6
Comissões de extensão	5,0	75,0	15,0	-	5,0	20	2,7
Professores	36,0	46,0	14,0	4,0	-	50	3,1
T O T A L	24,1	54,6	13,9	1,9	5,6	108	2,7

Nível de significância 0,05 (= significativo)

5.1.8. Possibilidade de inclusão das atividades de extensão no plano de trabalho docente

Pela resolução nº 24/75-COCEP, foi estabelecida formalmente a possibilidade de inclusão da atividade de extensão na carga horária docente, desde que integrada ao plano departamental (UFRGS, COPERT, 1976).

Para se comparar o aspecto formal à percepção dos professores, foi solicitado a estes que indicassem se está ou não sendo levado à prática tal aspecto. A tabela nº 14 sugere a conclusão que ainda não está institucionalizada suficientemente essa característica, com média geral de 2,3 .

Verificados os relatórios das atividades realizadas no período em estudo, observou-se que em cerca de 40% o horário dos professores é considerado dentro de sua carga horária, porém pequena parcela faz parte do plano departamental enviado à COPERT, já que são planejados com reduzida antecedência, não superior a 30 dias.

Assim, mais esta categoria indica que a extensão ainda não está institucionalizada suficientemente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TAB. 14.
Possibilidade de inclusão das atividades de extensão no plano de trabalho docente

(%) N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	7,7	30,8	61,5	-	-	13	2,5
Chefes departamento	-	36,0	64,0	-	-	25	2,4
Comissões de extensão	-	50,0	40,0	5,0	5,0	20	2,3
Professores	10,0	30,0	44,0	6,0	10,0	50	2,2
T O T A L	5,6	35,2	50,0	3,7	5,6	108	2,3

Nível de significância 0,28 (= não significativo)

5.1.9. Grau de departamentalização da extensão no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O ponto básico da nova organização implantada com a reforma universitária é o departamento, unidade que reúne os docentes de uma mesma área de conhecimentos, para efeitos de ensino, pesquisa, extensão e administração (UFRGS, PROPLAN, 1979)₂. Pelo Art. 70 do Estatuto da Universidade é definido como a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didática e científica, exercendo controle sobre a a atividade da universidade no âmbito de sua área (UFRGS, 1971)₂.

Assim, pelas determinações da reforma, a atividade de extensão vincula-se ao departamento e os projetos de iniciativa de qualquer interessado, devem ser realizados sob controle departamental. A resolução nº 4/73-COCEP, por sua vez, atribuiu às Comissões de Extensão a competência do planejamento, acompanhamento e avaliação dos projetos de extensão (UFRGS, 1974). De acordo com essa orientação, as atividades de extensão dependem tanto do departamento quanto das Comissões de Extensão. Todavia, não foi encontrado em nenhum dos documentos consultados (UFRGS, 1971, 1974, 1976, 1979) qualquer indicação precisa de que os projetos de extensão devem ser analisados a nível departamental, além das Comissões de Extensão. Com isso, conclui-se que existe imprecisão sobre o papel do departamento na ação extensionista.

Ouvidos informalmente alguns docentes e analisados pareceres constantes em projetos de atividades de extensão, o que se concluiu é que há um certo consenso entre os professores de que caberia aos departamentos o planejamento e execução dos projetos, sob controle das Comissões de Extensão. A partir daí, foram elaboradas duas questões: a primeira, para que os respondentes indicassem se a extensão está efetivamente departamentalizada, e a segunda para se verificar se, para os professores, a extensão deve ser realizada de forma departamentalizada.

A tabela nº 15 indica que, para o corpo docente, a extensão está sendo realizada totalmente vinculada aos departamentos,

com média de respostas em 3,1. Daí se conclui que há realmente um consenso entre o corpo docente sobre a departamentalização da atividade extensionista na UFRGS .

Para delimitar-se ainda mais os resultados obtidos por essa característica, verificou-se que, entre 80 projetos de atividades de extensão consultados, selecionados aleatoriamente, 95% deles foram aprovados pelos departamentos e apenas 5% sem que eles tivessem sido ouvidos. Os formulários de apresentação de planos de extensão, por sua vez, já contêm espaço destinado especificamente para emitirem seu parecer.

Desta forma, pode-se concluir que, embora formalmente ainda hajam lacunas no papel do departamento no controle de atividade de extensionista, pela análise dos projetos realizados e pela opinião expressa pelos professores pode-se concluir que a extensão está totalmente departamentalizada na UFRGS.

TAB. 15

Percepção dos respondentes sobre o grau de departamentalização da extensão na UFRGS

(%)

N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	38,5	15,4	46,2	-	-	13	2,9
Chefes departamento	68,0	32,0	-	-	-	25	3,6
Comissões de extensão	55,0	20,0	25,0	-	-	20	3,3
Professores	22,0	56,0	10,0	2,0	10,0	50	2,7
T O T A L	40,7	38,9	14,8	0,9	4,6	108	3,1

Nível de significância 0,001 (= significativo)

Na segunda questão referente à departamentalização, foi solicitado aos professores que se manifestassem sobre a necessidade ou não de os departamentos serem ouvidos sobre cada projeto realizado, já que existem Comissões de Extensão criadas com tal finalidade. A tabela nº 16 com média de respostas em torno de 3,0, indica que os respondentes consideram necessário a participação departamental. Analisando-se mais detidamente os dados, porém, verifica-se que, em realidade, para as Comissões de Extensão e para os professores que já atuaram em extensão, o controle departamental é menos necessário ($\bar{X} = 2,4$).

Portanto, pode-se concluir que, consideradas as restrições acima, além da extensão estar efetivamente departamentalizada na UFRGS, o corpo docente reconhece o papel do departamento como necessário e vinculado à vida universitária.

Verificando-se os resultados constantes das tabelas 15 e 16 conclui-se que não há diferença entre o grau de departamentalização da extensão existente e o que os professores a consideram necessário, já que as médias de 3,1 e 2,9, respectivamente, são bastante aproximadas.

TAB. 16

Importância atribuída pelos professores à participação departamental na atividade de extensão

(%) N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	53,8	30,8	7,7	7,7	-	13	3,3
Chefes departamento	24,0	72,0	4,0	-	-	25	3,2
Comissões de extensão	10,0	35,0	45,0	5,0	5,0	20	2,4
Professores	34,0	46,0	10,0	6,0	4,0	50	3,0
T O T A L	29,6	48,1	14,8	4,6	2,0	108	2,9

Nível de significância 0,003 (= significativo)

5.1.10. Divulgação da potencialidade extensionista junto à comunidade

A comunicação é um dos fatores que interfere diretamente no resultado dos projetos, dela dependendo a repercussão e colaboração dos grupos envolvidos. Como já foi indicado, neste trabalho foram detectados em vários momentos problemas originados simplesmente no desconhecimento de normas e documentos por parte dos alunos e professores. Nos cursos de extensão, de outro lado, e no próprio objetivo da atividade extensionista, de outro, a divulgação dos projetos, objetivos e resultados entre a população alvo é indispensável para a própria execução dos planos.

Questionados sobre a conveniência e eficácia dos meios de comunicação que estão sendo utilizados para divulgação a atividade extensionista junto à comunidade, os respondentes indicaram, de acordo com os dados constantes na tabela nº 17 que o sistema está satisfatoriamente atingindo seus objetivos, com média de res

postas em 2,6. Trata-se porém um limite mínimo aceitável, já que o limite mínimo para considerá-la satisfatória foi fixado em 2,5, de acordo com os critérios estabelecidos para este trabalho.

TAB. 17
Eficiência da divulgação das atividades de extensão junto à comunidade

(%) N = 328

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	7,7	38,3	53,8	-	-	13	2,5
Chefes departamento	-	64,0	12,0	-	24,0	25	2,1
Comissões de extensão	5,0	55,0	5,0	35,0	-	20	2,3
Professores	4,1	38,8	38,8	6,1	12,2	50	2,1
Alunos	11,8	58,6	28,2	0,9	0,5	220	2,8
T O T A L	9,2	55,0	28,1	3,7	4,0	328	2,6

Nível de significância 0,001 (= significativo)

Considerando-se os meios de comunicação mais utilizados na divulgação, a saber, jornais, rádio, TV, cartazes e catálogos, procurou-se identificar qual o meio de divulgação que mais atinge a comunidade. A tabela nº 18 mostra que os cartazes são a forma mais eficaz de divulgação com 68,7% dos respondentes indicando-os em 1º lugar, seguidos de jornais, rádio e TV, respectivamente.

TAB. 18
Eficácia dos meios de comunicação utilizados para divulgação das atividades de extensão

(%) N = 392

VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO	E S C O R E S				TOTAL %
	4	3	2	1	
Jornais	19,7	69,0	3,2	8,1	100,0
Cartazes	68,7	21,1	4,2	6,0	100,0
Rádio	4,9	4,9	72,5	17,5	100,0
TV	6,9	5,0	20,1	68,2	100,0
T O T A L %	100,0	100,0	100,0	100,0	

Legenda: 4 = meio mais importante
1 = meio menos importante

5.2. MOTIVAÇÃO DE PROFESSORES, ALUNOS E PROFISSIONAIS PARA A ATIVIDADE DE EXTENSÃO NA UFRGS

Ao ser implantada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a atividade de extensão, à semelhança de outras inovações de caráter estrutural introduzidas em organizações, provocou uma série de mudanças no comportamento, hábitos e atitudes dos professores e alunos em relação à vida universitária. De acordo com LAFOURCADE (1974), para se obter êxito em mudanças que se pretendem induzir em sistemas educacionais, devem ser considerados os interesses e respeitadas as características dos grupos envolvidos. Assim, procurou-se neste trabalho verificar quais os fatores que tem incentivado a atuação docentes e discente, de um lado, e quais os obstáculos existentes que tem interferido nos resultados até aqui alcançados pela extensão na UFRGS.

Nessa perspectiva, foram elaboradas questões referentes a diversos indicadores que interferem na motivação dos grupos. A tabela nº 19 apresenta os dados coletados, onde se verifica que os respondentes estão perfeitamente integrados à ação extensionista, com média geral de respostas refletindo a conclusão de que os respondentes estão suficientemente e adequadamente motivados para a inovação implantada com a reforma universitária.

A pergunta referente ao diagnóstico dos fatores que motivam alunos e professores à extensão foi elaborada de forma aberta, não tendo sido computados seus resultados na tabela nº 19.

As respostas às características sobre a relação entre o tempo planejado e o tempo previsto e à racionalidade dos sistemas de avaliação apresentaram resultados que indicam não ser significativos a diferença de opiniões entre as categorias de respondentes que se manifestaram sobre tais indicadores a saber, alunos e profissionais.

TAB. 19

Fatores de estímulo para a participação docente, discente e profissional em atividades de extensão na UFRGS
(%) \bar{X}

CARACTERÍSTICAS	E S C O R E S					\bar{X}	SIGNIFI* CÂNCIA
	4	3	2	1	0		
1. Incentivos oferecidos pela UFRGS à atuação docente em extensão	0,9	23,1	36,1	35,5	8,3	1,7	S
2. Abertura à proposição de atividades de extensão a qualquer interessado	46,3	45,0	4,9	-	3,8	2,9	S
3. Correspondência entre os resultados das atividades de extensão e as expectativas dos participantes	15,6	64,5	15,1	2,8	2,0	3,1	S
4. Valorização acadêmica e profissional pela participação em atividades de extensão	25,8	57,4	12,5	1,8	2,6	2,7	S
5. Possibilidade de aplicação de conhecimentos junto à comunidade	8,4	51,5	17,3	2,3	20,4	2,3	S
6. Relação entre as exigências das atividades com o interesse dos participantes	9,9	62,3	26,8	0,7	0,4	2,9	S
7. Relação entre as atividades realizadas e o tempo planejado para sua execução	4,2	67,6	26,8	1,4	-	2,8	NS
8. Racionalidade dos sistemas de acompanhamento e avaliação com os objetivos propostos	13,7	62,0	22,2	1,4	0,7	2,9	NS
9. Expectativas gerais dos participantes quanto às possibilidades da extensão	13,0	69,4	13,4	1,8	2,4	2,9	S
M É D I A						2,6	

* NS = Não significativo
S = Significativo

EQUIVALÊNCIA DOS ESCORES :

4 = concordância total

3 = concordância

2 = discordância

1 = discordância total

0 = desconhecimento

5.2.1. Importância atribuída pelos professores aos incentivos que retribuem a atuação docente em extensão

O primeiro ponto delimitado na função "motivação" foi a opinião dos professores sobre a adequação e pertinência dos incentivos oferecidos pela UFRGS à atuação docente em extensão.

Como se pode verificar na tabela nº 20, computando-se os escores 2 e 1, onde se localizam 64,6% das respostas, os respondentes indicaram que os incentivos oferecidos pela UFRGS não tem sido suficiente para motivar o corpo docente para a extensão.

Interpretando-se tal resultado, o que se pode deduzir é que também pode estar ligado a falhas de comunicação, ou seja, ao fato de que os professores não conhecem quais são os incentivos que os beneficiam ao atuarem em extensão. Coincide também com dados de pesquisa recentemente divulgados pela Pró-Reitoria de Planejamento, de que a estrutura da UFRGS ainda não está totalmente adaptada ao espírito da reforma de ensino, especialmente a nível departamental (UFRGS, PROPLAN, 1979).

TAB. 20

Importância atribuída pelos respondentes aos incentivos oferecidos pela UFRGS à atuação docente em extensão

(%)

N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					\bar{X}	N
	4	3	2	1	0		
Diretores	-	30,8	38,5	23,1	7,7	13	1,9
Chefes departamento	-	4,0	32,0	64,0	-	25	1,4
Comissões de extensão	5,0	10,0	65,0	20,0	-	20	2,0
Professores	-	36,0	24,0	22,0	18,0	50	1,8
T O T A L	0,9	23,1	36,1	31,5	8,3	108	1,7

Nível de significância 0,001 (= significativo)

5.2.2. Possibilidade de proposição de atividades de extensão a qualquer interessado

Pela resolução nº 4/73-COCEP (UFRGS, 1974), qualquer entidade ou pessoa interessada pode propor a realização de atividades de extensão. Isso significa que na Universidade Federal do Rio Grande do Sul já está estabelecida uma forma de abertura que permite o atendimento a reivindicações do interesse da comunidade. Através desse mecanismo forma-se um processo de entrada e saída, permitindo um fluxo de informações em dois sentidos, de dentro para fora e de fora para dentro da universidade.

Questionados sobre a importância dessa possibilidade, os respondentes indicaram, como se observa pelos dados constantes da tabela nº 21, apresentando uma média geral de 2,9, refletindo concordância em grau satisfatório a essa característica. Deve-se considerar bastante significativo o alto percentual (91%) dos respondentes que atribuem muita importância a característica em análise. Assim, o consenso que se reflete desse resultado é um indicador seguro de que a reforma universitária proposta pela Lei nº 5.540 atingiu o objetivo de integração dos professores e alunos à ação universitária, despertando entre eles um sentido de comunidade e de atuação conjunta no sentido de obtenção das metas propostas pela universidade.

TAB. 21

Importância atribuída pelos respondentes à abertura de proposição de atividades de extensão a qualquer interessado

(%) N = 391

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	15,4	46,2	23,1	-	15,4	13	2,5
Chefes departamento	32,0	40,0	8,0	-	20,0	25	2,6
Comissões de extensão	50,0	45,0	5,0	-	-	20	3,5
Professores	16,0	56,0	22,0	-	6,0	50	2,7
Alunos	53,0	43,6	0,9	-	1,8	220	2,7
Profissionais	55,6	42,9	-	-	1,6	63	3,5
T O T A L	46,3	45,0	4,9	-	3,8	391	2,9

Nível de significância 0,001 (= significativo)

Para complementar as informações sobre a abertura de proposição de atividades a qualquer interessado, foram consultados os projetos de extensão executados no período de 1975-1979, para identificação da origem da iniciativa de cada plano executado.

De acordo com os resultados obtidos, constantes na tabela nº 22, pode-se verificar que, apesar de ser considerada de grande importância a proposição por iniciativa de qualquer interessado, a maioria das atividades realizadas tiveram sua origem nos próprios departamentos (60%), nas comissões de extensão, nas unidades e outros setores da universidade (15%), sendo já significativa a participação de alunos e comunidade em geral (25%) levando-se em conta o reduzido período de tempo decorrido desde a implantação dessa prerrogativa.

TAB. 22 .

Origem da iniciativa da realização de atividades de extensão na UFRGS - 1975-1979.

ORIGEM	%
Departamentos	60,0
Comissões de Extensão, Direções de Unidades e outros setores da UFRGS	15,0
Comunidade em geral	15,0
Alunos	15,0
T O T A L	100,0

Fonte: PROREXT/UFRGS

5.2.3. Correspondência dos resultados da extensão às expectativas dos professores e alunos

De acordo com LAFOURCADE (1974), os grupos envolvidos por uma ação educacional se sentem mais integrados à mesma na medida em que suas expectativas iniciais estão sendo satisfeitas. Assim, estabeleceu-se como uma das características a serem avaliadas o grau de satisfação dos respondentes em relação ao que

vem sendo realizado em extensão na UFRGS e as expectativas iniciais dos participantes .

Pelos dados constantes da tabela nº 23, pode-se concluir que a extensão tem correspondido satisfatoriamente às expectativas dos professores, alunos e profissionais, como indica a média geral de respostas em torno de 3,1.

TAB. 23

Correspondência entre os resultados da extensão na UFRGS e as expectativas dos professores, alunos e profissionais

(%) N = 392

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	38,5	38,5	7,7	15,4	-	13	3,0
Chefes departamento	28,0	60,0	12,0	-	-	25	3,0
Comissões de extensão	30,0	55,0	10,0	5,0	-	20	3,1
Professores	24,0	60,0	14,0	-	2,0	50	3,1
Alunos	9,1	67,7	16,8	3,6	2,7	220	2,8
Profissionais	17,2	67,2	14,1	-	1,6	64	3,0
T O T A L	15,6	64,5	15,1	2,8	2,0	392	3,1

Nível de significância 0,0001 (= significativo)

5.2.4. Valorização acadêmica e profissional pela participação em atividades de extensão

Conforme manifestação do CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (1977), a valorização acadêmica e profissional é um dos instrumentos de que as universidades devem se valer para motivar seus corpos docente e discente à ação extensionista .

De acordo com os dados constantes da tabela nº 24, é altamente satisfatório tal reconhecimento para os alunos e profissionais, com acentuada diferença com a opinião dos diretores, chefes de departamento e professores que atuaram em extensão, com respostas situadas em escores considerados insatisfatórios. A média geral, de 2,7 todavia, permite a conclusão de que os respondentes consideram altamente valorizada acadêmica e profissionalmente a participação em atividades de extensão da UFRGS .

TAB. 24

Valorização acadêmica e profissional da
participação em atividades de extensão

(%)

N = 392

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	-	76,9	7,7	-	15,4	13	2,4
Chefes departamento	4,0	28,0	56,0	-	12,0	25	2,1
Comissões de extensão	10,0	80,0	10,0	-	-	20	3,0
Professores	4,0	4,0	38,0	8,0	10,0	50	2,2
Alunos	35,5	59,1	4,5	0,9	-	220	3,7
Profissionais	28,1	65,6	4,7	1,6	-	64	3,2
T O T A L	25,8	57,4	12,5	1,8	2,6	392	2,7

Nível de significância 0,001 (= significativo)

5.2.5. Possibilidade de aplicação de conhecimentos junto
à comunidade através da extensão

De acordo com a Lei nº 5.540, a própria finalidade que dirige a extensão universitária é a execução de projetos que promovam a integração da universidade à comunidade (BRASIL, 1968). Assim, através da extensão devem ser oferecidas chances para os alunos e professores aplicarem técnicas e conhecimentos diretamente em setores da coletividade que necessitem de sua cooperação.

A fim de se avaliar se a UFRGS está desempenhando essa função, foram questionados os respondentes sobre esse aspecto. Os resultados, contantes da tabela nº 25 indicam que é insuficiente a atuação da universidade nesse setor. Observa-se que apresentou média de respostas positiva ($\bar{X} = 3,3$) apenas o grupo de representantes das unidades junto às comissões de extensão.

Assim, pode-se concluir que, na percepção dos respondentes, a UFRGS não está executando eficientemente a função de aplicação de conhecimentos junto à comunidade através da extensão.

TAB. 25

Possibilidade de aplicação de conhecimentos
junto à comunidade através da extensão

CATEGORIA	(%)					N	\bar{X}
	E S C O R E S						
	4	3	2	1	0		
Diretores	-	38,5	46,2	-	15,4	13	2,1
Chefes departamento	-	72,0	4,0	-	24,0	25	2,2
Comissões de extensão	35,0	60,0	5,0	-	-	20	2,0
Professores	2,0	30,0	44,0	12,0	12,0	50	3,3
Alunos	6,8	55,0	13,6	0,9	23,6	220	2,2
Profissionais	15,6	48,4	12,5	1,6	21,9	64	2,3
T O T A L	8,4	51,5	17,3	2,3	20,4	392	2,3

Nível de significância 0,001 (= significativo)

5.2.6. Relação entre o grau de exigências das atividades de extensão e o interesse dos participantes

Pressupondo-se que o grau de aceitação de mudanças num sistema educacional é diretamente proporcional ao grau de satisfação individual que a inovação oferece nas pessoas envolvidas (LAFOURCADE, 1974), elaborou-se um item que questionou os respondentes sobre a relação verificada entre as exigências das atividades e o interesse dos participantes. Exigência, neste item, inclui critérios de avaliação, tipo de tarefas executadas, frequência, técnicas e recursos didáticos e interesses, consideradas como incentivos à participação, motivação para continuar, etc.

A média geral apresentada na tabela nº 26 permite que se conclua que é positiva essa relação, tanto entre alunos ($\bar{X} = 2,8$) quanto profissionais ($\bar{X} = 3,0$), considerando-se porém que 26,8% dos respondentes indicaram o contrário.

TAB. 26

Relação entre as exigências de atividades
e o interesse dos participantes

(%)

N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	7,7	61,8	29,5	0,5	0,5	220	2,8
Profissionais	17,2	64,1	17,2	1,6	-	64	3,0
T O T A L	9,9	62,3	26,8	0,7	0,4	248	2,9

Nível de significância 0,001 (= significativo)

5.2.7. Relação entre as atividades realizadas e o tempo planejado para ser executado

Considerando-se que a eficiência de planejamento tem reflexo direto nos resultados, questionou-se os alunos e profissionais para que se manifestassem sobre a adequação entre o tempo previsto e o tempo dispendido efetivamente nas atividades de extensão.

A tabela nº 27 indica que o fator tempo pode ser considerado um aspecto de eficiência no planejamento das atividades, com média de respostas em 2,8, tanto para alunos quanto profissionais.

Quatro respondentes indicaram, em observações, que o horário das atividades deveriam ser melhor planejados, de acordo com a clientela a que se dirige, tendo dois deles solicitado que as atividades de extensão se concentrem mais em fins de semana e período de férias escolares, preferencialmente no mês de julho.

Tal manifestação coincide com informações colhidas junto ao setor administrativo responsável pelas inscrições às atividades, na Pró-Reitoria de Extensão, cujos funcionários afirmam que esta é uma constante reclamação dos candidatos aos cursos de extensão. Portanto, com vista ao crescimento e melhoria do programa de extensão na UFRGS, poderiam ser atendidas tais observações para futuros planos, concentrando-se maior número de atividades no mês de julho e fins de semana, bem como realizando-se levantamentos junto à clientela interessada.

TAB. 27

Percepção dos respondentes sobre a relação entre as atividades realizadas e o tempo planejado para sua execução
(%) N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	3,6	67,7	26,8	1,8	-	220	2,8
Profissionais	6,3	67,2	26,6	-	-	64	2,8
T O T A L	4,2	67,6	26,8	1,4	-	284	2,8

Nível de significância 0,08 (= não significativo)

5.2.8. Adequação dos sistemas de acompanhamento e avaliação aos objetivos propostos

Para GOLDBERG (1973) a avaliação é sempre uma verificação do grau em que os objetivos foram alcançados. A racionalidade de sistemas de avaliação, por sua vez, constitui-se num incentivo para os participantes se corresponderem ao tipo de tarefas e exigências da atividade em análise.

Questionados sobre este aspecto, os alunos e profissionais mais uma vez indicaram alto grau de eficiência, como é demonstrado na tabela nº 28, onde a média individual e geral dos grupos situa-se em 2,9, considerado um escore elevado de acordo com os critérios estabelecidos para este trabalho.

Para verificar-se quais os tipos e instrumentos de avaliação mais utilizados, fez-se um levantamento junto aos relatórios de 40 cursos realizados, arquivado na Pró-Reitoria de Extensão. Nesse estudo, constatou-se que:

a) todos os projetos analisados indicaram os critérios e instrumentos de avaliação utilizados;

b) 40% das atividades analisadas consideraram apenas frequência (de 100 a 80% no mínimo);

c) 50% das atividades exigiram avaliação de conhecimentos através de provas objetivas e subjetivas, relatórios, monografias, participação em seminários, exercícios práticos, além de fichas de avaliação.

TAB. 28

Adequação dos sistemas de acompanhamento e
avaliação aos objetivos propostos

(%) N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	12,7	65,9	19,1	1,4	0,9	220	2,9
Profissionais	17,2	48,4	32,8	1,6	0,0	64	2,9
T O T A L	13,7	62,0	22,2	1,4	0,7	284	2,9

Nível de significância 0,08 (= não significativo)

5.2.9. Principais fatores de estímulo à participação discente e profissional em atividades de extensão

Dentro da análise das características referentes à motivação dos grupos atingidos pela ação da UFRGS na área de extensão, estabeleceu-se como um dos indicadores o diagnóstico dos estímulos que servem de incentivo. Os resultados desse levantamento servirão para orientar mais objetivamente a política de extensão na UFRGS, adaptando-a aos interesses dos professores, alunos e profissionais no que for possível.

A questão referente a esse ítem foi elaborada de forma aberta, tendo sido solicitada a enumeração dos cinco principais motivos que levam os respondentes a atuarem em extensão.

A tabela nº 29 apresenta tais resultados, que foram interpretados através do cálculo do percentual total de respostas dadas a cada ítem. Assim, foi considerado como o principal incentivo à atuação em extensão a procura de certificado (84,1%), seguido da possibilidade de novos conhecimentos e atuação acadêmica e profissional (80,0%), pela oportunidade oferecida de se fazer novos contatos sociais e amizades (69,9%); em quarto lugar foi indicada a possibilidade de ascensão funcional (62,1%) e em quinto lugar pela possibilidade de contatos com especialistas (34,8%). Interpretando-se tais resultados, a primeira constatação que se fez é a de que, sendo a procura de títulos o principal motivo de participação, caem para o segundo plano os próprios objetivos da extensão universitária, de integração e participação entre a u-

universidade e a comunidade. Verifica-se que motivos individuais são mais importantes para os participantes do que interesses sociais. A importância atribuída ao certificado, de outro lado, não deve ser considerado um fato estranho ou isolado, mas bastante comum dentro do mercado de trabalho, onde a concorrência profissional é medida através de concursos de títulos, ao lado das tradicionais avaliações de conhecimentos, servindo de desempate nos casos de igual desempenho de candidatos submetidos a um mesmo teste.

Em segundo lugar, foi apontada a possibilidade de serem obtidos novos conhecimentos e atualização acadêmica e profissional, o que se iguala aos objetivos traçados dentro da política nacional de extensão universitária. Assim, assume papel de destaque mais uma vez o interesse no desenvolvimento individual sobre valores de participação social.

Em terceiro lugar foi apresentado um ponto totalmente inesperado, que é a importância atribuída pelos respondentes às oportunidades oferecidas pelos cursos de extensão para se travar novos conhecimentos e amizades. Além de ter sido indicado na pergunta específica, também em observações verificou-se grande número de manifestações a esse respeito, cujo teor reveste-se do mais alto significado, ao apontar que o retorno à universidade, através de cursos de extensão, é oportunidade das mais importantes, se não a única, de que se valem inúmeras pessoas para ampliar seus círculos de amizades; assume um papel de lazer para onde ocorrem indivíduos das mais variadas origens sem outro objetivo que não seja o preenchimento do tempo livre em atividades que dão prazer. Um dos relatos assume mesmo um caráter dramático, em que um dos respondentes, identificando-se como professor de 2º grau, revela que a única forma de sair de casa para realizar atividades fora de seu trabalho é a realização de cursos e participação em seminários. Assim, inesperadamente, esta questão apresentou respostas que refletem um cunho de importância sociológica, indicando aspectos referentes ao lazer e problemas de qualidade de vida da clientela atingida. Este aspecto, pela relevância do lado humano apresentado, pode também ser observado na realização de atividades futuras, onde se pode dar maior importância aos aspectos sócio-educacionais en-

volyidos, o que poderá ser feito destinando-se horários específicos para atividades de integração social, tais como cafezinho, almoços, etc.

Em quarto lugar foi indicada a possibilidade de ascensão funcional, considerada motivação individual constante, que se pressupõe estar presente em qualquer atividade voltada ao aperfeiçoamento pessoal.

Finalmente, em quinto lugar foi apresentada a possibilidade de contatos com especialistas, o que já era esperado.

TAB.29

Principais fatores de estímulo à participação
em atividades de extensão

(%)

CARACTERÍSTICA	E S C O R E S *				TOTAL
	4	3	2	1	
Pela satisfação pessoal	11,1	0,9	0,4	-	12,4
Pela possibilidade de novos conhecimentos e atuação	67,5	12,5	-	-	80,0
Pelos certificados expedidos	14,0	58,0	11,7	0,5	84,1
Pela possibilidade de novos contatos e amizades	4,8	19,3	30,4	15,4	69,9
Para ascensão funcional	1,1	5,6	34,4	21,0	62,1
Para suprir falhas curriculares	0,7	2,2	8,6	14,2	25,7
Para obtenção de créditos	0,4	0,7	12,0	16,1	29,2
Pela possibilidade de contatos com especialistas	0,4	1,1	2,5	30,8	34,8
Para contribuir para o desenvolvimento do País	-	-	-	2,1	2,1

* Legenda: 4 = fator mais importante entre os citados

1 = fator menos importante entre os citados

5.2.10. Estímulos para incentivar maior participação docente em atividades de extensão

Objetivando a quantificação da participação docente em extensão, procedeu-se a um levantamento junto aos relatórios e, a partir dos dados coletados, comparou-se o percentual de professores que atuaram em atividades de extensão com as parcelas de docentes que se dedicaram ao ensino de graduação e pós-graduação no mesmo período. Deve ser salientado, porém, que essa análise não permite conclusões definitivas sobre o assunto, já que são iguais dos professores que ministraram disciplinas com duração de um ou dois semestres, por exemplo, com professores que tenham dado uma ou duas conferências apenas, dentro de um projeto de extensão.

De qualquer forma, a tabela nº 30, a seguir, apresentando o total de docentes que atuaram em extensão no período estudado e sua proporção com o total de docentes da UFRGS, demonstra que vem se processando um significativo aumento, tendo atingido o percentual de 25% em 1979, o que pode ser interpretado como um índice elevado, considerando-se mais uma vez que a extensão foi implantada na UFRGS há menos de dez anos, sendo bem mais recente, portanto, que o ensino a nível de graduação e pós-graduação, já tradicionais na Universidade.

TAB. 30

Atuação docente em extensão no período 1976-1979
(%)

ANO	Nº CORPO DOCENTE	PROFS. EM ATIV. DE EXTENSÃO	
		N	%
1976	1940	305	15,7
1977	2087	414	19,8
1978	2166	453	21,0
1979	2247	566	25,0
TOTAL	8440	1738	20,5

Fonte : Relatórios UFRGS/PROEXT, 1976-79

Face a inexistência de dados sobre a distribuição de atividades em ensino de qualquer nível, optou-se pela comparação a partir da capacidade docente dedicada ao ensino de graduação, pós-graduação e extensão, tendo sido estabelecida a capacidade docente pelo cálculo do somatório dos regimes de trabalho de todos os professores da UFRGS dedicados a atividades de ensino em qualquer nível.

A tabela nº 31, com os dados coletados, sugere, mais uma vez, que a atividade de extensão está assumindo um crescente papel na vida universitária, com participação docente cada vez mais efetiva. Observa-se que a dedicação à extensão é a que apresentou o maior índice de crescimento, subindo de 2,5% para 7,9 ao final do período estudado.

TAB. 31

Distribuição da capacidade docente em atividades na área de ensino de graduação, pós-graduação e extensão no período 1976/1979

(%)

ANO	GRADUAÇÃO		PÓS-GRADUAÇÃO		EXTENSÃO		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	
1976	15.784	84,2	2.494	13,3	486	2,5	18.764
1977	16.995	89,1	1.092	5,7	983	5,2	19.070
1978	16.778	86,5	1.057	5,5	1.550	7,9	19.385
1979	18.018	86,5	1.170	5,6	1.631	7,9	20.819

Fonte: PROPLAN/DIU - (UFRGS, 1979)₂

Após estabelecerem-se os dados constantes na tabela nº 31, julgou-se oportuno comparar também o crescimento verificado no mesmo período entre a extensão e atividades de pesquisa. Para esse cálculo, utilizou-se como base de comparação a capacidade docente efetiva, ou seja, o somatório dos regimes de trabalho de todos os professores da UFRGS, dedicados a qualquer atividade, e não a capacidade docente dedicada ao ensino, como foi feito para a montagem dos dados constantes na tabela nº 32.

Como se observa, a parcela docente que se dedicou à extensão em relação à capacidade docente efetiva, cresceu em 199%, passando de 1,03% em 1976 a 3,08% ao final do período estudado. A atividade de pesquisa, comparada aos índices alcançados pela extensão, revela um crescimento bem menor, de 42,1%. Assim, conclui-se que a extensão apresenta um ritmo crescente de participação docente, tanto comparada ao ensino de pós-graduação e graduação, quanto à pesquisa. Tomando-se como indicador esse crescimento, pode-se afirmar que o grau de institucionalização da extensão na UFRGS segue uma linha cada vez mais significativa de participação docente.

TAB. 32

Crescimento da atividade docente em extensão e pesquisa na UFRGS no período 1976-1979 em relação a capacidade docente efetiva

(%)

ANO	EXTENSÃO		PESQUISA		CAPACIDADE DO- CENTE EFETIVA
	N	%	N	%	
1976	486	1,03	7178	15,2	46939
1977	983	2,06	9640	20,2	47709
1978	1550	3,17	9528	19,4	48873
1979	1631	3,08	11396	21,6	52855
% de crescimen- to no período		199,0%		42,1%	

Fonte: PROPLAN/DIU (UFRGS, 1979)₂

N = carga docente dedicada à extensão e à pesquisa por ano.

Tendo em vista um dos objetivos lançados ao início desta pesquisa, de oferecimento de novos dados sobre a extensão na UFRGS, elaborou-se uma pergunta aberta aos professores, solicitando-lhes que indicassem cinco fatores que poderiam estimular uma maior participação docente em extensão.

Considerando-se como critério para analisar as respostas dadas a sua distribuição em ordem de importância e cômputo do percentual total de respondentes que indicaram cada fator, os resultados foram apresentados na tabela nº 33, onde se verifica que, na opinião dos professores, a UFRGS poderá motivar maior parcela de docentes para atuarem em extensão através de: maior reconhecimento para progressão funcional pelo exercício em ex-

tensão, maior disponibilidade de recursos financeiros para custear as atividades de extensão, maior disponibilidade de carga horária aos professores interessados, melhor compensação financeira, bem como o oferecimento de títulos e certificados pela atuação docente em extensão.

Analisando-se a viabilidade de tais propostas, conclui-se que não são sugestões impossíveis. A UFRGS pode facilmente tanto elaborar uma previsão orçamentária mais ampla, valendo-se da cooperação com empresas e setores da comunidade, quanto planejar outras formas de valorização da atividade docente em extensão. A ampliação de carga horária também é apenas uma questão de planejamento, solucionável mediante uma programação feita com a devida antecedência. Quanto à quinta sugestão, de fornecimento de títulos e certificados, pode o setor competente analisar seu maior aproveitamento como incentivo funcional. Em síntese, chegou-se à conclusão de que, se a UFRGS se interessar em ampliar o alcance dos projetos de extensão, as medidas a serem tomadas, sugeridas pelos próprios docentes e alunos, são fáceis e exequíveis, dependendo apenas de um planejamento bem elaborado.

TAB. 33

Incentivos para aumentar a participação docente em atividades de extensão na UFRGS (%)

CARACTERÍSTICAS	E S C O R E S *				TOTAL
	4	3	2	1	
Melhor compensação financeira	63,0	0,9	-	-	69,9
Maior disponibilidade de carga horária	1,9	29,0	51,5	1,1	84,3
Maior reconhecimento para progressão funcional	35,2	57,0	1,0	-	93,0
Oferecimento de títulos e certificados	-	0,9	13,2	33,3	47,4
Fornecimento de mais recursos financeiros para os projetos	-	11,3	33,3	41,2	85,8

* Legenda : 4 = fator mais importante entre os enumerados
1 = fator menos importante entre os enumerados

5.2.11. Expectativas gerais dos participantes com as possibilidades da extensão para o futuro

Outro aspecto que se delimitou para análise de motivação dos grupos envolvidos, em especial alunos e profissionais, foi a verificação de que importância tem as possibilidades e perspectivas da extensão para o futuro da ação universitária.

De acordo com a tabela nº 34, verifica-se que os respondentes acreditam que a extensão está reservado um papel importante para o futuro como o indica a média de 2,9 de respostas.

Assim, conclui-se que, não são os professores da UFRGS estão motivados para a ação extensionista, mas também alunos e profissionais encaram a extensão como função importante da universidade atual. Portanto, com a eliminação das falhas que o sistema apresenta, abrem-se grandes perspectivas para a atividade de extensão na UFRGS.

TAB. 34

Expectativas gerais dos participantes quanto às possibilidades da extensão para o futuro

(%)

N = 284

CATEGORIAS	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	12,7	70,5	13,2	0,9	2,7	220	2,9
Profissionais	14,1	65,6	14,1	4,7	1,6	64	2,9
T O T A L	13,0	69,4	13,4	1,8	2,5	284	2,9

Nível de significância 0,03 (= significativo)

5.3. EFICIÊNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO REALIZADOS NA UFRGS

BESSA (1971) indica que a avaliação se dirige não só a análise do alcance dos objetivos propostos para um programa educacional, mas também às condições oferecidas para que tais objetivos sejam atingidos. Segundo o autor, o que se verifica mui-

tas vezes é a existência de grande distância entre os objetivos propostos e as possibilidades de operacionalização dos mesmos. Assim, pode ocorrer uma situação dualista em que existem, de um lado, objetivos que se deseja alcançar e de outro, meios inadequados para os fins propostos, o que torna difícil avaliar-se a qualidade do produto final.

Complementando, LAFOURCADE (1974, p. 224) afirma que, embora a concretização de um plano não garanta por si mesma que se obterá os resultados esperados, uma boa organização de táticas de consecução respaldadas por um adequado apoio material, atuará como um fator de alto poder determinante.

De acordo com a orientação dos autores supra citados, estabeleceu-se que, na avaliação da atividade de extensão na UFRGS, seriam incluídos aspectos referentes à eficiência das condições de funcionamento dos cursos realizados na opinião da clientela atingida, utilizando-se como indicadores de eficiência as características propostas por LAFOURCADE (1974, p.228).

Na tabela nº 35, onde foram apresentadas as respostas sobre os indicadores de eficiência estabelecidos, verifica-se, diante da média geral obtida, de 2,5, que, para os alunos e profissionais, os programas de extensão tem se caracterizado por um mínimo aceitável de eficiência de condições para consecução dos objetivos propostos. Portanto, os dados evidenciam a existência de falhas que devem ser corrigidas a fim de se obter melhor resultado.

Na tabela nº 35, verifica-se que não apresentam significância as respostas entre as várias categorias de respondentes as características referentes a espaço físico, recursos multimídia, taxas de inscrição e rapidez administrativa na solução de problemas imediatos.

TAB. 35

Percepção dos respondentes acerca do grau de eficiência dos programas de extensão realizados pela UFRGS

(%)

CARACTERÍSTICA	E S C O R E S					\bar{X}	SIGNIFI CÂNCIA *
	4	3	2	1	0		
1. Relação entre o número de professores e número de participantes da atividade	13,4	58,8	26,1	0,4	1,2	2,8	S
2. Qualidade e atualidade dos recursos bibliográficos utilizados	5,3	47,5	19,7	6,3	21,1	2,3	S
3. Qualidade e variedade do material gráfico distribuído (polígrafos, certificados, etc)	5,6	42,6	32,4	12,7	6,7	2,3	S
4. Rapidez e eficiência do apoio administrativo	14,1	61,6	21,1	2,1	1,1	2,8	S
5. Condições de espaço físico dos locais em que se realizam as atividades de extensão	10,9	54,6	30,3	3,9	0,4	2,7	NS
6. Adequação e qualidade dos recursos multi-mídia utilizados	6,0	52,1	21,8	8,5	11,6	2,4	NS
7. Qualidade de equipamentos, laboratórios e instalações	6,0	57,7	17,6	6,0	12,7	2,5	S
8. Pertinência das tarefas e atividades práticas	10,2	62,3	20,4	2,5	4,6	2,7	S
9. Acessibilidade do valor das taxas de inscrição	9,2	56,0	27,5	6,0	1,4	2,7	NS
10. Grau de rapidez administrativa do sistema de extensão na UFRGS	7,0	52,8	32,0	4,2	3,9	2,5	NS
\bar{X} T O T A L						2,5	

NS = não significativo

S = significativo

EQUIVALÊNCIA DOS ESCORES :

4 = concordância total

3 = concordância

2 = discordância

1 = discordância total

0 = desconhecimento

Estranhando-se a ocorrência de escore tão baixo, foram consultados os questionários e, em observações, verificou-se que 15% do total de respondentes indicaram que, nas atividades de extensão que participaram, não foi feito qualquer tipo de indicação ou referência bibliográfica. Tal constatação coincide com o elevado percentual de 21,4% dos questionados indicaram não ter conhecimento para manifestarem-se sobre o assunto.

Dessa análise pode-se deduzir que, mais correto do que afirmar-se que a bibliografia utilizada nos cursos de extensão não é atual, é concluir-se que os participantes estão sendo mal informados sobre as fontes de consulta em que se baseiam os professores ao elaborarem seus planos.

Verificados os formulários de apresentação de projetos de extensão, observou-se que não incluem nenhum item indicador de referências bibliográficas. Portanto, verifica-se uma falha de planejamento em que os professores deixam de apontar fontes bibliográficas dentro dos planos, por não lhes ser solicitado e não as indicando aos participantes durante a realização dos projetos.

Assim, conclui-se que deve ser incluído no formulário de apresentação de projetos um tópico específico para indicação de referências bibliográficas a ser distribuído entre os participantes. Com isso, a falha aqui encontrada poderá ser solucionada, obtendo-se resultados mais significativos.

TAB. 37

Qualidade e atualidade dos recursos
bibliográficos utilizados

(%)

N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	2,7	45,5	18,2	7,7	25,9	220	1,9
Profissionais	14,1	54,7	25,0	1,6	4,7	64	2,7
T O T A L	5,3	47,5	19,7	6,3	21,1	284	2,3

Nível de significância 0,001 (= significativo)

5.3.3. Qualidade do material gráfico distribuído na forma de polígrafos, certificados, etc.

A qualidade do material gráfico distribuído, na forma de apostilas, polígrafos, certificados, etc., estabelecida como característica relacionada à eficiência dos programas de extensão, também foi considerada insatisfatória, como indica a média de 2,3 constante da tabela nº 38.

Consultadas novamente as observações, verificou-se que vários respondentes queixaram-se da demora da entrega de polígrafos, feita com atraso em relação aos temas abordados, segundo eles; outros indicaram a total ausência de qualquer material suplementar.

Assim, com vista a uma maior eficiência do sistema, os dados sugerem que deve ser observado um maior controle sobre os materiais distribuídos aos alunos, tanto na qualidade gráfica de impressão quanto a sua pontualidade de entrega em relação aos temas tratados.

TAB. 38
Qualidade do material gráfico distribuído
(polígrafos, certificados)

CATEGORIA	(%)					N	\bar{X}
	E S C O R E S						
	4	3	2	1	0		
Alunos	3,2	44,1	34,1	11,8	6,8	220	2,3
Profissionais	14,1	37,5	26,6	15,6	6,3	64	2,3
T O T A L	5,6	37,5	26,6	15,6	6,3	284	2,3

Nível de significância 0,01 (= significativo)

5.3.4. Rapidez e eficiência do apoio administrativo

Na análise dos meios oferecidos para execução dos projetos, foi estabelecida como variável a eficiência e rapidez do apoio administrativo, entendendo-se esta como o grupo de auxiliares que atuam junto às atividades de extensão, na condição de secretários, datilógrafos, mecanógrafos, operadores de equipamen

tos áudio-visuais, etc, e a rapidez com que executam suas tarefas (LAFOURCADE, 1974, p.228).

A média de respostas indicada pelos respondentes, de 2,8 na tabela nº 39, demonstra que o apoio administrativo às atividades de extensão realizadas pela UFRGS apresenta condições de eficiência.

Assim, na opinião dos alunos e profissionais, o grupo auxiliar tem agido de forma adequada, contribuindo positivamente para que as atividades planejadas atinjam os resultados esperados.

TAB. 39
Rapidez e eficiência do apoio administrativo

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	14,5	60,9	22,7	1,4	0,5	220	2,9
Profissionais	12,5	64,1	15,6	4,7	3,1	64	2,8
T O T A L	14,1	61,6	21,1	2,1	1,1	284	2,8

Nível de significância 0,01 (= significativo)

5.3.5. Condições do espaço físico

Considerando-se que, dentre os meios utilizados para se realizar eficientemente os projetos de extensão, as condições de espaço físico pode se transformar num fator de sucesso ou de desestímulo para os participantes de atividades, foi elaborada uma questão a esse respeito, cujos resultados são apresentados na tabela nº 40.

A média geral de respostas, em 2,7, indica eficiência em mais este aspecto, sendo consideradas satisfatórias as condições de espaço físico onde se realizam as atividades de extensão.

TAB. 40
Condições do espaço físico dos locais onde se realizam as atividades

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	12,3	52,3	31,8	3,6	-	220	2,7
Profissionais	6,3	62,5	25,0	4,7	1,6	64	2,7
T O T A L	10,9	54,6	30,3	3,9	0,4	284	2,7

Nível de significância 0,13 (= não significativo)

5.3.6. Adequação e qualidade dos recursos multi-média

Questionados sobre a adequação, qualidade e pertinência dos recursos multi-média utilizados, na forma de equipamentos áudio-visuais, gravadores, retroprojetores, sistema de TV, video-tape e video-cassete, projetores de slides, etc., os respondentes indicaram, de acordo com os dados constantes da tabela nº 41, que essa característica tem se revelado pouco eficiente. Retomados os questionários, verificou-se que, em observações, grande número de respondentes afirmaram que não foi utilizada nenhuma aparelhagem desse tipo nos cursos em que participaram, o que justifica o percentual de 11,6% de respostas no escore zero, na tabela.

Assim, deve ser estimulado uma maior utilização de equipamentos áudio-visuais, se a universidade julgar oportuna a melhoria da eficiência do programa de extensão. Verifica-se nesse sentido, que a Pró-Reitoria de Extensão possui vasta gama de equipamentos áudio-visuais, mantendo também um sistema de empréstimo com as unidades universitárias no caso de aparelhagem especial que seja solicitada por um professor e que não exista no seu patrimônio.

TAB. 41

Adequação e qualidade dos recursos multi-média utilizados

(%)

N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	5,9	51,4	20,5	10,0	12,3	220	2,4
Profissionais	6,3	54,7	26,6	3,1	9,4	64	2,4
T O T A L	6,0	52,1	21,8	8,5	11,6	284	2,4

Nível de significância 0,39 (= não significativo)

5.3.7. Condições e adequação dos equipamentos, laboratórios e instalações

As atividades de extensão universitária, em se tratando de projetos com características específicas, unindo ensino teórico e pesquisa em planos de aplicação prática de conhecimentos, jus

tificam a utilização de equipamentos, laboratórios e instalações especiais. Questionados sobre esse ítem, os respondentes indicaram, de acordo com os dados constantes da tabela nº 42, que são satisfatoriamente utilizados tais equipamentos e laboratórios.

TAB. 42

Condições e adequação de equipamentos, laboratórios e instalações

CATEGORIA	(%)					N	\bar{X}
	E S C O R E S						
	4	3	2	1	0		
Alunos	5,5	57,3	14,1	7,3	15,9	220	2,3
Profissionais	7,8	59,4	29,7	1,6	1,6	64	2,7
T O T A L	6,0	57,7	17,6	6,0	12,7	284	2,5

Nível de significância 0,001 (= significativo)

3.5.8. Pertinência das tarefas e atividades práticas

Complementando os dados coletados na tabela nº 42, solicitados aos alunos e profissionais que se manifestassem sobre a adequação das tarefas e atividades práticas aos objetivos da extensão executadas.

A tabela nº 43, mostra que, de acordo com a percepção dos respondentes, o indicador empauta apresenta-se como satisfatório, como o demonstra a média de 2,7, onde 72,5% das respostas situa-se entre os escores 4 e 3.

Portanto, pode-se concluir que o planejamento das tarefas e atividades práticas apresenta equilíbrio de distribuição com aulas teóricas, significando um fator de eficiência do processo de obtenção dos objetivos propostos para a extensão universitária na UFRGS.

TAB. 43

Pertinência das tarefas e atividades práticas

CATEGORIA	(%)					N	\bar{X}
	E S C O R E S						
	4	3	2	1	0		
Alunos	9,5	64,1	18,2	2,7	5,5	220	2,7
Profissionais	12,5	56,3	28,1	1,6	1,6	64	2,7
T O T A L	10,2	62,3	20,4	2,5	4,6	284	2,7

Nível de significância 0,026 (= significativo)

5.3.9. Acessibilidade das taxas de inscrição

De acordo com a resolução nº 4/73 - COCEP (UFRGS, 1974), a UFRGS atribui à atividade de extensão dotação orçamentária específica para atender as despesas previstas nos projetos de extensão realizados.

A partir de 1972, os recursos orçamentários só serviram para subsidiar o financiamento das atividades de extensão; pela sua exiguidade, foi adotada uma política em que os recursos passaram a ser mobilizados como um fundo comum rotativo, antecipados com posterior reposição oriunda da cobrança de taxas de inscrição de forma a tornar a atividade de extensão auto-sustentável. Dessa forma, foi possível um maior aproveitamento do orçamento liberado pelo Tesouro Nacional, destinado a suprir os déficits ocorridos em alguns cursos e para sustentar outras atividades que não possibilitam o retorno previsto, por se tratarem de atividades dirigidas a setores carentes da comunidade (UFRGS, 1976). Diante do sucesso dessa política de auto-sustentação financeira, continua vigente até a presente data.

Neste trabalho, julgou-se oportuno questionar a clientela atingida, para se verificar se esse princípio de auto-sustentação de recursos não teria acarretado um aumento excessivo no valor das taxas de inscrição aos cursos, o que provocaria um efeito contrário, podendo vir inclusive a afastar a clientela, por se tornarem muito caros.

A tabela nº 44, apresentando uma média de 2,7, indica que essa suspeita é infundada, já que os alunos e profissionais consideram o valor das taxas de inscrição satisfatórias e condizentes com as atividades realizadas, com um total de 64,2% de respostas situadas entre os escores 4 e 3.

Portanto, pode-se concluir que a política financeira adotada não se constitui num entrave à consecução dos objetivos propostos pelo programa de extensão da UFRGS, mas, ao contrário, os dados sugerem que se trata mesmo de um fator de eficiência do sistema estabelecido.

TAB. 44

Acessibilidade das taxas de inscrição

(%)

N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	9,5	53,2	29,1	7,3	0,9	220	2,7
Profissionais	7,8	65,6	21,9	1,6	3,1	64	2,7
T O T A L	9,2	56,0	27,7	6,0	1,4	284	2,7

Nível de significância 0,14 (= não significativo)

5.3.10. Rapidez e eficiência na solução de problemas imprevistos por parte dos responsáveis pela infraestrutura de apoio da Pró-Reitoria de Extensão

Outra forma que LAFOURCADE (1974, p.228) estabelece de participação da infraestrutura de apoio na eficiência dos projetos realizados é a rapidez com que são solucionados problemas imprevistos de qualquer ordem que ocorram durante a implementação dos programas, provocando alterações no curso normal das atividades previstas.

A tabela nº 45 indica, com média de respostas em 2,5 que, pra os alunos e profissionais a infraestrutura de apoio às atividades de extensão da UFRGS tem se mostrado satisfatória nesse aspecto, com 59,8% de respostas localizadas entre os escores 4 e 3.

Deve ser observado, porém, que, de acordo com os critérios estabelecidos neste trabalho, a média 2,5 significa o mais baixo escore de eficiência, representando apenas o mínimo desejável.

TAB. 45

Rapidez e eficiência na solução de problemas imprevistos

(%)

N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	7,3	51,8	31,8	5,5	3,6	220	2,5
Profissionais	6,3	56,3	32,8	-	4,7	64	2,5
T O T A L	7,0	52,8	32,0	4,2	3,9	284	2,5

Nível de significância 0,41 (= não significativo)

5.4. INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL À COMUNIDADE

De acordo com o Art. 135 do Regimento Geral da Universidade (RGU), cabe aos cursos de extensão a finalidade de integrar a universidade aos setores amplos da comunidade, correspondendo a um processo dinâmico de intercâmbio entre a universidade e o meio (UFRGS, 1971).

Operacionalmente, a integração da UFRGS à comunidade através da extensão desenvolve-se de três formas: ensino, difusão cultural e prestação de serviços. No campo do ensino, visa transmitir conhecimentos necessários ao desenvolvimento sócio-econômico-cultural da comunidade, difundir o avanço científico e tecnológico e relacionar elementos teóricos com as reais necessidades do meio profissional. A difusão artístico-cultural, por sua vez, pretende emitir e fazer circular elementos do patrimônio artístico-cultural e nacional, melhorando o nível cultural da comunidade, através da editora, rádio, planetário, teatro, música, artes plásticas, tecnologia educacional, literatura, etc. Através da prestação de serviços, a integração se faz com o objetivo de incentivar o empresariado e setores sociais a procurarem na universidade recursos para a solução de seus problemas, na forma de pesquisa aplicada, consultoria e projetos especializados (UFRGS, PROEXT, 1978).

Neste trabalho, delimitou-se a avaliação do grau de integração da UFRGS à comunidade quantitativa e qualitativamente. Em termos quantitativos, considerou-se como indicadores a proporção do número de professores, participantes e horas/aula envolvidas pelas atividades de extensão em relação à capacidade docente e potencial de recursos da UFRGS, mediante estudos dos relatórios existentes.

Numericamente a tabela nº 46 demonstra, pela análise do total de professores, participantes e horas/aula, que a atividade de extensão vem apresentando um ritmo crescente de 1972 em diante, com maior aceleração a partir de 1976, quando da criação da Pró-Reitoria de Extensão.

Pelos dados apresentados, verifica-se que, de um total de 2.082 em 1972, atingiu-se 7.839 participantes, em 1979, o que significa um crescimento por volta de 247,6%. Do mesmo modo, passou-se de 105 professores que atuaram em extensão no ano de 1972 a 566 docentes, em 1979, num aumento em torno de 439,0% o que dá uma mé

dia superior em 77,0% sobre os dados referentes a 1972. Quanto a horas-aula, verificou-se um ritmo oscilante, mas, mesmo assim representou um acréscimo em torno de 100% entre os limites superior e inferior do período analisado.

TAB. 46

Número de professores, participantes e horas/aula das atividades de extensão realizadas pela UFRGS 1972 - 1979

ANO	PROFESSORES	PARTICIPANTES	HORAS/AULA
1972	105	2.082	3.210
1973	140	2.229	2.812
1974	180	4.114	2.073
1975	400	4.560	2.450
1976	305	4.319	3.457
1977	414	4.722	4.381
1978	453	6.778	8.597
1979	566	7.839	6.509
TOTAL	2.563	36.643	33.489

Fonte: Relatórios PROEXT, 1971-1979.

Portanto, pode-se concluir que, numericamente, a atividade de extensão da UFRGS está apresentando cada vez mais alto grau de realização e integração.

Em termos qualitativos, analisou-se o grau de integração que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul desenvolveu junto à comunidade através da extensão, a fim de avaliar-se a eficácia do sistema implantado, ou seja verificar em que medida os objetivos da extensão estão sendo atingidos.

Os indicadores da eficácia do programa de extensão foram determinados de acordo com CALAZANS (1976), MENDES (1976) e SOUZA (1975). A tabela nº 47 apresenta os dados coletados sobre essa função, demonstrando que, na opinião dos respondentes, a atividade de extensão na UFRGS ainda não atingiu satisfatoriamente seu objetivo de integração à comunidade, como se conclui pela média geral, de 2,1 obtida pelas características em que foi operacionalizada a função em análise.

Apresentaram-se como não significativas as diferenças de respostas de professores, alunos e profissionais às categorias de: oferecimento de programas de educação continuada para a coletividade, aplicação de conhecimentos e diferentes clientelas e assinatura de convênios de longa duração com objetivos de formação profissional de 1º e 2º graus.

TAB. 47

Percepção dos respondentes acerca do grau de
integração da UFRGS à comunidade

(%)

CARACTERÍSTICA	E S C O R E S					X	SIGNIFI CÂNCIA *
	4	3	2	1	0		
1. Realização de atividades a partir de solicitações em correspondência a interesses e expectativas da comunidade	8,3	63,0	22,0	0,9	5,6	2,6	S
2. Oferecimento de programas da educação continuada para profissionais da coletividade	1,9	42,6	42,6	0,9	12,0	2,3	NS
3. Aplicação e transmissão de conhecimentos a diferentes clientela	1,9	34,3	44,4	10,2	9,2	2,1	NS
4. Utilização do espaço, tempo e materiais ociosos em benefício da demanda social de educação	0,9	30,6	40,7	1,9	25,9	1,9	S
5. Assinatura de convênios ou contratos de longa duração com objetivo específico de formação profissional de 1ª e 2ª graus	2,8	38,0	27,8	4,6	26,9	1,9	NS
6. Oferecimento de estágio profissional para alunos em atividades de integração social	4,6	38,0	35,2	2,8	19,4	2,0	S
7. Intercâmbio com outras instituições para prestação de serviços em programas de desenvolvimento regional e nacional	3,7	48,1	37,0	2,8	8,3	2,4	S
8. Realização sistemática de programas de divulgação artístico-cultural	1,9	38,9	37,0	5,6	16,7	2,0	S
9. Criação de novas linhas de extensão, de acordo com os interesses da comunidade	3,7	36,1	35,2	8,3	16,7	2,1	S
10. Retroalimentação dos sistemas de ensino e pesquisa	-	10,2	41,7	33,3	14,8	1,4	S
X T O T A L						2,1	

NS = não significativo

S = significativo

EQUIVALÊNCIA DOS ESCORES :

4 = concordância total

3 = concordância

2 = discordância

1 = discordância total

0 = desconhecimento

5.4.1. Correspondência entre as atividades realizadas e os interesses e expectativas da comunidade

Pressupondo-se como função diretriz da extensão universitária a integração da universidade à comunidade, estabeleceu-se como um dos indicadores dessa relação o atendimento a solicitações e interesses da comunidade, que formalmente tem seu amparo legal a nível da UFRGS na Resolução nº 4/73 - COCEP, quando esta oferece a qualquer interessado a possibilidade de solicitar a realização de projetos de extensão (UFRGS, 1974).

A tabela nº 48, apresentando as opiniões expressas pelos docentes sobre esse aspecto, indica, pela média de 2,6, que a UFRGS está realizando eficientemente a função em análise, realizando projetos de extensão a partir e de acordo com interesses, expectativas e problemas da comunidade.

Observe-se que 71,3% das respostas situa-se entre os escores mais altos, o que dá relevância aos resultados expressos pela tabela.

TAB. 48

Correspondência entre as atividades realizadas e os interesses e expectativas da comunidade
(%) N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	7,7	38,5	38,5	-	15,4	13	2,2
Chefes departamento	16,0	72,0	8,0	-	4,0	25	2,9
Comissões de extensão	20,0	75,0	5,0	-	-	20	3,1
Professores	-	60,0	32,0	2,0	6,0	50	2,4
T O T A L	8,3	63,0	22,2	0,9	5,6	108	2,6

Nível de significância 0,01 (= significativo)

5.4.2. Realização de programas de educação continuada para profissionais

Questionados sobre a participação da UFRGS no setor de educação continuada, possibilitando um processo contínuo de ensino

a egressos da universidade e profissionais de nível médio, os professores indicaram os dados constantes da tabela nº 49. Pelos resultados nela contidos, observa-se que, na opinião do corpo docente, a UFRGS deixa ainda muito a desejar na organização de projetos na área enfocada, conforme se pode deduzir na média geral obtida pelo indicador, situada em 2,0. Saliente-se contudo que a opinião dos diretores e chefes de departamento destoam dos demais grupos, indicando os percentuais de 61,5% e 64%, respectivamente, ao escore 3, ou seja, considerando satisfatória a programação de atividades de educação continuada que a UFRGS vem realizando. Todavia, isso não altera o conjunto de onde se conclui ser este ainda um aspecto falho na função de integração da universidade à comunidade.

TAB. 49

Oferecimento de programas de educação continuada
para profissionais da comunidade

(%)

N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	-	61,5	23,1	-	15,4	13	2,3
Chefes departamento	-	64,0	24,0	-	12,0	25	2,4
Comissões de extensão	5,0	25,0	60,0	-	10,0	20	2,2
Professores	2,0	34,0	50,0	2,0	12,0	50	2,2
T O T A L	1,9	42,6	42,6	0,9	12,0	108	2,3

Nível de significância 0,3 (= não significativo)

5.4.3. Aplicação e transmissão de conhecimentos a clientelas de diferentes níveis de escolaridade

Outra forma de integração da universidade à comunidade através da extensão é a realização de programas para atingir diferentes clientelas, com diferentes níveis de escolarização, abrangendo-se assim um alcance dada vez mais amplo dos diferentes setores da coletividade.

Para análise dessa característica, foi feito inicialmente um levantamento para que fosse detectada o nível de escolarização da clientela que foi atingida pelos projetos de extensão realiza

dos pela UFRGS no período 1976 - 1979, tornando-se como indicador o grau de formação educacional considerado pré-requisito em cada uma das atividades. A tabela nº 50 apresenta os resultados desse levantamento, onde se verifica que sobressai sobre entre as demais a elevada parcela de atividades de extensão que foram executadas tendo como população-alvo alunos e profissionais de nível superior, correspondendo a 79,8% do total. Em segundo lugar, com grande margem de diferença, foi apontado o aluno de II grau, incluindo também cursos técnicos de II grau. Em seguida, verifica-se que 3,5% das atividades foram realizadas de forma aberta, destinadas a qualquer interessado, indiferente de escolarização pré-determinada.

Desses dados pode-se afirmar que, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a atividade de extensão está mais voltada a alunos de graduação e profissionais do que a clientela com outros níveis de escolaridade. Deve-se acrescentar porém que este trabalho restringe-se a cursos de extensão e que, se incluídos outras atividades, como, por exemplo, treinamentos, atividades artístico-culturais, etc., o quadro apresentado poderia se modificar.

Considerando-se como comunidade a ser atingida pela extensão, de acordo com CALAZANS (1976) os grupos intra-universitários, ou seja, os alunos, professores e administradores do próprio estabelecimento, e de outro, com os grupos extra-universitários, incluindo aí toda e qualquer pessoa da comunidade, independente do nível de escolaridade, pode-se concluir também que, pelos dados apresentados referentes à origem da clientela atingida, que a extensão na UFRGS está atingindo sua finalidade básica, que é a de integrar a universidade ao meio circundante.

O fato de que a extensão não está se voltando em maior escala a atender profissionais de nível médio ou primário pode ser devido a inúmeros fatores, como, por exemplo, a uma possível existência de outros órgãos ou entidades que se dirijam a esses grupos, tornando a colaboração da universidade desnecessária nesse setor, como também a uma série de outros fatores, que no momento não cabe analisar.

Origem da clientela dos cursos de extensão da UFRGS (1976/79) por pré-requisito de escolaridade exigido

PRÉ-REQUISITO DE ESCOLARIDADE	Nº CURSOS P/ANO				TOTAL	%
	1976	1977	1978	1979		
Formação superior completa ou incompleta (profissionais e universitários)	67	83	82	85	317	79,8
Alunos de cursos de graduação (cursos e atividades somente para acadêmicos)	7	2	3	5	17	4,3
Formação a nível de II Grau (cursos colegial, normal, secretariado, contabilidade, tecnólogo, etc.)	2	2	3	5	12	3,0
Alunos de II Grau (seriação de II Grau, secretariado, contabilidade, tecnologia, etc.)	4	8	12	5	29	7,4
Formação a nível de I Grau (curso primário completo ou 8.ª série completa)	1	-	-	1	2	0,5
Alunos de I Grau (em seriação de I Grau)	1	2	2	1	6	1,5
Sem pré-requisitos de escolaridade exigidos (aberto a qualquer interessado)	-	4	5	5	14	3,5
T O T A L	82	101	107	107	397	100,0

Fonte : Relatórios UFRGS/PROEXT ,1976-1979.

Solicitados a emitirem sua opinião sobre a preocupação da Universidade em aplicar e transmitir conhecimentos a clientelas de diferentes níveis de escolaridade, os respondentes indicaram, de acordo com os dados constantes da tabela nº 51, que a UFRGS não está atuando satisfatoriamente nessa área, com média em torno de 2,1.

TAB. 51

Aplicação e transmissão de conhecimentos a clientela de diferentes níveis de escolaridade

(%) N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	7,7	30,8	30,8	23,1	7,7	13	2,0
Chefes departamento	-	48,0	48,0	-	4,0	25	2,4
Comissões de extensão	-	25,0	65,0	-	10,0	20	2,0
Professores	2,0	32,0	38,0	16,0	12,0	50	2,0
T O T A L	1,9	34,3	44,4	10,2	9,3	108	2,1

Nível de significância 0,1 (= não significativo)

5.4.4. Utilização dos recursos ociosos da UFRGS em benefício da demanda social de educação

De acordo com CALAZANS (1976), a utilização de recursos ociosos da universidade em benefício da demanda social de educação é uma estratégia eficiente a ser aplicada pela extensão na consecução de seu objetivo de integração à comunidade. Mediante o aproveitamento pleno do tempo em que o espaço físico, laboratórios e equipamentos ficam sem uso, pelo aproveitamento de carga horária livre dos docentes junto aos departamentos, poder-se-ia, segundo o autor, obter resultados mais significativos na área de extensão.

Questionados sobre esse aspecto, os respondentes afirmaram que a UFRGS não está se valendo desse meio para levar a efeito os objetivos da extensão. A tabela nº 52 demonstra uma total discordância em relação ao indicador, como se verifica pela média obtida, de apenas 1,9. Nesse total, também deve ser considerado que 25,9% dos questionados indicaram total desconhecimento para opinar sobre o assunto.

Em síntese, o que se conclui é que a UFRGS deve ter um potencial de recursos ainda inaproveitado e que, através de um planejamento mais racional, poderá levar a resultados mais significativos na área de extensão.

TAB. 52

Utilização dos recursos ociosos da universidade em
benefício da demanda social de educação

(%)

N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	-	38,5	30,8	-	30,8	13	1,9
Chefes departamento	-	36,0	40,0	-	24,0	25	1,9
Comissões de extensão	5,0	30,0	65,0	-	-	20	2,4
Professores	-	26,0	34,0	4,0	36,0	50	1,5
T O T A L	0,9	30,6	40,7	1,9	25,9	108	1,9

Nível de significância 0,05 (= significativo)

5.4.5. Assinatura de convênios para realização de planos de formação profissional de 1º e 2º graus

Registrada no Conselho Federal de Formação de Mão-de-Obra, vinculado ao Ministério do Trabalho, a UFRGS mantém em funcionamento convênio de longa duração para atuar na área de formação profissional a níveis de 1º e 2º graus. Dentro dele e mediante contratos com outros organismos, vem sendo realizada toda uma gama de projetos, tais como: cursos de formação de atendentes e auxiliares de enfermagem, de auxiliares odontológicas, de balcão-farmacistas, de líderes recreacionais, de corretores de seguros, de taquígrafos, de tecnólogos em curtumes e tanantes e processamento de dados, de licenciatura para professores de 1º e 2º graus, etc., dados apresentados nos relatórios da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, anos 1976-79. O alto número de inscritos, os conceitos obtidos, a repetição anual dos cursos para fazer frente à demanda, a renovação dos convênios, são indicadores de que a UFRGS tem atuado eficientemente nesse setor.

Questionados sobre este aspecto, os professores apresentaram, de acordo com a tabela nº 53, respostas que destoam dos dados acima indicados. Isso talvez se deva mais à desinformação dos professores do que propriamente discordância sobre o aspecto enfocado. Tal hipótese é apoiada pelo percentual elevado de 26,9% de respondentes que afirmaram não ter conhecimento para opinar sobre o assunto.

TAB. 53

Assinatura de convênios para realização de planos de formação profissional de 1ª e 2ª graus

(%) N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	7,7	30,8	23,1	-	38,5	13	1,7
Chefes departamento	4,0	36,0	36,0	-	24,0	25	1,9
Comissões de extensão	5,0	60,0	25,0	-	10,0	20	2,5
Professores	-	32,0	24,0	10,0	32,0	50	1,5
T O T A L	2,8	38,0	27,8	4,6	26,9	108	1,9

Nível de significância 0,08 (= não significativo)

5.4.6. Oferecimento de estágios em atividades de integração social

De acordo com ALMEIDA (1978), o estágio possibilita a integração dos conhecimentos, tanto teóricos quanto práticos, avalia a formação profissional dos alunos e realiza a retroalimentação do ensino. Daí se conclui que o estágio corresponde aos objetivos da extensão universitária e pode ser considerado uma das formas de atuação desta, trazendo da comunidade, através dos alunos estagiários, os problemas e interesses a serem considerados pela universidade e indica também a adequação dos currículos às reais necessidades do mercado de trabalho. Assim, o estágio pode servir como meio de integração da universidade à comunidade, num processo dinâmico de intercâmbio de interesses e informações, possibilitando a obtenção dos objetivos expressos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a extensão, conforme o art. 135 do Regimento Geral da Universidade (RGU) (UFRGS, 1971)₁. Dentro da política nacional da educação, de outro lado o estágio é considerado um dos meios mais eficazes para consecução dos objetivos da extensão, servindo para avaliar a formação acadêmica dos alunos e oferecendo-lhes um contato prático e indispensável com a futura vida profissional (BRASIL, 1976)₂.

A tabela nº 54 indica, com média geral em 2,0 que o estágio ainda não está desempenhando as funções acima descritas no âmbito

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Verificados os relatórios das atividades realizadas nos anos de 1976 a 1979 na área de extensão, observou-se que o número e abrangência de projetos de estágio como forma de operacionalização da extensão tem sido muito reduzida, limitando-se a um estágio para alunos do curso de educação física em recreação, estágio de alunos do curso de veterinária junto às exposições internacionais de gado, no Parque de Exposições de Esteio e estágio de alunos do curso de biblioteconomia junto ao carro biblioteca. O sistema de estágios na UFRGS realizado na quase totalidade dos cursos de graduação, fazendo parte dos currículos. O estágio em empresas, de outro lado, é vinculado à Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária (PRUNI), sem qualquer vínculo com o sistema de extensão universitária.

TAB. 54

Oferecimento de estágio profissional para os
alunos em atividades de integração social
(%) N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	-	30,8	38,5	-	30,8	13	1,7
Chefes departamento	16,0	48,0	36,0	-	-	25	2,8
Comissões de extensão	5,0	45,0	20,0	-	30,0	20	1,9
Professores	-	32,0	40,0	6,0	22,0	50	1,8
T O T A L	4,6	38,0	35,2	2,8	19,4	108	2,0

Nível de significância 0,02 (= significativo)

5.4.7. Intercâmbio com outras instituições para prestação de serviços em programas de desenvolvimento nacional e regional

De acordo com os dados constantes nos relatórios da Pró-Reitoria de Extensão, os organismos com que a UFRGS mantém programas de intercâmbio na área de extensão para atuar em projetos voltados diretamente ao desenvolvimento regional ou nacional são: Ministério do Interior, para manutenção do Campus Avançado de Porto Velho-Rondônia, desativado em 1979; Secretaria de Educação, de

Saúde e de Cultura e Turismo, para programas de integração social; com a Prefeitura Municipal, para serviços de recreação junto às praças públicas de Porto Alegre e utilização do carro-biblioteca junto a vilas populares e a nível internacional com a Fundação Van Clé (Bélgica) para realização de pesquisas e serviços na área do lazer.

Questionados sobre esse aspecto, os professores indicaram ser ainda insuficiente a atuação da UFRGS, como pode ser concluído pela análise da tabela nº 55, com média geral de 2,4.

TAB. 55

Intercâmbio com outras instituições para prestação de serviços em programas de desenvolvimento nacional e regional
(%) N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	7,7	46,2	30,8	-	15,4	13	2,3
Chefes departamento	4,0	64,0	32,0	-	-	25	2,7
Comissões de extensão	5,0	45,0	45,0	-	5,0	20	2,4
Professores	2,0	42,0	38,0	6,0	12,0	50	2,1
T O T A L	3,7	48,1	37,0	2,8	8,3	108	2,4

Nível de significância 0,05 (= significativo)

5.4.8. Análise da atuação da UFRGS no campo da difusão artístico-cultural

De acordo com a política de extensão traçada pela UFRGS, as atividades nessa área são realizadas sob três formas: atividades na área de ensino, na forma de cursos, palestras, estágios e similares; prestação de serviços, quer sejam de caráter comunitário, quer na forma de assessoria técnico-científica a empresas, e pela difusão artístico-cultural, para colaborar com o desenvolvimento social da comunidade (UFRGS, PROEXT, s/d). Como meios de difusão artístico-cultural são utilizados a Rádio e Planetário, a Editora, o Salão de Atos, o Coral da UFRGS, o Grupo de Dança, a Orquestra Infanto-Juvenil, o Conjunto de Câmara, o teatro DAD, da própria universidade e outras atividades programadas com participação de convidados especiais.

Questionados sobre a qualidade dessas atividades, verifica-se, pela tabela nº 56 que, para os respondentes, a difusão artístico-cultural da UFRGS ainda não obteve resultados satisfatórios, não atingindo plenamente seus objetivos, na opinião dos professores consultados, com média de 2,0.

TAB. 56
Realização sistemática de programas de divulgação
artístico-cultural

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	7,7	38,5	46,0	-	7,7	13	2,5
Chefes departamento	4,0	68,0	16,0	-	12,0	25	2,5
Comissões de extensão	-	20,0	30,0	5,0	45,0	20	1,2
Professores	-	32,0	48,0	10,0	10,0	50	2,0
T O T A L	1,9	38,9	37,0	5,6	16,7	108	2,0

Nível de significância 0,0001 (= significativo)

5.4.9. Criação de novas linhas de extensão, de acordo com os interesses da comunidade

A criação de novas linhas de extensão de acordo com interesses da comunidade foi incluído como indicador da integração nesse trabalho com o objetivo de sintetizar a avaliação que os respondentes fazem acerca do programa de extensão da UFRGS.

A tabela nº 57, ao apresentar os dados coletados, indica que, na opinião dos questionados, a característica ainda não reflete resultados satisfatórios, com média de respostas em torno de 2,1. Assim, pode-se concluir que, na opinião dos professores, a UFRGS ainda não se organizou suficientemente bem para atender os interesses da comunidade através do planejamento de projetos que criem novas linhas de extensão, de acordo com as necessidades sociais.

TAB. 57

Criação de novas linhas de extensão de acordo com os interesses da comunidade

(%)

N = 108

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	7,7	61,5	23,1	-	7,7	13	2,6
Chefes departamento	8,0	56,0	24,0	-	12,0	25	2,4
Comissões de extensão	5,0	15,0	35,0	15,0	30,0	20	1,5
Professores	-	28,0	44,0	12,0	16,0	50	1,8
T O T A L	3,7	36,1	35,2	8,3	16,7	108	2,1

Nível de significância 0,02 (= significativo)

5.4.10. Colaboração da extensão como mecanismo de retroalimentação de ensino e da pesquisa

De acordo com as diretrizes traçadas pelo Ministério da Educação e Cultura, a extensão pode servir como mecanismo de realimentação do ensino e pesquisa, fornecendo indicadores para atualização e aperfeiçoamento de currículos, programas e metodologias, de acordo com os interesses e necessidades expressas pelos setores da comunidade (BRASIL, 1976)₂.

Pela tabela nº 58 verifica-se que os respondentes posicionam-se desfavoravelmente acerca desse indicador, com média de respostas em 1,4 o que reflete que a extensão não está servindo de fonte de informações para retroalimentar os sistemas de ensino e pesquisa da UFRGS. Essa constatação pode ser interpretada também como indicador de que ensino, pesquisa e extensão não estão sendo realizados na forma integrada proposta pela reforma universitária, mas sim vem sendo realizados isoladamente dentro da estrutura universitária.

TAB. 58

A extensão como mecanismo de realimentação do ensino e da pesquisa

(%)

N = 108

CATEGORIAS	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Diretores	-	-	76,9	23,1	-	13	1,7
Chefes departamento	-	20,0	28,0	32,0	20,0	25	1,4
Professores	-	8,0	50,0	32,0	10,0	50	1,5
Comissões de extensão	-	10,0	15,0	45,0	30,0	20	1,0
T O T A L	-	10,2	41,7	33,3	14,8	108	1,4

Nível de significância 0,01 (= significativo)

5.5. QUALIDADE DOS PROGRAMAS DE EXTENSÃO REALIZADOS PELA UFRGS

Considerando-se qualidade como o conjunto de características relacionadas à eficiência interna e externa, foi inserida essa função com o objetivo de se obter uma síntese geral da opinião dos alunos e profissionais sobre os resultados dos projetos realizados. A função em análise, portanto, aproxima-se e complementa as funções anteriormente analisadas, de integração e eficiência administrativa.

A tabela nº 59, apresentando os resultados obtidos, indica que para os participantes, a atividade de extensão realizada na UFRGS obteve um elevado grau de qualidade, com média geral de respostas em torno de 2,8.

Os indicadores que apresentaram mais alta média ($\bar{X}=3,0$) referem-se à oportunidade de diálogo e participação crítica entre professores e alunos e logicidade e coerência do esquema conceitual com a seqüência programática. Em segundo lugar, foi apontada a correspondência entre os resultados obtidos e as expectativas dos participantes ($\bar{X}=2,9$). As demais características apresentaram médias consideradas satisfatórias, de acordo com os critérios estabelecidos para este trabalho, sem nenhum ponto negativo. Portanto, pela análise dos dados constantes da tabela nº 59, pode-se concluir que a atividade de extensão realizada na UFRGS apresenta uma qualidade considerada satisfatória pelos participantes do programa, com reduzida oscilação de respostas entre os indicadores estabelecidos.

De acordo com os resultados de aplicação do teste estatístico de X^2 , apenas duas características apresentaram diferenças de resultados não significativas entre as categorias dos respondentes; a questão referente à pertinência das funções e estratégias selecionadas em relação aos objetivos propostos e a logicidade e coerência do esquema conceitual com a seqüência programática das atividades.

Serviram como indicadores da qualidade dos programas de extensão realizados características apontadas por LAFOURCADE (1974) para avaliação de cursos e programas educacionais.

TAB. 59

Percepção dos respondentes acerca da qualidade dos programas de extensão realizados pela UFRGS

(%)

CARACTERÍSTICA	E S C O R E S					\bar{X}	SIGNIFI CÂNCIA *
	4	3	2	1	0		
1. Pertinência das funções e estratégias selecionadas com os objetivos propostos	7,7	68,0	19,0	1,8	3,5	2,7	NS
2. Relação entre as estratégias selecionadas e os meios disponíveis para executá-las	7,7	71,8	18,7	1,8	-	2,7	S
3. Relação entre os planos apresentados e os programas efetivamente realizados	8,1	69,0	17,3	3,2	2,5	2,7	S
4. Correspondência entre o tempo previsto e o necessário para implementação dos planos	9,5	64,8	23,2	2,5	-	2,8	S
5. Relação entre a estruturação da atividade com a disponibilidade e interesse dos participantes	8,5	65,8	23,6	-	2,1	2,8	S
6. Logicidade e coerência do esquema conceitual com a seqüência programática das atividades	20,0	61,3	14,4	3,5	0,7	3,0	NS
7. Oportunidade de diálogo e crítica entre os alunos e professores	18,3	68,3	12,3	0,4	0,7	3,0	S
8. Correspondência entre os resultados obtidos e as expectativas individuais dos participantes	13,0	69,4	13,4	1,8	2,5	2,8	S
9. Pertinência e atualidade da forma de abordagem dos temas tratados	7,7	68,0	19,0	1,8	3,5	2,7	S
10. Utilidade prática das atividades realizadas para a vida profissional dos participantes	8,5	64,8	24,3	1,8	0,7	2,8	S
\bar{X} T O T A L						2,8	

* NS = não significativo
S = significativo

EQUIVALÊNCIA DOS ESCORES :

4 = concordância total
3 = concordância
2 = discordância
1 = discordância total
0 = desconhecimento

5.5.1. Pertinência das funções e estratégias com relação aos objetivos propostos

De acordo com os dados constantes da tabela nº 60, as atividades de extensão tem sido realizadas apresentando eficiente seleção de funções e estratégias em relação aos objetivos propostos nos projetos de extensão.

TAB. 60

Pertinência das funções e estratégias selecionadas em relação aos objetivos propostos
(%) N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	\bar{X}
	4	3	2	1	0		
Alunos	7,7	66,8	19,5	1,8	4,1	220	2,7
Profissionais	7,8	71,9	17,2	1,6	1,6	64	2,8
T O T A L	7,7	68,0	19,0	1,8	3,5	284	2,7

Nível de significância 0,08 (= não significativo)

5.5.2. Relação entre as estratégias selecionadas e os meios disponíveis para executá-las

Estabeleceu-se essa característica como indicador de qualidade dos programas pressupondo-se que a seleção das estratégias de realizações, ou seja, a exploração das condições e meios para alcançar objetivos específicos depende de seu ajuste aos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis, na forma de professores especializados, pessoal auxiliar, aparelhagem, apoio financeiro, etc.

A tabela nº 61, apresentando a resposta dos profissionais e alunos, indica ser este mais um fator de sucesso de extensão no âmbito da UFRGS, ao permitir a consecução de que as estratégias para execução dos projetos tem sido selecionadas de acordo com as reais condições existentes para sua efetivação.

TAB. 61

Relação entre as estratégias selecionadas e os meios disponíveis para executá-las

CATEGORIA	(%)					N	\bar{X}
	E S C O R E S						
	4	3	2	1	0		
Alunos	8,2	72,3	17,3	2,3	-	220	2,7
Profissionais	6,3	70,3	23,4	-	-	64	2,8
T O T A L	7,7	71,8	18,7	1,8	-	284	2,7

Nível de significância 0,04 (= significativo)

5.5.3. Relação entre os planos apresentados e os programas efetivamente realizados

Segundo LAFOURCADE (1974) qualquer falha de planejamento assume proporções maiores na fase de implementação, comprometendo os resultados. Assim, o equilíbrio da previsão de tempo, a relação entre planos apresentados com os programas efetivamente realizados, entre outros, são indicadores de um ajustado planejamento dirigido para consecução de objetivos mais significativos.

A tabela nº 62, apresentando a média de 2,7 sugere a conclusão de que, para os alunos e profissionais há uma satisfatória relação entre os planos e programas dos projetos de extensão realizados pela UFRGS.

TAB. 62

Relação entre os planos apresentados e os programas efetivamente realizados

CATEGORIA	(%)					N	\bar{X}
	E S C O R E S						
	4	3	2	1	0		
Alunos	10,0	26,2	15,5	3,6	2,7	220	2,8
Profissionais	1,6	71,9	23,4	1,6	1,6	64	2,7
T O T A L	8,1	69,0	17,3	9,2	2,5	284	2,7

Nível de significância 0,01 (= significativo)

5.5.4. Correspondência entre o tempo previsto e o tempo necessário para implementação dos projetos

Relacionada à característica anterior, o ajuste entre o tempo planejado e o tempo efetivamente dispendido para execução das tarefas previstas é também um fator interveniente na qualidade dos projetos.

A tabela nº 63 indica que para os participantes da atividade de extensão, estas tem apresentado um equilíbrio satisfatório entre o tempo planejado e o realmente necessário, tornando-se este mais um aspecto positivo na avaliação ora feita.

TAB 63
Correspondência entre o tempo previsto e o necessário para implementação dos planos
(%) N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	X
	4	3	2	1	0		
Alunos	11,4	62,3	23,2	3,2	-	220	2,8
Profissionais	3,1	73,4	23,4	-	-	64	2,8
T O T A L	9,5	64,8	23,2	3,5	-	284	2,8

Nível de significância 0,05 (= significativo)

5.5.5. Relação entre a estruturação das atividades e a disponibilidade e interesse dos participantes

Considerando-se que o planejamento deve ser elaborado a partir e de acordo com interesses e características da clientela a que se destinam (LAFOURCADE, 1974), foi elaborada questão para verificar-se se, na opinião dos participantes, esse pressuposto vem sendo efetivamente obedecido.

A tabela nº 64 leva à conclusão de que, para os alunos e profissionais, há uma relação satisfatória entre a estruturação dos projetos e o interesse e disponibilidade dos participantes.

TAB. 64

Relação entre a estruturação das atividades com a disponibilidade e interesse dos participantes

(%)

N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	X
	4	3	2	1	0		
Alunos	10,0	65,0	22,3	-	2,7	220	2,8
Profissionais	3,1	68,8	28,1	-	-	64	2,8
T O T A L	8,5	65,8	23,6	-	2,1	284	2,8

Nível de significância 0,04 (= significativo)

5.5.6. Logicidade e coerência do esquema conceitual com a seqüência programática das atividades

A média geral de 3,0 de respostas à questão sobre a característica acima indicada permite que se conclua que, para os respondentes, as atividades de extensão realizadas pela UFRGS apresentaram excelente organização interna no que se refere a relação entre o esquema conceitual, incluindo embasamento teórico.

TAB. 65

Logicidade e coerência do esquema conceitual com a seqüência programática das atividades

(%)

N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	X
	4	3	2	1	0		
Alunos	20,0	61,8	13,6	3,6	0,9	220	3,0
Profissionais	20,3	59,4	17,2	3,1	-	64	3,0
T O T A L	20,1	61,3	14,4	3,5	0,7	284	3,0

Nível de significância 0,08 (= não significativo)

5.5.7. Oportunidade de diálogo e participação crítica entre alunos e professores

A tabela nº 66, apresentando os resultados referentes à característica acima, indica, pela média de respostas em 3,0, que as atividades de extensão da UFRGS têm se constituído em excelentes oportunidades de diálogo e participação dos alunos em profis

sionais, em perfeito entrosamento e intercâmbio de idéias com os professores.

TAB. 66

Oportunidade de diálogo e participação crítica entre alunos e professores

(%) N = 284

CATEGORIAS	E S C O R E S					N	X
	4	3	2	1	0		
Alunos	15,9	70,5	12,7	0,5	0,5	220	3,0
Profissionais	26,6	60,9	10,9	-	1,6	64	3,1
T O T A L	18,3	68,3	12,3	0,4	0,7	284	3,0

Nível de significância 0,02 (= significativo)

5.5.8. Correspondência entre os resultados obtidos e as expectativas individuais dos participantes

Operacionalizando-se expectativas como as aspirações cognitivas, emocionais e sociais dos participantes em relação aos projetos de extensão, verificou-se de acordo com a tabela 67 com média de respostas em 2,9, que, em mais este indicador as atividades de extensão realizadas pela UFRGS apresentam qualidade satisfatória, sendo seus resultados condizentes com a motivação individual dos participantes.

TAB. 67

Correspondência entre os resultados obtidos e as expectativas individuais dos participantes

(%) N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	X
	4	3	2	1	0		
Alunos	12,7	70,5	13,2	0,9	2,7	220	2,9
Profissionais	14,1	65,6	14,1	4,7	1,6	64	2,9
T O T A L	13,0	69,4	13,4	1,8	2,5	284	2,9

Nível de significância 0,03 (= significativo)

5.5.9. Pertinência e atualidade da forma de abordagem dos temas tratados

A tabela nº 68 indica, com média de respostas em torno de 2,7, que na opinião dos alunos e profissionais, os temas tratados nos cursos de extensão realizados pela UFRGS foram abordados de forma pertinente, atual e aprofundada, contribuindo assim para maior eficácia dos resultados globais do programa.

TAB. 68
Pertinência e atualidade da forma de abordagem dos temas tratados
(%) N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	X
	4	3	2	1	0		
Alunos	7,7	71,9	19,5	1,6	1,6	220	2,7
Profissionais	7,8	66,8	17,2	1,8	4,1	64	2,8
T O T A L	7,7	68,0	19,0	1,8	3,5	284	2,7

Nível de significância 0,001 (= significativo)

5.5.10. Utilidade das atividades para a vida profissional e acadêmica dos participantes

Partindo-se da consideração que o objetivo e própria finalidade da extensão é a integração da universidade à comunidade, foi delimitado que a utilidade e praticidade dos projetos executados para a vida acadêmica e profissional dos participantes é uma forma de se medir os resultados obtidos e assim verificar-se a qualidade dos programas.

A tabela nº 69 indica que, mais uma vez, os respondentes demonstraram estarem satisfeitos com a atividade de extensão que lhes é oferecida pela UFRGS, com média de respostas em torno de 2,8. Observa-se, nessa tabela, que apenas 1,8% indicou inexistência de qualquer utilidade da extensão para a atuação profissional.

TAB. 69

Utilidade prática das atividades realizadas
para a vida profissional dos participantes
(%) N = 284

CATEGORIA	E S C O R E S					N	X
	4	3	2	1	0		
Alunos	7,7	63,2	25,9	2,3	0,9	220	2,8
Profissionais	10,9	70,3	18,8	-	-	64	2,9
T O T A L	8,5	64,8	24,3	1,8	0,7	284	2,8

Nível de significância 0,03 (= significativo)

5.6. COMPARAÇÃO ENTRE AS RESPOSTAS POR CATEGORIA DOCENTE

Outra indagação feita ao início desse trabalho objetivou verificar se existe diferença entre a percepção dos respondentes sobre os indicadores, de acordo com a categoria docente em que foram subdivididos neste trabalho, a saber: diretores de unidades, chefes de departamento, professores que já atuaram em projetos de extensão e representantes de unidades junto às comissões de extensão.

Estatisticamente, a aplicação do teste χ^2 apresentou a tendência geral das respostas, indicando em que aspectos existe diferença significativa, cujos resultados foram apresentados nas tabelas até aqui analisadas. Relacionado a tais dados, julgou-se oportuno também identificar não só se existe diferença entre as respostas das categorias docentes, mas também em que grupos se situa tal diferença, o que foi obtido através da análise de variância, aplicando-se os procedimentos LSD, com limite fixado em 0,05, dentro do programa SPSS (NIE et alii, 1975).

A tabela nº 70, a seguir, apresenta a distribuição de respostas obtidas através da análise de variância. Nela, o primeiro ponto que se constata é que a maior diferença de opiniões situa-se entre as Comissões de Extensão e os demais grupos. Tal manifestação, divergente das demais, pode se basear numa percepção diferente sobre a estrutura, funcionamento e resultados da atividade de extensão que os professores que os docentes, ao assumirem a função de representantes junto às Comissões de Extensão passam a ter.

Assim, pode-se concluir que não há um consenso na tendência das respostas entre as categorias docentes, com uma diferença maior situada entre as Comissões de Extensão e os demais grupos. Tal diferença situa-se na opinião apresentada sobre as seguintes características :

. possibilidade de iniciativa de proposição de atividades para qualquer pessoa, onde os representantes de unidades junto às Comissões de Extensão apresentaram uma média de respostas (3,4), indicativa de que esse grupo dá mais importância a esse aspecto do que os demais grupos;

. atuação da universidade junto à comunidade na aplicação direta de conhecimentos através da realização de projetos de extensão, onde mais uma vez aquele grupo apresenta maior concordância (3,3) do que os demais grupos, caracterizada como significativamente diferente;

. remuneração e incentivos docentes oferecidos pela UFRGS à atividade docente em extensão, considerados insatisfatórios por todos os grupos, mas em menor escore pelas Comissões de Extensão, por ter apresentado média mais alta (2,3), diferindo dos demais grupos significativamente;

. sistematização e planificação da atividade extensionista, apontada pelos representantes junto às COMEX como altamente satisfatória ($\bar{X} = 3,0$), ao contrário dos demais grupos, que consideram a atividade pouco sistematizada e planificada;

. aceitação da departamentalização da extensão, onde, ao contrário das demais características, o grupo diverge dos demais não por apresentar mais alto escore, mas sim o mais baixo (2,4). Isso significa que, enquanto para os diretores, chefes de departamento e professores que atuaram em extensão, há necessidade de que os departamentos participem do planejamento, execução e controle das atividades de extensão, para os representantes junto às Comissões de Extensão tal atuação é desnecessária;

. conceito atribuído à qualidade das atividades de divulgação artístico-cultural da UFRGS, considerada insatisfatória por todos os grupos, mais com maior grau de discordância apontada pelos representantes de unidades junto às Comissões de Extensão.

Observou-se que existe diferença significativa também entre esse grupo e outros, isoladamente, sobre alguns aspectos analisados :

. há diferença significativa entre as opiniões dos chefes de departamento e Comissões de Extensão quanto à valorização acadêmica e profissional, apontada no mais baixo escore por aqueles ($\bar{X} = 2,1$) e no mais alto escore por estes últimos ($\bar{X} = 3,0$), divergindo ambos significativamente entre si;

. quanto à clareza e operacionalidade do conceito e objetivos da extensão universitária, há diferença significativa entre a opinião dos chefes de departamento e professores que atuaram em extensão em relação à percepção das Comissões de Extensão, embora todos os grupos tenham se manifestado apontando tal indicador como insatisfatoriamente estabelecido no âmbito da UFRGS;

. no que se refere à departamentalização que vem sendo observada pela atividade de extensionista como função universitária, há diferença significativa entre a opinião das Comissões de Extensão, que a indica como totalmente realizada ($\bar{X} = 3,3$), no que diverge da opinião dos professores que atuaram em extensão, apesar destes concordarem que já é satisfatório o grau de departamentalização que até aqui se consolidou ($\bar{X} = 2,7$);

. em relação à importância atribuída pelos docentes aos incentivos oferecidos pela UFRGS à atividade extensionista, verifica-se que há diferença significativa entre a opinião dos chefes de departamento e Comissões de Extensão quanto ao grau de insatisfação manifestada pelos dois grupos;

. observa-se também que há significativa diferença entre opiniões de professores que atuaram em extensão e representantes das unidades junto às Comissões de Extensão quanto à utilização do espaço físico e demais recursos da UFRGS para realização de projetos de extensão, e, da mesma forma, sobre a opinião dos dois grupos sobre a atuação da Universidade em extensão através da assinatura de convênios e planos de intercâmbio com outras instituições;

. finalmente, os dados revelaram também que há diferença significativa entre a opinião dos representantes das unidades junto às Comissões de Extensão, chefes de departamento e professores que atuaram em extensão sobre a utilização que a UFRGS vem fazendo dos dados de extensão para realimentação do ensino e da pesquisa.

Assim, pode-se concluir que há diferença significativa entre a percepção das Comissões de Extensão em relação aos demais gru-

Isso talvez se deva ao fato de que, em virtude de as Comissões de Extensão terem caráter deliberativo, responsáveis — diretas pelo controle do sistema de extensão, possuam informações e motivação diferentes em relação aos resultados até aqui auferidos pela UFRGS nessa área.

Prosseguindo, a tabela indica também existir diferença significativa entre a opinião dos chefes de departamento em relação a outros grupos, a saber:

. entre os chefes de departamento e diretores de unidades e professores que atuaram em extensão sobre a clareza e operacionalidade das normas de extensão vigentes, consideradas pelos primeiros como satisfatórias ($\bar{X} = 2,6$), divergindo das outras categorias;

. entre a opinião desse grupo e os professores que atuaram em extensão sobre o sistema de acompanhamento e avaliação das atividades, considerada significativamente mais eficiente por estes últimos ($\bar{X} = 3,1$);

. entre a opinião dos chefes de departamento e dos demais grupos em relação ao aproveitamento do estágio como atividade de extensão para integração da universidade à comunidade e realimentação do ensino e da pesquisa, sendo aquela a única categoria em que se observou score positivo, apontado a característica como satisfatória ($\bar{X} = 2,8$);

. entre a opinião dos chefes de departamento e professores que atuaram em extensão sobre o intercâmbio e co-participação entre a UFRGS e outras instituições para execução de projetos voltados ao desenvolvimento regional, considerado satisfatória somente pelos chefes de departamento ($\bar{X} = 2,7$), entre todas as categorias docentes;

. entre os chefes de departamento e os professores que atuaram em extensão sobre a qualidade da programação artístico-cultural da UFRGS, considerada satisfatória pelo primeiro grupo ($\bar{X} = 2,5$) e insatisfatória pelos segundo ($\bar{X} = 2,0$).

Logo, verifica-se que a categoria dos chefes de departamento, após a dos representantes de unidades junto às Comissões de extensão, é a segunda que apresenta médias significativamente diferentes dos demais grupos. Isso talvez se deva, do mesmo modo que as Comissões de Extensão, ao papel de controle e responsabili

dade sobre o ensino, pesquisa e extensão que lhes é atribuído de acordo com a reforma universitária.

A tabela revela também que há diferença significativa entre as respostas dos diretores de unidades em relação aos demais grupos sobre a importância atribuída ao ensino, pesquisa e extensão como iguais funções do ensino superior. Embora todas as categorias tenham atribuído alto grau de importância a esse indicador, verifica-se que os diretores atribuíram grau mais alto, com significativa diferença dos demais grupos.

Outra conclusão que se fez é a de que há um equilíbrio entre as respostas das categorias docentes, com tendência a um consenso, sobre alguns indicadores, a seguir discriminados:

. a divulgação da potencialidade da UFRGS na área de extensão é considerada insatisfatória entre todos os grupos, com distribuição não significativa;

. os motivos que podem estimular uma maior atuação docente em extensão (Tab.33, pág.87), ou sejam: maior reconhecimento para progressão funcional, maior disponibilidade de recursos financeiros, destinação de maior parcela da carga horária departamental para atividades de extensão e melhor compensação financeira apresentaram diferença não significativa entre todos os grupos, podendo ser considerados, portanto, reflexo da opinião de todo o corpo docente representado;

. não há diferença significativa entre as médias de respostas dos grupos ao indicador relacionado à clareza das funções e atribuições das Comissões de Extensão e Pró-Reitoria de Extensão, consideradas pouco claras e operacionalizáveis por todas as categorias docentes;

. a inclusão das atividades de extensão nos planos de trabalho docente foi considerada ainda como um simples aspecto legal que não está sendo cumprido na prática, com diferença não significativa entre os grupos;

. o oferecimento de atividades de extensão voltadas aos problemas e interesses de diferentes clientelas, com vários níveis de escolaridade, considerado insatisfatório por todas as categorias, também não apresentou diferença significativa entre a percepção dos grupos.

Assim, o maior número de indicadores que apresentaram diferença significativa situam-se nas Comissões de Extensão e chefes de departamento, em relação aos demais grupos.

Comparação entre as médias de respostas dos professores
de acordo com a categoria docente

CARACTERÍSTICAS	X CATEGORIAS DOCENTES				SIGNIFICÂNCIA	DIFERENÇA ENTRE OS GRUPOS
	DIR	CHIEF	COMEX	PROFS		
	G ₁	G ₂	G ₃	G ₄		
1. Possibilidade de proposição de atividades a qualquer interessado	2,4	2,6	3,4	2,7	S	$G_1 + G_2 + G_4 \neq G_3$
2. Correspondência entre os resultados e as expectativas	3,0	3,1	3,1	3,1	NS	
3. Valorização acadêmica e profissional da atividade de extensão	2,4	2,1	3,0	2,2	S	$G_2 \neq G_3$
4. Aplicação de conhecimentos diretamente na comunidade	2,0	2,2	3,3	1,9	S	$G_1 + G_2 + G_4 \neq G_3$
5. Clareza das normas de extensão	1,8	2,6	2,2	1,7	S	$G_1 + G_4 \neq G_2$
6. Igualdade de importância entre ensino, pesquisa e extensão	3,6	3,2	3,2	3,0	S	$G_2 + G_3 + G_4 \neq G_1$
7. Divulgação da potencialidade da extensão junto à comunidade	2,5	2,1	2,3	2,1	NS	
8. Motivo nº1 para incentivar maior participação docente em extensão	1,3	1,2	1,4	1,4	NS	
9. Motivo nº 2 idem ao item 8	2,8	2,6	2,4	2,4	NS	
10. Motivo nº 3 idem ao item 8	3,8	3,6	3,5	3,5	NS	
11. Motivo nº 4 idem ao item 8	3,1	3,8	3,6	3,8	NS	
12. Clareza do conceito e objetivos da atividade de extensão	2,5	2,3	2,7	2,1	S	$G_2 + G_4 \neq G_3$
13. Delimitação de funções entre as COMEX e PROEXT	1,9	2,2	2,2	2,1	NS	
14. Igualdade de remuneração e incentivos docentes	1,4	1,1	2,3	1,3	S	$G_1 + G_2 + G_4 \neq G_3$
15. Sistematização e planificação da extensão	1,3	1,6	3,0	1,9	S	$G_1 + G_2 + G_4 \neq G_3$
16. Controle e avaliação do sistema de extensão	2,7	2,6	2,7	3,1	S	$G_2 \neq G_4$
17. Inclusão no plano de trabalho do docente das atividades de extensão	2,4	2,3	2,3	2,2	NS	
18. Igualdade de incentivos funcionais ao ensino, pesquisa e ext.	1,9	1,4	2,0	1,8	S	$G_2 \neq G_3$
19. Grau de departamentalização da atividade de extensão	2,9	3,6	3,3	2,7	S	$G_1 + G_3 + G_4 \neq G_2$
20. Necessidade de departamentalização da extensão para os docentes	3,3	3,2	2,4	3,0	S	$G_1 + G_2 + G_4 \neq G_3$
21. Importância atribuída aos incentivos oferecidos pela UFRGS	1,9	1,4	2,0	1,8	S	$G_2 \neq G_3$
22. Qualidade dos programas de extensão para profissionais	2,3	2,4	2,2	2,2	NS	
23. Qualidade dos programas para diferentes clientela	2,0	2,4	2,0	2,0	NS	
24. Utilização dos recursos ociosos	1,7	1,8	2,4	1,5	S	$G_3 \neq G_4$
25. Assinatura de convênios	1,6	1,9	2,5	1,5	S	$G_3 \neq G_4$
26. Estágio como forma de extensão	1,6	2,8	1,9	1,8	S	$G_1 + G_3 + G_4 \neq G_2$
27. Integração com outras entidades	2,3	2,7	2,4	2,1	S	$G_2 \neq G_4$
28. Programação artístico-cultural	2,3	2,5	1,2	2,0	S	$G_1 + G_2 + G_4 \neq G_3$
29. Criação de novas linhas de extensão de acordo com prestígio	2,6	2,4	1,5	1,8	S	$G_1 + G_2 \neq G_3 + G_4$
30. Realimentação do ensino e pesquisa	1,4	1,7	1,0	1,5	S	$G_2 + G_4 \neq G_3$

G₁ = Diretores G₂ = Chefes de departamento

Limite de significância = 0,05

G₃ = Comissões de Extensão G₄ = Professores que já atuaram em extensão

NS = Não significativo
S = Significativo

5.7. COMPARAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES E PARTICIPANTES SOBRE OS ASPECTOS ANALISADOS

Considerando-se a hipótese de que a condição de ministrante ou participante dos projetos de extensão pudesse interferir na percepção dos respondentes, foi aplicada análise de variância entre as médias indicadas pelos grupos. Nessa comparação, os docentes e participantes foram agrupados em dois conjuntos, a saber :

- . Grupo 1 - Docentes, incluindo diretores, chefes de departamento, representantes de unidades junto a comissões de extensão, professores que já atuaram em extensão.
- . Grupo 2 - Participantes, reunindo alunos e profissionais.

De acordo com os dados apresentados na Tabela nº 71, verifica-se que há diferença significativa entre a percepção dos dois grupos sobre a maioria dos aspectos analisados, conforme a seguinte discriminação;

. embora os dois grupos considerem importante a possibilidade de qualquer interessado porpor a realização de projetos de extensão, os alunos e profissionais atribuem mais alto grau de importância que os docentes, com significativa diferença;

. tem se verificado correspondência satisfatória entre os resultados e as expectativas dos participantes, considerada porém em mais alto grau pelos docentes em relação à percepção dos participantes;

. enquanto para os docentes a valorização acadêmica e profissional pela atuação em extensão é insuficiente, para os participantes é altamente satisfatória;

. apesar de ambos os grupos considerarem que as normas de extensão são pouco claras e operacionalizáveis, há diferença significativa entre a percepção dos docentes e participantes, com mais alto grau de discordância apontado por estes últimos;

. ambos os grupos apontam como muito importante a extensão como função da universidade, porém tal concordância apresenta um grau mais elevado e significativamente diferente do outro grupo entre os alunos e profissionais;

. o conceito e os objetivos da extensão são considerados obs

cursos e pouco operacionalizáveis tanto para os docentes quanto para os profissionais, porém entre estes o grau de insatisfação apresentado é mais alto do que entre os docentes.

A única característica onde a diferença das médias se apresentou como não significativa refere-se à participação da UFRGS na solução de problemas sociais através da extensão, considerada por ambos como insatisfatória

Assim, pelos resultados acima referidos, pode-se concluir que há diferença significativa entre a opinião dos docentes e participantes, o que deverá ser observado na análise dos resultados gerais e nas medidas a serem tomadas para solução das falhas apresentadas no sistema de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TAB. 71

Comparação entre a percepção dos docentes e participantes sobre a atividade de extensão na UFRGS

CARACTERÍSTICAS	MÉDIAS		NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	DOCENTES	PARTICIPANTES	
1. Possibilidade de proposição de atividades a qualquer interessado	2,8	3,4	S
2. Correspondência entre os resultados e as expectativas dos participantes	3,0	2,8	S
3. Valorização acadêmica e profissional da atuação em extensão	2,3	3,2	S
4. Participação da UFRGS na solução de problemas sociais através da extensão	2,2	2,2	NS
5. Clareza e operacionalidade das normas de extensão	2,0	1,0	S
6. Importância atribuída à extensão como função da universidade	3,1	3,5	S
7. Clareza e operacionalidade do conceito e objetivos da extensão	2,3	1,3	S

NS = Não significativo

S = Significativo

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

As conclusões a que se chegou neste trabalho foram lançadas levando em consideração dois pressupostos básicos. O primeiro é que a atividade de extensão constitui-se numa inovação e que, ao ser implantada, provocou mudanças não só na estrutura universitária mas também no posicionamento e atitudes dos grupos ligados à sua ação, a saber, corpos docente e discente, administradores e comunidade extra-universitária em geral, que passaram a ver a Universidade não só como centro de geração de conhecimento, nas formas de ensino e pesquisa, mas também de aplicação, atuando diretamente na comunidade através da extensão. A segunda premissa é de que a própria finalidade da extensão é a abertura da universidade à comunidade, através da execução de projetos de mútuo interesse.

A partir daí, foram analisados os resultados da pesquisa, referidos à eficiência do sistema de extensão, incluindo aspectos ligados às condições, estrutura e dinâmica, e sobre a eficácia, para análise do alcance dos objetivos a partir da percepção dos respondentes.

Em síntese, o que se verificou foi que a extensão já faz parte da rotina da vida universitária. Mas, em cada uma das funções analisadas (institucionalização, motivação dos grupos, eficiência administrativa, integração com a comunidade e qualidade dos programas), foram detectados aspectos tanto positivos quanto negativos, que deverão ser considerados para se adequarem às expectativas que os grupos depositam na atividade exten-

sionista.

Outra constatação que se fez foi a de que os resultados coincidem em grande parte com os dados apresentados no seminário para dirigentes de extensão universitária promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, com o objetivo de avaliar a atividade de extensão realizada pelos estabelecimentos de ensino superior do País (CRUB, 1976). Todavia, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul já apresenta vários aspectos em que se denota foram solucionados problemas enfatizados naquele seminário, a seguir indicados.

Na apresentação das conclusões, seguiu-se a mesma ordem das funções propostas ao início do trabalho, para maior facilidade de análise.

Institucionalização da extensão na UFRGS

A primeira conclusão a que se chegou é que a institucionalização da extensão na UFRGS ainda não se processou totalmente. Coincidindo com as conclusões do CRUB(1976), como em outras universidades há a necessidade de melhor conceituar a extensão para que possam ser definidas metas a serem alcançadas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul ainda não definiu uma política clara indicando o que pretende com a extensão. As normas vigentes, por seu turno, não estabelecem nem o conceito nem os objetivos a serem atingidos de acordo com a orientação da Universidade, nem quais os mecanismos de ação a serem postos em prática.

Ao contrário das conclusões do CRUB(1976), porém, verificou-se que os órgãos centrais de extensão já se encontram adequadamente estruturados para coordenarem as atividades que lhe são pertinentes, mas os professores ainda desconhecem a delimitação de funções e atribuições definindo o âmbito de atuação da Pró-Reitoria de Extensão e Comissões de Extensão. Assim, o que deve ser feito, nesse aspecto, é fazer chegar até os docentes o teor da legislação vigente, constante no Regimento Geral da Universidade, que impossibilita interpretações dúbias por ser bastante clara, como já foi indicado (Tab. 8, pág. 58).

Quanto ao papel dos departamentos no que se refere à atividade extensionista, os dados revelam-se coincidentes mais uma vez com as conclusões do CRUB(1976), de que os departamentos não assumiram ainda a responsabilidade com as atividades de extensão e, embora a UFRGS esteja preocupada com a atividade, já a tendo incorporado ao seu regimento e normas vigentes, verifica-se ainda que há falta de conscientização departamental. Isso se constata pelo fato de que, apesar de toda a atividade de extensão realizada ser analisada a nível departamental, ainda não faz parte dos planos de trabalho de todos os departamentos, o que a coloca em lugar diferente do ensino e da pesquisa, que obedecem ao princípio do planejamento semestral. Numericamente, essa conclusão apoia-se no fato de que, dos oitenta e três departamentos em que se divide a UFRGS, apenas trinta e nove realizaram pelo menos uma atividade de extensão no ano de 1979 e que, conforme os relatórios da Pró-Reitoria de Extensão, no período de 1976 a 1979, dezoito departamentos não realizaram nenhuma atividade nessa área.

Segundo o mesmo documento, a participação departamental é mais efetiva na medida em que os cursos a que atendem têm estágios curriculares. Verificou-se, nesse sentido, que, coincidentemente com essa hipótese, os seis cursos que maior número de atividades de extensão executaram no período 1976-1979, possuem estágio curricular, isto é, incluem uma forma de estágio obrigatório como pré-requisito para graduação: engenharia (53 cursos realizados), farmácia (35 cursos realizados), medicina (30 cursos realizados), agronomia (24 cursos realizados), artes (22 cursos realizados) e veterinária (18 cursos realizados).

Prosseguindo, o documento indica que a legislação não disciplina como as responsabilidades departamentais devam ser assumidas. No âmbito da UFRGS, verificou-se que não há nenhuma indicação, nas normas vigentes, sobre esse aspecto, isto é, nada aponta qual o papel do departamento, objetivamente, na dinâmica de planejamento de atividades de extensão. O que vem prevalecendo, na prática, é o bom senso, sendo enviados para análise departamental projetos de extensão ligados aos conteúdos sob seu controle. Há um consenso entre o corpo docente, de que o departamento deve ter papel ativo na atividade de extensão, o

que demonstra que nesse grupo já está adaptado o princípio básico da reforma universitária, de departamentalização do ensino, pesquisa e extensão.

Outro ponto contrário às conclusões do CRUB(1977) refere-se ao fato de que, ao contrário daquele documento, os grupos podem ser caracterizados como altamente motivados para a importância da atividade extensionista, haja visto as respostas dadas a essa característica (Tab.11, pág. 63), onde todas as categorias de respondentes (professores, alunos e profissionais) atribuíram o escore máximo a extensão, considerando-a tão importante quanto o ensino e a pesquisa para consecução dos objetivos da universidade e seus próprios.

Segundo o mesmo documento, haveria pouca motivação porque as atividades não aparecem e não conferem ao docente o mesmo "status" de um pesquisador, por exemplo. Na UFRGS, ao contrário, o que se constatou é que os corpos docente e discente se posicionaram altamente satisfeitos com o reconhecimento acadêmico e profissional que é conferido às atividades de extensão (Tab.24, página 77). Todavia, deve ser indicado como ponto negativo relacionado à motivação docente, a discordância que os professores demonstraram sobre os incentivos que já foram implantados na Universidade, o que pode significar simples desconhecimento da existência de tais direitos, como também pode estar baseado na negligência departamental em os fazer executar (Tab. 10, pág. 62). Assim, pode-se concluir que, embora a UFRGS reconheça formalmente, através de determinações legais (UFRGS, COPERT, 1976), os professores interessados ainda não se utilizam da possibilidade de obter regimes de trabalho especial, de 40 horas ou dedicação exclusiva, nem do incentivo financeiro correspondente ao exercício de atividades de ensino, pesquisa ou extensão, por desconhecem, ou pela não conscientização departamental.

Deve ser lembrado, todavia, que o departamento apresenta problemas de acúmulo de encargos docentes com ensino de graduação, ressentindo-se da falta de professores em número suficiente, etc., bem como uma série de outros fatores que justificariam esse descomprometimento com a extensão, relegada assim a um segundo plano, já que os problemas desta não se refletem tão diretamente em crises, como acontece no ensino. Porém, de acordo com o espírito da reforma

universitária, falhas na execução de um dos subsistemas não poderia interferir nos demais, como vem ocorrendo.

Prosseguindo, outro dado revelado pela pesquisa foi que, embora os grupos se ressintam ainda da definição de uma política de extensão, as atividades de extensão apresentam-se já com satisfatório grau de controle e avaliação consideradas isoladamente. Porém, em termos de planejamento global, continuam sendo executadas de forma isolada e ocasional, de acordo com constatação feita por DONATO (1971), não fazendo parte da programação normal dos departamentos e na constante dependência de horas vagas ou indicação de professores visitantes para atuarem em projetos de extensão da UFRGS.

Observou-se alto grau de controle em relação ao sistema implantado, em que todas as atividades de extensão são realizadas a partir de um prévio planejamento, sob supervisão departamental e controle das Comissões de Extensão, com contínuo acompanhamento da execução dos projetos. Todavia, contata-se um aspecto importante nesse processo: a avaliação dos resultados alcançados, comparando-os com os objetivos previstos, a ser feito entre os participantes das atividades. A partir do momento em que for estabelecido um sistema de avaliação, pode-se-á a qualquer tempo saber até que ponto a extensão na UFRGS terá atendido aos interesses e expectativas sociais, de que forma terá contribuído para a integração universidade-comunidade, obtendo dados consistentes para realimentação do ensino e da pesquisa.

EM RESUMO :

A institucionalização, ou seja, a implantação da extensão como função universitária apresenta o seguinte quadro, em termos de adaptação da estrutura organizacional e atitudes dos grupos envolvidos pela sua ação, a nível da UFRGS:

- . não existem normas claras e precisas que definam o conceito, objetivos, funções e política de extensão na universidade;
- . as funções e atribuições dos setores e órgãos específicos para controle das atividades de extensão (COCEP, COMEX e PROREXT) já foram delimitadas claramente e são incontes - tes formalmente, mas ainda não são identificadas

corpo docente;

- . apesar de já ter sido igualada à pesquisa e ao ensino na legislação vigente (UFRGS, COPERT, 1976), na prática não tem se verificado igualdade de critérios e oferecimento de incentivos funcionais à extensão face às demais atividades;
- . já é atribuída igual importância à extensão ao lado do ensino e da pesquisa pelos corpos docente e discente e profissionais da comunidade;
- . as atividades de extensão ainda não são realizadas de forma sistemática mas já planejada, sob completo controle dos órgãos responsáveis. Todavia, o acompanhamento das atividades, em termos de avaliação dos resultados e sua aplicação como mecanismo de realimentação do ensino e da pesquisa, ainda está incompleto;
- . apesar de toda a atividade de extensão ser executada com participação departamental, é feita de forma ocasional, não incluída nos planos semestrais de atividades e ainda inexistindo uma delimitação objetiva e formal do papel do departamento na atividade de extensão ao lado das COMEX e PROREXT;
- . embora instituída formalmente, a atividade docente em extensão não está sendo incluída sempre na carga horária dos professores que atuam em projetos nessa área;
- . a participação dos departamentos no processo extensionista ainda não pode ser considerada totalmente satisfatória em termos de constância e efetividade;
- . segundo os respondentes, a divulgação junto à comunidade da potencialidade extensionista da UFRGS esta sendo feita de forma satisfatória, porém poderá ser ampliada no sentido de se obter maior participação da coletividade.

Assim, as falhas ainda existentes no processo de implantação da atividade extensionista na Universidade Federal do Rio Grande do Sul podem ser sintetizadas em : ausência de uma política de extensão, pouco comprometimento departamental e falhas de comunicação entre os setores, com desconhecimento de normas, incentivos e procedimentos entre os grupos interessados, especialmente professores e alunos.

Motivação de professores, alunos e profissionais

Segundo o documento do CRUB(1977), nas universidades brasileiras continua prevalecendo o idealismo entre os professores que se propõem a fazer extensão, porque ainda não ocorre o reconhecimento das atividades de extensão como atividades regulares de docência.

Comparando tal afirmação com os resultados desta pesquisa, conclui-se que, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul esse quadro já foi alterado em alguns aspectos. Como já foi indicado, os grupos já estão integrados, reconhecem e se identificam com a extensão, considerando-a tão importante quanto o ensino e a pesquisa não só para a ação universitária, mas também para seus interesses e aspirações individuais. E, de outro lado, a administração universitária já estabeleceu formalmente a extensão como encargo docente, com iguais incentivos e prerrogativas atribuídos ao ensino e à pesquisa.

Na prática, porém, o que se verifica é que a UFRGS não tem se utilizado da motivação dos grupos nem do amparo formal que já estabeleceu para a atividade extensionista para ampliar o raio de ação desse sistema. Assim, mais uma vez percebe-se a necessidade de que seja definida uma política mais agressiva de extensão, integrando-se efetivamente os departamentos, professores, alunos e comunidade em geral aos objetivos da extensão, com real ligação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, até agora inexistente.

Facilmente, mediante a elaboração de projetos de extensão a serem utilizados no sistema de ensino, os professores e alunos, já motivados, poderiam atuar em projetos comunitários, entrando em contato direto com o futuro campo profissional, seus problemas e perspectivas de mercado de trabalho.

Assim, os dados da pesquisa revelaram que, coincidindo com as conclusões do CRUB(1977), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul ainda não tem presente a preocupação de conscientizar e motivar cada vez mais o corpo docente para a atividade extensionista, havendo porém um grupo consciente e motivado, enquanto outro, majoritário, desconhece totalmente as possibilidades da extensão.

Quanto aos estímulos que poderiam aumentar a participação do docente, verificou-se que se tratam apenas de questões de ajustes e de fazer executar as normas e decisões vigentes, mediante a disponibilidade de maior carga horária e que seja dado maior reconhecimento à extensão como função docente, aspectos estes indicados pelos representantes do corpo docente que responderam ao questionário (Tab. 33, pág. 87). Tais solicitações podem ser atendidas pelo simples cumprimento da legislação vigente, ou seja, mediante a inclusão das atividades docentes nos planos de trabalho docentes e departamentais e fazendo-se valer o teor do Decreto nº 76.924, de 20 de dezembro de 1975, que regulamenta a concessão de incentivos funcionais ao ensino, pesquisa e extensão, tratadas em igualdade de condições como funções docentes (UFRGS, COPERT, 1976).

No que se refere à motivação de alunos e profissionais, os fatores ligados a aspirações individuais foram apontados com importância altamente superior a objetivos sociais, como, por exemplo, a possibilidade de atuar diretamente na comunidade para solução de problemas da coletividade (Tab. 29, pág. 83). Como já era esperado, os alunos atribuíram mais importância ao certificado expedido, à possibilidade de serem obtidos novos conhecimentos e atualização profissional e pela possibilidade de novos contatos e amizades.

Tal resultado coincide mais uma vez com as conclusões do CRUB (1977), de que a participação é empírica, mais voltada aos interesses individuais, alheia ao verdadeiro papel da extensão no contexto universitário e social. Porém essa preocupação com interesses pessoais não pode ser encarada como falha do sistema, já que caracteriza todo um contexto em que, cada vez mais pressionado pela concorrência profissional, o aluno se vê impelido a se aperfeiçoar cada vez mais, para melhor competir no mercado de trabalho mediante maior número de títulos e experiência de prática profissional anexados ao seu "curriculum-vitae".

O que a UFRGS poderá fazer é transformar essa preocupação em fator motivacional, mediante a organização de planos que atendam a um só tempo os objetivos da extensão traçados pelo Ministério de Educação e Cultura e aos objetivos individuais dos participantes. Isso poderá ser obtido, por exemplo, mediante uma maior valorização acadêmica da atividade extensionista, pelo cômputo de créditos

no currículo dos alunos, bem como pelo reconhecimento da atuação docente em extensão como estágio curricular. E, mais uma vez, salienta-se a necessidade que a extensão venha a ser programada dentro dos planos departamentais, destinando horários específicos para realização de projetos de extensão, o que se constituiria em mais uma forma de incentivar os alunos e professores a atuarem nessa área.

EM RESUMO:

Pode-se sintetizar a situação da UFRGS no que se refere à motivação dos professores, alunos e profissionais para a atividade de extensão em :

- . adequados incentivos funcionais para o exercício docente em extensão já foram implantados com idêntico tratamento legal à pesquisa, ensino e extensão. Na prática, todavia, há um desconhecimento e mínimo cumprimento a tais determinações, refletindo-se numa menor valorização a atuação docente em extensão em relação às demais atividades;
- . falhas de comunicação impedem que os grupos entrem em contato com as determinações já tomadas pela UFRGS em relação à extensão, com reduzida ligação entre as COMEX, PROEXT, Departamentos, professores, alunos e administradores;
- . apesar das falhas de estruturação e política de extensão, os resultados das atividades tem correspondido às expectativas dos participantes, constituindo-se em fator de sucesso do programa implantado;
- . os respondentes consideram que tem havido correspondência entre os objetivos propostos em cada atividade e os resultados obtidos;
- . os respondentes consideram-se satisfatoriamente gratificados com a valorização acadêmica e profissional que a atuação em extensão lhes possibilita, o que pode ser interpretado como ponto positivo do sistema;
- . a possibilidade de aplicação de conhecimentos diretamente em setores da comunidade deverá ser mais enfatizada como objetivo da extensão, constituindo-se ainda num aspec-

- to secundário de motivação para a extensão entre os participantes, apesar de ser um dos objetivos previstos para a extensão como atividade-fim da universidade;
- . verificou-se que, na opinião dos respondentes, tem havido relação satisfatória entre as exigências dos programas com a capacidade e disponibilidade dos participantes, constituindo-se este em mais um fator positivo ligado à eficiência do sistema de extensão;
 - . o tempo previsto para realização de programas, por sua vez, tem sido bem distribuído, correspondendo ao tempo realmente necessário e dispendido para execução das tarefas, podendo ser indicado como aspecto positivo de eficiência que tem contribuído para o sucesso dos projetos;
 - . os participantes indicaram que o planejamento das atividades de extensão apresenta-se racional e eficiente quanto aos mecanismos de acompanhamento e avaliação, condizentes com os objetivos propostos para as atividades;
 - . tem se verificado correspondência entre os resultados auferidos nas atividades realizadas com as expectativas nelas depositadas pelos participantes;
 - . em termos de expectativas da extensão para o futuro, como meio de consecução dos objetivos da universidade, os respondentes mais uma vez demonstraram alto grau de motivação, considerando-a importante e necessária, nela depositando expressivas possibilidades.

Assim, pode-se concluir que, quanto a motivação para a extensão, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul já está satisfatoriamente presente, não residindo nesse tópico os problemas de implantação que a extensão ainda enfrenta se se tiver em mente uma completa integração da universidade com a comunidade.

O que a Universidade poderá fazer, nesse sentido, é utilizar-se desse comprometimento já existente entre os grupos para realização de maior número e de mais diversificados tipos de projetos de extensão, ampliando ainda o seu raio de ação junto à coletividade. E, para motivar maior contingente de professores e alunos para a extensão, torna-se necessário apenas que a Universidade ponha em prática efetivamente os instrumentos legais de estímulo docente e discente que já estabeleceu em documentos.

Eficiência das atividades de extensão

Pela análise dos resultados da pesquisa, pode-se concluir que o sistema de extensão da UFRGS apresenta-se eficiente. Os dados permitem que se afirme que, apesar de persistirem falhas estruturais, especialmente pela ausência de uma política de extensão bem dimensionada, o sistema implantado tem atingido na prática satisfatórios resultados ligados à execução. Em outras palavras, embora não existam normas claras sobre extensão, os grupos envolvidos consideram que os projetos estão sendo realizados de forma racional, como reflexo de um eficiente planejamento quanto à adequação da relação entre o número de professores e alunos apoio administrativo, condições de espaço, localização, etc., dos locais onde se realizam as atividades, utilização de equipamentos, seleção de tarefas voltadas diretamente para a consecução de objetivos propostos, coerência e rapidez do sistema burocrático e acessibilidade do valor das taxas de inscrição.

Como aspectos falhos do sistema, foram considerados pelos respondentes os recursos bibliográficos indicados, o que se julga não passar de mais uma falha de comunicação, pelo fato dos professores não se deterem na orientação de referências diretas sobre os assuntos tratados, o que poderá ser solucionado pela inclusão de um ítem, nos formulários de apresentação de projetos, onde se faça constar a bibliografia mínima, relação esta a ser distribuída aos participantes antes do início das atividades.

Outro indicador considerado insatisfatório foi apontado como sendo a utilização de recursos multi-mídia, o que se acredita tratar-se mais uma vez de aspecto facilmente solucionável, mediante uma simples divulgação entre o corpo docente, das facilidades oferecidas pela Pró-Reitoria de Extensão em fornecer toda uma série de equipamentos e recursos necessários, desde que solicitados com certa antecedência. A longo prazo, sugere-se também a organização de um setor áudio-visual, reunindo todos os recursos já existentes, sob a coordenação de especialista no assunto, que permanecerá à disposição dos interessados por ocasião do planejamento de atividades de extensão.

Assim, no que se refere à eficiência do sistema, pouca coi-

sa resta a fazer no sentido de se obter melhores resultados, sendo necessários apenas pequenos ajustes, simples e pouco dispendiosos.

EM RESUMO

- . a relação entre o número de professores e alunos que participam das atividades foi considerada pelos respondentes como satisfatória . Portanto, tal aspecto constitui-se em adequação de planejamento, não permitindo que o excesso de participantes possa comprometer os resultados dos projetos;
- . há uma falha de comunicação entre os docentes e participantes quanto à indicação de recursos bibliográficos , considerados insatisfatórios ,possivelmente pelo simples fato de que não tem havido preocupação nesse sentido por parte dos professores;
- . o setor administrativo tem se apresentado eficiente para os respondentes, no que se refere a datilografia, divulgação, entrega de certificados, etc. Todavia, não se caracterizou como excelente, o que poderia ser obtido através do diagnóstico dos problemas e falhas;
- . a seleção dos espaços físicos onde vem se realizando as atividades (salas, laboratórios, pavilhões, etc.) também não tem apresentado problemas, sendo considerada satisfatória;
- . não tem sido utilizados eficientemente recursos multi-mídia como estímulos à aprendizagem, o que poderá ser solucionado através da montagem de um esquema específico, já indicado acima;
- . deve ser dada maior atenção à qualidade do material gráfico distribuído nas atividades de extensão, considerada insatisfatória pelos respondentes;
- . a quantidade, variedade e pertinência dos equipamentos, instalações e laboratórios também foi considerada satisfatória pelos alunos e profissionais;
- . da mesma forma, as tarefas e atividades práticas realizadas pelos participantes dentro dos projetos de extensão, foram consideradas variadas e pertinentes com os objeti-

- vos propostos;
- . as taxas de inscrição foram apontadas acessíveis e proporcionais às despesas das atividades, não se constituindo portanto em ônus exagerado para os participantes;
 - . o grau de burocratização das atividades não foi considerado excessivo, constituindo-se assim em mais um ponto positivo do sistema implantado.

Assim, em termos de planejamento e execução dos projetos, o sistema de extensão apresenta poucas falhas, não comprometendo os resultados. Deve-se salientar, porém, que nenhum dos indicadores obteve alto grau de concordância, ou seja, nenhum dos aspectos relacionados apresentou grau de eficiência caracterizando-o como totalmente satisfatório.

Integração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul à comunidade através da extensão

Considerando-se a análise do grau de integração da UFRGS à comunidade como o indicador mais objetivo de eficácia do sistema, questionou-se se a Universidade está efetivamente atingindo o objetivo geral proposto para a extensão como função do ensino superior, de levar à comunidade seu potencial de recursos, dela recebendo um influxo no sentido da realimentação do ensino e da pesquisa.

A constatação mais significativa que se fez, nesse aspecto, é de que foi exatamente nas questões relacionadas a essa função que se situaram os escores mais baixos da pesquisa. Isso permite que se conclua que, embora sendo executada dentro de uma sistemática considerada eficiente, a extensão ainda não apresenta resultados que se possa indicar como satisfatórios quanto à integração da universidade com a comunidade. Assim, os objetivos propostos para a atividade não estão sendo atingidos nas dimensões esperadas, significando baixa eficácia do sistema implantado.

O único indicador que apresentou escore de respostas satisfatório foi a constatação de que a Universidade vem realizando os projetos de acordo com os interesses e expectativas da comunidade.

Foi considerada pouco eficiente a atuação da UFRGS na área da educação permanente, com realização de programas de atualização profissional e educação informal realizados muito aquém do número e variedade que os respondentes consideraram condizentes com as condições da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tab.49, pág. 103).

Da mesma forma, complementando a conclusão acima, os respondentes indicaram que a Universidade não está aproveitando o potencial de recursos humanos, materiais, espaço e tempo ociosos que possui na realização de projetos de extensão, em atendimento à demanda social de educação. Assim, segundo os grupos, a UFRGS deveria planejar mais efetivamente a utilização dos professores, alunos, equipamentos, laboratórios, salas de aula, etc., que permanecem vagos em determinados horários, nos fins de semana e no período de férias (Tab. 52, pág. 107).

Outro ponto negativo indicado refere-se ao número e características dos convênios e programas de intercâmbio assinados para execução de projetos de extensão, em especial para formação de mão de obra em nível de 1º e 2º Graus (Tab. 53, pág. 108).

O estágio, por sua vez, não pode ser considerado como atividade regular de extensão na Universidade, sendo realizado de forma totalmente alheia ao controle das Comissões de Extensão, ligado ao ensino de graduação, quando curricular, e à Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária (PRUNI), quando opcional. Dessa forma, não se pode afirmar o estágio como mecanismo de realimentação do ensino e, particularmente, não pode ser considerado a atividade de extensão, em desacordo com o MEC (1976) e ALMEIDA (1979). O que se conclui é que, no âmbito da UFRGS, o estágio não está sendo planejado de forma integrada, unindo ensino e extensão, como seria sua função de acordo com SOUZA (1976). A título de sugestão, sugere-se que seja organizado um sistema central de estágios, a ser delimitado a partir dos interesses e características de cada curso, ouvidas as Comissões de Carreira, Departamentos, alunos e representantes das empresas e setores da comunidade onde atuarão os alunos. Nesse sistema, seriam indicadas as formas de estágio reconhecidas pela UFRGS, incluindo todas, sejam curriculares ou opcionais, acompanhamento, controle e avaliação docente,

Os resultados revelam também que os respondentes consideram necessário que a Universidade planeje novas formas de extensão , saindo dos tradicionais cursos, seminários, ciclos de palestras , etc., realizados sistemática e regularmente, partindo para projetos de atuação direta junto à coletividade, em atendimento aos seus reais interesses e necessidades (Tab. 57, pág. 112). Uma forma de diagnosticar quais seriam essas novas formas de extensão , seria a realização de levantamento de problemas e interesses , feita em setores , empresas, entidades, por indicação dos departamentos .

Finalmente, sintetizando o que se pode concluir pelos dados já apresentados , a pesquisa indicou que, na opinião dos respondentes, o ensino, pesquisa e extensão, embora considerados formalmente como três facetas da atividade universitária, na prática continuam sendo realizados de forma isolada, sem vínculo entre si (Tab. 58, pág. 112). Assim, a extensão não tem se constituído num mecanismo de realimentação do ensino e da pesquisa, em desacordo com o que dela é esperado por determinação do Ministério da Educação e Cultura (SOUZA, 1975) .

EM RESUMO :

- . apesar de ainda não ser realizada em correspondência com a potencialidade dos recursos humanos e materiais da UFRGS em número e variedade, os respondentes indicaram que a extensão vem sendo executada em correspondência e a partir de solicitações e interesses da comunidade ;
- . deve ser planejada uma maior abrangência da ação da UFRGS na área de educação continuada de profissionais, para reforço de sua atuação junto a coletividade ;
- . a aplicação e transmissão de conhecimentos a clientelas de diferentes graus de escolarização é considerada ainda deficitária na opinião dos respondentes ;
- . a UFRGS deve se preocupar em aproveitar mais racionalmente seus recursos ociosos em benefício da demanda social de educação, mediante a realização de projetos de extensão ;
- . é ainda insatisfatória a colaboração da UFRGS na formação de mão de obra de 1º e 2º Graus, pela assinatura de convênios e contratos com outras entidades com tal finalidade;

- . o estágio ainda não está caracterizado como atividade de extensão, decorrendo daí que não vem sendo atingido o objetivo de proporcionar aos alunos oportunidade de entrar em contato com o futuro campo profissional através da extensão;
- . é considerado ainda deficitário o intercâmbio que a UFRGS vem mantendo com instituições congêneres para prestação de serviços e programas voltados para o desenvolvimento regional;
- . a atuação da UFRGS no campo da divulgação artístico-cultural ainda não atingiu satisfatoriamente como clientela o seu próprio corpo docente, que indicou não ter conhecimento de grande parte das atividades de extensão que vem sendo realizadas nesse setor;
- . devem ser pensadas novas linhas de ação extensionista, mais condizentes com a imagem e potencialidade da UFRGS se esta tiver como objetivo uma maior eficácia do sistema de extensão universitária;
- . sendo realizada isoladamente, a extensão não tem servido como mecanismo efetivo de realimentação dos sistemas de ensino e pesquisa da UFRGS.

Portanto, conclui-se que é ainda deficiente a integração da UFRGS à comunidade através da extensão. Como sugestão, indica-se que a administração se preocupe e tome medidas voltadas para o planejamento e seleção de estratégias que estimulem a consecução de resultados mais condizentes com o potencial da Universidade, utilizando-se para isso de um aspecto já altamente favorável nesse sentido, que é a motivação de professores e alunos, já visível pelas resultados desta pesquisa. Outra alternativa que poderia atingir maior eficácia de resultados, seria a inclusão, nos currículos de graduação, de horários e programas de extensão, como já vem sendo feito com sucesso pelos cursos de Veterinária, Agronomia e Medicina, entre outros, o que provoca diretamente a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

É importante, também, que se organize um sistema de estágios, supervisionado pelo Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa (COCEP), caracterizando-o como atividade de extensão, ligada diretamente ao ensino.

Qualidade dos programas de extensão da UFRGS

Considerou-se como qualidade uma síntese da avaliação dos respondentes sobre a eficiência e eficácia dos programas de extensão, complementando as funções anteriormente analisadas.

O que se conclui, a partir dos resultados obtidos, é que os participantes estão muito satisfeitos com as atividades de extensão de que participaram, com ênfase especial à lógica e coerência dos esquemas conceituais com a sequência programática, e pela oportunidade de diálogo e crítica entre alunos e professores, altamente satisfatórios.

EM RESUMO :

- . as atividades de extensão vem sendo realizadas com eficiente planejamento, refletido através do ajuste entre a seleção de funções e estratégias.
- . os respondentes indicaram que, não só as estratégias foram selecionadas de acordo com os objetivos, mas também de acordo com os meios disponíveis para executá-las;
- . os planos apresentados ao início das atividades, por sua vez, tem sido integralmente executados, em total correspondência com os programas realizados;
- . os projetos de extensão apresentam satisfatório planejamento também no que se refere ao tempo previsto para implementação dos projetos, com adequada distribuição de tarefas no cronograma determinado;
- . as atividades vem sendo estruturadas de acordo com a disponibilidade e interesse dos participantes;
- . tem se verificado alta correspondência entre o esquema conceitual com a relação de conteúdos do programa das atividades;
- . tem se verificado excelentes oportunidades de diálogo e participação crítica entre alunos e professores durante a realização dos projetos de extensão realizados pela UFRGS;
- . os resultados obtidos vem correspondendo diretamente às expectativas individuais dos participantes;
- . os temas e conteúdos das atividades de extensão tem se apresentado pertinentes e atuais, com abordagem aprofundada e de acordo com os problemas da coletividade;

- . os respondentes demonstraram também estarem satisfeitos com as atividades de extensão oferecidas pela UFRGS, consideradas úteis para a vida acadêmica e profissional dos alunos e demais participantes.

Portanto, a conclusão geral que se pode tirar a partir da análise dos resultados, é a de que o planejamento e execução das atividades apresentam satisfatório grau de eficiência, na opinião dos participantes. Mas, apesar disso, os respondentes ainda não consideram a Universidade Federal do Rio Grande do Sul suficientemente integrada à comunidade através da extensão universitária, que vem sendo realizada de forma desvinculada do ensino e da pesquisa.

Deste modo, pode-se sintetizar a situação da extensão na UFRGS dentro do seguinte quadro, em termos de falhas, êxitos e perspectivas :

FALHAS:

- . ausência de uma política de extensão definida em normas, indicando precisamente o conceito, objetivos e metas a serem alcançadas;
- . participação departamental indefinida e aquém das expectativas e orientação da reforma universitária;
- . falta de integração entre os sistemas de ensino, pesquisa e extensão;
- . pouca integração dos objetivos da universidade com os interesses da coletividade;
- . pouco intercâmbio com outros organismos para realização de projetos em convênio e co-participação;
- . fluxo de comunicação entre os órgãos de extensão, departamentos, professores e alunos deficiente, provocando a presença de vieses de interpretação tanto da política de extensão quanto sobre procedimentos administrativos e mecanismos de ação.

ÊXITOS :

- . motivação positiva de razoável parcela de professores, alunos, administradores e profissionais;

- . crescente participação docente em projetos de extensão;
- . igualdade de critérios e amparo legal para distribuição de incentivos docentes para professores que atuam em ensino, pesquisa ou extensão;
- . estruturação já formalizada da extensão como atividade docente, embora ainda não posta em prática totalmente;
- . eficiência do sistema implantado quanto a estruturação, planejamento e execução dos projetos

PERSPECTIVAS :

- . as falhas assinaladas podem ser facilmente solucionadas mediante um planejamento adequado com a estrutura, interesses e política de extensão da UFRGS;
- . os recursos financeiros necessários para execução dos projetos podem ser carreados junto a entidades, empresas e setores da comunidade, como já vem sendo feito pela Universidade em pequena escala;
- . os professores e alunos, já motivados, poderão ser facilmente incentivados em atuarem em novos projetos e novas formas de extensão;
- . as falhas se situam mais em simples problemas de comunicação entre as Comissões de Extensão, Pró-Reitoria de Extensão, Departamentos, professores e alunos, do que propriamente em deficiências de estruturação e processo, o que pode ser solucionado através de fáceis mecanismos de divulgação;
- . como a integração ensino, pesquisa e extensão já teoricamente determinada, a sua execução torna-se apenas uma questão de planejamento, desde que haja interesse da administração da Universidade nesse sentido.

Em síntese, pode-se afirmar que, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, esta pesquisa constatou que, de acordo com a opinião dos respondentes, a atividade de extensão já está institucionalizada em grande parte, com alta motivação dos grupos e eficiência de execução, apresentando lacunas quanto à política traçada para a extensão. A partir dos pontos analisados, sobre falhas, êxitos e perspectivas e de acordo com orientação traçada pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras- CRUB

(1976), apresentam-se as seguintes sugestões para a administração da Universidade, se esta se interessar em ampliar o alcance da atividade de extensão no seu âmbito de ação.

R E C O M E N D A Ç Õ E S

Diante do exposto, sugere-se que:

- . seja definida uma política indicando objetivamente o que a UFRGS pretende atingir com a extensão, incluindo conceito, objetivos e metas;
- . seja organizado um programa especial, na forma de seminários, encontros, impressos, etc. para veicular informações sobre o programa de extensão entre os órgãos centrais, departamentos, professores, alunos e administradores;
- . sejam planejadas atividades com participação ativa tanto dos professores quanto alunos;
- . seja elaborado um calendário específico das atividades de extensão, dentro da programação semestral dos departamentos;
- . sejam computados créditos no currículo dos alunos pela realização de projetos de extensão;
- . sejam previstos horários, dentro do plano de atividades departamental para a realização e participação docente e discente em projetos de extensão;
- . sejam efetivamente concedidos incentivos financeiros e funcionais aos professores que atuam em extensão;
- . sejam os títulos correspondentes ao exercício docente em extensão computados na contagem de pontos para efeitos de progressão funcional;
- . sejam obedecidos e distribuídos os incentivos financeiros e funcionais oferecidos pela COPERT ao exercício docente em extensão: concessão de regimes de trabalho de 40 horas e dedicação exclusiva, valor adicional à remuneração, etc.;
- . seja salientado entre a comunidade universitária o sentido de que ensino, pesquisa e extensão se complementam e se fundem no sistema universitário;
- . sejam realizados encontros para integração entre os diferentes setores da Universidade, para apresentação e divulgação de aspectos referentes à política e administração da atividade extensionista;

- . seja reservada carga horária docente dos departamentos para realização de atividades de extensão;
- . sejam planejadas de forma integrada as atividades de ensino , pesquisa e extensão;
- . seja o estágio planejado e executado como atividade de extensão;
- . sejam divulgados, a nível de compreensão da comunidade, os resultados auferidos pela extensão;
- . sejam destinados nos currículos períodos livres para atuação discente em extensão dentro do horário de atividades dos cursos de graduação;
- . seja utilizado o período de férias para realização de projetos de extensão mais longos e em locais fora do campus universitário;
- . sejam melhor aproveitados os espaços, horários e recursos ociosos da Universidade para realização de atividades de extensão.

Através desses procedimentos, acredita-se que a atividade de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul poderá atingir um mais alto grau de eficácia e eficiência, com resultados condizentes com sua potencialidade e papel que desempenha junto à comunidade sul-riograndense.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALMEIDA, Célia Schmidt de. Estágios curriculares como mecanismo de retroalimentação do sistema de ensino. Porto Alegre, UFRGS, curso de pós-graduação em educação, jan/1978. (dissertação de mestrado).
02. BALDRIDGE, J.V. Academic governance ; research on institutional politics and decision making. California, MrCutrhan, 1971.
03. BECKER, Fernando et alii. Apresentação de trabalhos escolares. Porto Alegre, Formação, 1976.
04. BERTALANFFY, Ludwig. Teoria geral dos sistemas. Trad. de Francisco M. Guimarães, 2a. ed. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1975.
05. BESSA, Nícia. Testes de desenvolvimento educacional. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
06. BIANCHINI, Valter. A UFSM - uma universidade extensionista. Santa Maria, RS, UFSM, 1977.
07. BLOOM, B. et alii. Handbook of formative and normative evaluation of learning. New York, McGraw-Hill, 1971.
08. BRASIL. Decreto-lei nº 254, de 28/2/67. Diário Oficial. Brasília, 28 de fevereiro de 1967.
09. _____. Decreto-lei nº 5.540, de 28/11/68. Diário Oficial. Brasília, 28 de novembro de 1968.
10. _____. Ministério da Educação e Cultura. Conclusões do Seminário para Dirigentes de Extensão Universitária. Brasília, CODAE/DAU/, 1972 (mimeo).
11. _____. MEC. Conclusões do II Encontro de Reitores de Universidades Públicas, Presidentes de Federações de Escolas e Diretores de Estabelecimentos Públicos Isolados de Ensino Superior. Brasília, MEC, 1973.
12. _____. MEC. II Plano Setorial de Educação e Cultura. Brasília, 1976(1).
13. _____. MEC. Coletânea de documentos sobre extensão universitária. Brasília, 1976(2).
14. BURN, Barbara et alii. Higher education in nine countries ; a comparative study of colleges and universities abroad. New York, McGraw Hill, 1971.
15. BUSHNELL, David. Planned change in education. New York, Harcourt Brace Hanovich Inc., 1971.

16. CALAZANS, Maria § VLASMAN, Petrus. Ensino superior e comunidade. Brasília, MEC, 1976 (mimeo).
17. CAMPBELL, Roald. Influentials in state policy making for the public schools. Educational administration quarterly. University council for educational administration, 12 (1) : 1-27, 1976.
18. CAMPOS, M.A. A universidade brasileira à luz do século XX. Educação. Brasília, MEC, 4 (6) : abr/jun/1975.
19. CARDOSO, Geraldo. A extensão no plano de ação das universidades. Brasília, MEC, 1976 (Apresentado durante o Seminário para Dirigentes Superiores de Educação) (mimeo).
20. CLIFFORD, Roy A § LEONARD. A sociedade rural para os programas de ação. S.P., Pioneira, 1971.
21. COOMBS, Phillip. A crise mundial da educação. Debates. São Paulo, Perspectiva, 112, 1976.
22. CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Estudo analítico sobre a revisão e prosseguimento do Projeto CR-11-PT-5. Brasília, 1975. (mimeo).
23. _____. Conclusões da XXIII reunião plenária. Brasília, 1976 (mimeo) .
24. _____. Conclusões do Seminário para Dirigentes Superiores de Extensão. Brasília, MEC/CODAE, 1977 (mimeo) .
25. CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
26. DALLA ZEN, Ana Maria. Instruções sobre o funcionamento de atividades de extensão universitária. Porto Alegre, UFRGS, SUPAC, 1975.
27. DONATO, M. A extensão universitária, síntese do processo educacional. Belo Horizonte, UFMG, 1971.
28. FERNANDES, S.O. Legislação e disposições orgânicas da universidade. Porto Alegre, UFRGS, 1973.
29. FONSECA, G.A. Universidade e reforma global da educação. Educação. Brasília, MEC, 4 (6) : abr/jun/1975.
30. FOX, David. The research process in education. New York, Holt, Rinenhard & Wiston, 1969.
31. FURTER, Pierre. A utopian vision of the university in challenge and limitations. Student world. Genebra, 61 (1) : 31-5, jan/mai/1968.
32. GATTI, B § FERES, N. Estatística básica para ciências humanas. S.Paulo , Alfa Ômega, 1970.
33. GOLDBERG, M.A., Avaliação e planejamento educacional : problemas conceituais e metodológicos. Cadernos de pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas (7), julho/1973, p.65.
34. GONÇALVES, N. Extensão universitária; sua função e perspectivas. Brasília, MEC, 1976 (Apresentação durante o Treinamento para formação de re cursos humanos para a extensão, Goiânia, julho de 1976).
35. _____. A extensão como uma das funções básicas da Universidade. In : BRA SIL, Ministério da Educação e Cultura. Coletânea de documentos sobre extensão universitária (nº 1). Brasília, 1976.
36. GROSS, Edward. Universities as organization : a study of goals. In BALDRIDGE, J.V. (ed) Academic Governance. Califórnia, Mcuthan, 1971.

37. Handbook of college and university administration. S. Knowles (ed) New York, McGrawHill, 1970.
38. HOFFMANN, Ricardo. Abertura operacional da universidade. São Paulo Resenha Universitária, 1975.
39. KAUFMAN, Roger A. Planificación de sistemas educativos. México, Trillas, 1973.
40. KERLINGER, F.N. Foundation of behavioral research. New York, Holl, Rinchart & Wiston, 1964.
41. LAFOURCADE, Pedro D. Evaluación de los aprendizages. Buenos Aires, Kapelusz, 1969.
42. _____. Planeamiento, conducción y evaluación en la enseñanza superior. Buenos Aires, Kapelusz, 1974.
43. LAVAR. A extensão na UFMG. Belo Horizonte, 1971.
44. LEMUS, Luis Arturo. Evaluación del rendimiento escolar. Buenos Aires, Kapelusz, 1974.
45. LINDQUIST, E.F. Educational measurement. American Council of education, 1963.
46. MADSEN, K.B. Teorias de la motivacion. Buenos Aires, Paidós, s/d.
47. MARQUES, J.C. Um paradigma para análise do ensino. Porto Alegre, UFRGS. Cursos de pós-graduação em educação, 1973 (mimeo).
48. _____ et alii. Educadores de amanhã: análise e reformulação do curso de Pedagogia. Porto Alegre, UFRGS, Cursos de pós-graduação em educação, 1974.
49. MENDES, A.D. Condicionantes e restrições da extensão universitária. (Apresentado durante o Seminário sobre Extensão Universitária, UFRGS, 1976). Porto Alegre, UFRGS, novembro de 1976. (apontamentos, mimeo).
50. MENDES, D.T. Desenvolvimento, tecnologia e universidade. Revista de Cultura. Petrópolis, Vozes, 60 (6) : 421-32, ago/1974.
51. NIE, Norman H. HULL, C. Hadlai, JENKINS, Jean, STRINBRENNER, Korin, BEIT, Dale H. Statistical package for the social sciences. McGraw Hill, 1975.
52. NOLL, Victor H. Introdução às medidas educacionais. São Paulo, Pioneira, 1965.
53. OLIVEIRA, Léa et alii. A reforma universitária : pressupostos gerais e implantação na UFRGS. (Trabalho apresentado na reunião do CRUB, Florianópolis, jan/1977). Porto Alegre, UFRGS, 1977.
54. OPNER, Stanford L. Análise de sistemas empresariais. Rio de Janeiro, Livros técnicos e científicos, 1973.
55. ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. Methods and statistical needs for educational planing. Paris, O.E.C.D. Publications, 1976.
56. PERKINS, A.J. The university as an organization. California, McGraw Hill, 1973.
57. POIGNANT, R. Curso de planejamento da educação. São Paulo, Saraiva, 1976.
58. PORTUANDO, J.A. Avaliação da difusão cultural e extensão na América Latina. México, 1972 (Apresentação durante a II Conferência Latinoamericana de difusión cultural y extension, México, fevereiro, 1972).

59. RIBEIRO, Darcy. La universidade nueva - un proyecto. Buenos Aires, Ciencia Nueva, 1973.
60. ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A extensão universitária como terceira função da universidade. A extensão na UFMG. Belo Horizonte, UFMG, 1977.
61. RODRIGUES, A. Psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 1972.
62. SCRIVEN, Michael & STUFFLEBEAM, Daniel. Avaliação educacional II. Trad. José Camilo dos Santos Fº e Maria Angela Vinagre de Almeida. Petropolis, Vozes, 1978.
63. SCHIEFELBEIN, Ernesto. Teoría, técnicas, procesos y casos en el planeamiento de la educación. Buenos Aires, El Ateneo, 1974.
64. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 4a. ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
65. SOUZA, E.M. Plano de trabalho da extensão universitária. Brasília, MEC, 1975.
66. _____. O sistema de ensino superior. Brasília, MEC, 1976 (apresentado durante o Treinamento para formação de recursos humanos para a extensão, Goiânica, julho de 1976).
67. SPIEGEL, Murray. Estatística. Trad. Pedro Cosentino. RJ. McGraw-Hill, 1971.
68. STANDOP, Ewald. Como preparar monografias e informes. Buenos Aires, Kapelusz, 1976.
69. STUFFLEBEAM, D. et alii. Educational evaluation and decision making. Illinois, F. E. Peacock Publishers, 1972, 3a. ed.
70. _____. Avaliação educacional e tomada de decisões, in WOETHER, R. B. e SANDERS, J.R. Educational evaluation : theory and practice. Ohio, Charles A. Jones Publ., 1973, p. 128-142. Tradução de Olga Barroca e Maria Eleonora de Araujo Brandt (mimeo).
71. SUCUPIRA, N. A condição atual da universidade e a reforma universitária. Brasília, MEC, 1972 (mimeo).
72. SUMMERS, Geve F. Medicion de actitudes. México, Trillas, 1976.
73. TOURAINÉ, Alain. Université et société aux États-Unis. Paris, Seuil, 1972.
74. _____. O silêncio da universidade. Revista brasileira de estudos pedagógicos. Rio de Janeiro, INEP, 60 (133) : 22-30, jan/mar/1974.
75. TYLER, R.W. General statement on evaluation. The journal of educational research, 35 : 492-501, 1942.
76. _____. Princípios básicos de currículo e ensino. Porto Alegre, Globo, 1974.
77. TUCKMAN, Bruce W. Conducting educational research. New York, Harcourt, Brace & Janovich, 1972.
78. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Textos e documentos sobre extensão na universidade. Belo Horizonte, São Vicente, 1974.
79. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Regimento geral. Porto Alegre, UFRGS, 1971. (1)
80. _____. Estatuto. Porto Alegre, UFRGS, 1971. (2)
81. _____. Resoluções 1973/COCEP. Porto Alegre, UFRGS, 1974.

82. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - COPERT 1 - manual de normas e procedimentos. Porto Alegre, UFRGS, 1976.
83. _____. Quatro anos de administração universitária : a consolidação da reforma (relatório da gestão IVO WOLFF - 1972/76). Porto Alegre, UFRGS, 1976.
84. _____. Pró-Reitoria de Extensão. UFRGS, potencialidades de prestação de serviços. Porto Alegre, 1978.
85. _____. A atividade de extensão na UFRGS. Porto Alegre, PROEXT, s/d.
86. _____. A reforma universitária : pressupostos gerais e implantação na UFRGS. Porto Alegre, UFRGS, PROPLAN, série estudos e projetos nº 4, 1979.(1)
87. _____. Manual de informações acadêmicas e administrativas. Porto Alegre, UFRGS, PROPLAN, 1979 (2).
88. _____. Instrução nº 001/80 - PROEXT. Porto Alegre, PROEXT, 1980.
89. VIANNA, Heraldo. Testes em educação. São Paulo, IBRASA, 1976.
90. WATKINS, Beverly. Continuing education : big business at university of California's Los Angeles University Extension. The chronicle of higher education. Los Angeles, 12 (17), 1976.
91. WEBB, Eugene et alii. Unobtrusive measures : nonreactive research in social sciences. Chicago, Rand McNally, 1966.
92. WOETHEM, R.B e SanTERS, J.R. Educational evaluation : Theory and practice. Washington, Ohio. Charles A. Jones Publishing company, 1973.
93. WRIGHT, Richard. Extensão : perspectivas para amanhã. Porto Alegre, UFRGS, 1976. (Apresentado durante o Encontro sobre Extensão Universitária para Dirigentes da UFRGS, Porto Alegre, novembro de 1976) (mimeo).

A N E X O S

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS PARA DOCENTES
(Modelo)

Porto Alegre,

Senhor(a) Professor(a):

Vossa Senhoria deve ter formado um conceito sobre a realidade da atividade extensionista na Universidade Federal do Rio Grande do Sul que gostaríamos de conhecer.

Isso porque nosso objetivo é verificar e avaliar alguns aspectos relativos à extensão, no que se refere à sua institucionalização e operacionalização a nível desta Universidade e, a partir daí, propor alternativas para oferecimento de melhores condições para se atingir maior eficácia nas realizações futuras.

Para isso, o que V.Sa. pensa sobre o assunto é fundamental.

Assim, foi elaborado um questionário (anexo) com perguntas compostas de cinco alternativas para resposta; abaixo de cada grupo de alternativas, seguem-se linhas pontilhadas, que se destinam a justificativas e observações referentes à opção que V.Sa. escolher para cada pergunta, sendo consideradas tão importantes as opções assinaladas quanto as observações a serem feitas.

Esclarecemos que podem ser dadas respostas com total segurança pois, além de confidenciais e não identificáveis (o questionário não deverá ser assinado), as respostas serão utilizadas apenas para fins de pesquisa.

É fundamental que o questionário seja respondido em sua íntegra, sendo igualmente importante toda e qualquer informação adicional que V.Sa. quizer fornecer, tendo sido destinado para este fim o verso da folha final.

Depois de preenchido, o que V.Sa. terá a fazer é devolvê-lo através das vias internas de tramitação da Universidade, colocando-o no envelope-resposta que o acompanha.

A colaboração de V.Sa. nesta pesquisa é importante tanto para a pesquisadora, para fim de obtenção de título de Mestre em Educação, quanto para esta Universidade.

Atenciosamente,

Profa. Ana Maria Dalla Zen
Pesquisadora

1. Assinale sua categoria docente, dentro de acordo com a relação abaixo :
- () Diretor de Unidade
 - () Chefe de Departamento
 - () Professor que já atuou em extensão como Coordenador ou Ministrante
 - () Representante de Unidade junto a Comissão de Extensão
2. Assinale a área de conhecimento a que pertence sua Unidade Universitária :
- () Área I - Ciências Exatas e Tecnologia
 - () Área II - Ciências Biológicas
 - () Área III - Filosofia e Ciências Humanas
 - () Área IV - Letras e Artes
3. A atividade de extensão foi implantada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul dentro da política nacional traçada pelo Ministério de Educação e Cultura com o objetivo específico de integrar a universidade à comunidade de forma direta, através da realização de cursos de extensão, atividades artístico-culturais e prestação de serviços comunitários . Para operacionalizá-la , foi estabelecido um plano de ação, adequando os objetivos nacionais aos interesses e características da comunidade servida pela UFRGS. Na sua opinião, as normas vigentes explicam claramente o conceito, objetivos e mecanismos de ação da atividade de extensão no âmbito desta Universidade ?
- () Totalmente
 - () Em grande parte
 - () Pouco
 - () Não
 - () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

4. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram criadas quatro Comissões de Extensão e a Pró-Reitoria de Extensão, com a finalidade de coordenarem e supervisionarem a execução dos projetos de extensão em observância à política de extensão definida pelo Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa. Na sua opinião, a delimitação de funções e atribuições dos dois setores, Comissões de Extensão e Pró-Reitoria de Extensão, é específica e inconfundível ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

5. Dentro da política de extensão traçada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o conceito e os objetivos são claros e operacionalizáveis, na sua opinião ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

6. Pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a extensão, o ensino e a pesquisa passaram a representar as três funções básicas do ensino superior, de igual importância para a consecução dos objetivos da vida universitária. Você concorda com a afirmação acima, de que as três devam merecer a mesma importância ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

7. De acordo com a determinação da Lei nº 5.540, ensino, pesquisa e extensão passaram a ter igual importância como funções da universidade . Na sua opinião, a essa determinação coincide remuneração, reconhecimento na carreira docente e outros incentivos docentes equivalentes aos professores que atuam em extensão, ensino ou pesquisa ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

8. Você concorda que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de acordo com o teor da Lei nº 5.540, já se estruturou formalmente, através do estabelecimento de normas, resoluções e decisões, no sentido de equiparar totalmente o ensino à pesquisa e à extensão?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

9. Considerando-se a UFRGS como um sistema voltado para consecução de determinados objetivos e metas, tem todas suas atividades executadas dentro de um processo que implica em planejamento, execução e avaliação dos planos, identificando falhas e êxitos. Você considera que as atividades de extensão são realizadas dessa forma, isto é, são planejadas com antecedência e tem sua execução e resultados acompanhados e avaliados ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

10. Para coordenar a realização de atividades de extensão, exercendo controle sobre os planos executados, foram criadas a Pró-Reitoria de Extensão e quatro Comissões de Extensão, uma para cada área de conhecimento . Na sua opinião, verifica-se que as atividades de extensão somente são realizadas mediante prévia aprovação por aqueles setores ?

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Algumas vezes
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

11. Considerando-se que, pelas determinações contidas na Lei nº 5.540, as atividades de extensão devem ser realizadas de forma integrada com o ensino e a pesquisa, conclui-se que elas devam ser planejadas dentro dos planos departamentais e dos docentes . Pelo que você vem observando, os projetos de extensão tem sido incluídos nos planos de trabalho e carga horária dos docentes que atuam nessa área ?

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Algumas vezes
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

12. Pela reforma universitária, o departamento passou a ser considerado a célula básica da estrutura universitária, responsável pelo ensino, pesquisa e extensão realizadas dentro de sua área de abrangência. Na sua opinião, os departamentos têm participado e colaborado para consecução dos objetivos da atividade extensionista, realizando programas de acordo com sua capacidade e potencialidades?

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Algumas vezes
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

13. De acordo com a reforma universitária, os planos de extensão devem obedecer ao princípio da departamentalização. Pelo que você observa, os projetos de extensão da UFRGS são realizados com participação direta dos departamentos, envolvidos no planejamento e execução das atividades?

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Algumas vezes
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

14. Na sua opinião, já que existem quatro Comissões de Extensão e a Pró-Reitoria de Extensão, os departamentos DEVEM ser ouvidos para emitirem parecer sobre as atividades de extensão cujo conteúdo lhes diga respeito?

- Sempre
- Na maioria das vezes
- Algumas vezes
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

15. A UFRGS organizou um esquema de divulgação específico para fazer chegar aos interessados informações sobre as atividades a serem realizadas. Que conceito você atribui à divulgação dos cursos de extensão como vem sendo feita ?

- Excelente
- Satisfatória
- Regular
- Pêssima
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

16. Como a extensão é uma inovação implantada há pouco na UFRGS, pressupõe a existência de fatores de motivação para que o corpo docente assumira esse novo encargo . A seu ver, a remuneração, o reconhecimento para progressão funcional, a disponibilidade de recursos materiais, humanos e financeiros e de carga horária podem ser considerados satisfatórios, a ponto de servir como incentivo para a atuação docente em extensão ?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

17. Indique cinco motivos que, na sua opinião, serviriam para aumentar o número de docentes que atuam em extensão na UFRGS (recursos financeiros , eliminação de entraves burocráticos, remuneração, incentivos funcionais, por exemplo), numerando-os de 1 (mais importante) a 5 (menos importante) .

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Obs.: _____

18. Pela Resolução nº 4/73 do Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa (COCEP) , é aberta a possibilidade de que alunos, outros setores ou pessoas interessadas tomem a iniciativa de propor a realização de projetos de extensão. Que grau de importância você atribui à oportunidade de que os alunos proponham a realização de atividades de extensão ?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

19. Fazendo uma avaliação geral das atividades de extensão já realizadas pela UFRGS relacionadas ao seu Departamento ou Unidade, você considera que elas tem correspondido às expectativas dos participantes ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

20. A toda atividade de extensão da UFRGS corresponde a concessão de um certificado de frequência ou aproveitamento. Que importância você atribui ao certificado como estímulo à atuação em extensão ?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

21. Um dos objetivos específicos da atividade de extensão propostos pelo Ministério da Educação e Cultura é a aplicação de conhecimentos diretamente na comunidade, colaborando para a solução de problemas sociais. Na sua opinião, as atividades de extensão da UFRGS tem sido satisfatórias nesse sentido ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

22. Dentro dos objetivos de integração à comunidade, a seu ver a UFRGS tem executado projetos de extensão voltados ao atendimento a solicitações e necessidades de diferentes setores da comunidade ?

- Sempre
- Muitas vezes
- Algumas vezes
- Nunca
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

23. Um objetivo específico traçado dentro da política nacional de extensão é a execução de planos voltados para a atualização profissional de egressos, numa forma de educação permanente. Na sua opinião, a UFRGS tem realizados programas voltados diretamente para profissionais de nível superior, reforçando sua atuação junto às entidades onde desempenham as suas funções profissionais ?

- Sempre
- Muitas vezes
- Algumas vezes
- Nunca
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

24. Outro objetivo específico delimitado para a extensão é a aplicação de conhecimentos a diferentes clientela, desde grupos sem escolarização até profissionais graduados. Na sua opinião, a UFRGS tem se destacado na aplicação e transmissão de conhecimentos a diferentes grupos, através da execução de programas de extensão ?

- Sempre
- Muitas vezes
- Algumas vezes
- Nunca
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

25. Sendo o País deficitário em educação a qualquer nível, uma proposição feita pelo Ministério da Educação e Cultura é a de que as universidades utilizem todo seu potencial de recursos (espaço, tempo, recursos humanos, e - quipamentos e instalações, etc.) que permanecem ociosos durante determinados períodos de tempo (férias, turno da noite, fins de semana, etc.) na realização de projetos de extensão, em benefício da demanda social de educação . Na sua opinião, a UFRGS tem usado convenientemente seus recursos ociosos nesse sentido ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

26. Uma forma de integração da universidade à comunidade proposta para a extensão é o intercâmbio com outras instituições para que, mediante a união de recursos, sejam executados programas voltados para o desenvolvimento e integração da comunidade. Na sua opinião, a UFRGS tem atuado satisfatoriamente nesse sentido, assinando convênios e contratos de forma e em número condizentes com seu potencial para realização de planos de extensão, voltadas especialmente à realização de planos de formação profissional a nível de 1ª e 2ª graus ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

27. De acordo com a política de extensão traçada pelo Ministério da Educação e Cultura, o sistema de estágios de alunos em empresas e setores da comunidade é uma forma de ação da atividade extensionista. Na sua opinião, o sistema de estágios vigente na UFRGS tem se caracterizado como forma de integração à comunidade, oferecendo aos alunos oportunidades de tomarem contato com o futuro ambiente de trabalho ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

28. Na sua opinião, a UFRGS vem mantendo eficientes sistemas de cooperação e intercâmbio com outras instituições com a finalidade de realização de planos de prestação de serviços e programas de desenvolvimento regional e nacional ?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

29. A atividade de extensão pode assumir várias formas de ação ; entre elas , as mais comuns são a realização de projetos na área de ensino, a prestação de serviços e a difusão artístico-cultural . No seu ponto de vista , que conceito pode ser atribuído à UFRGS pela qualidade dos projetos de difusão artístico-cultural realizados (artes plásticas, música, dança, rádio, planetário, editora, divulgação científica, teatro, etc.) ?

- Excelente
- Muito bom
- Regular
- Pêssimo
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

30. Todo o estabelecimento de ensino superior assume um papel definido dentro da comunidade em que se situa, dele sendo esperados determinados desempenhos, de acordo com sua posição . Na sua opinião , a UFRGS tem criado novas linhas de ação extensionista para realização de atividades em número e variedade condizentes com seu prestígio, posição e potencial ?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

31. De acordo com instrução do Ministério de Educação e Cultura, a extensão deve se constituir num mecanismo de realimentação das demais funções da Universidade, fornecendo informações para avaliação dos currículos e das linhas de pesquisa em andamento. Na sua opinião, a UFRGS tem se utilizado dos dados das atividades de extensão para alterar e adequar o seu ensino e pesquisa às reais necessidades da comunidade ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

32. Um dos objetivos da extensão é a colaboração da universidade para impulsionar o desenvolvimento regional do País, em seus múltiplos aspectos (sociais, econômicos, políticos, culturais, etc.) Qual o conceito que você atribui à atuação da UFRGS, nesse sentido ?

- Excelente
- Muito bom
- Regular
- Pêssimo
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

33. Se você tiver outras informações a dar, utilize o espaço abaixo. Sua colaboração é considerada muito valiosa para os objetivos deste trabalho. Muito obrigado.

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS PARA ALUNOS (Modelo)

Porto Alegre,

Senhor(a) Acadêmico(a):

Como você já participou de atividades de extensão realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, na condição de aluno desta universidade, deve ter formado um conceito sobre a eficiência do sistema implantado que gostaríamos de conhecer.

Isso porque nosso objetivo é verificar e avaliar alguns aspectos relativos à extensão, quanto à sua institucionalização na Universidade, quanto às condições em que vem se realizando os projetos e quanto ao sentido que tem para os alunos a atuação em extensão. Para isso, o que você pensa sobre o assunto é fundamental.

Com esse objetivo, foi elaborado um questionário, em anexo, com perguntas compostas de cinco alternativas de respostas, devendo ser escolhida apenas uma das opções. Abaixo de cada pergunta seguem linhas pontilhadas, destinadas a outras observações que você julgar pertinentes sobre a questão avaliada; tais informações serão consideradas tão importantes quanto as opções assinaladas.

Esclarecemos que as respostas são confidenciais e serão utilizadas apenas para fins de pesquisa. Como não há interesse na identificação do respondente, solicitamos não seja assinado o questionário.

Depois de preenchê-lo, o que você terá que fazer será apenas colocá-lo numa caixa de coleta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, dentro do envelope que o acompanha, já devidamente endereçado e selado para resposta.

Agradecendo mais uma vez sua colaboração, informamos que os resultados desta pesquisa serão muito importantes para a pesquisadora, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Atenciosamente,

Profa. Ana Maria Dalla Zen
Pesquisadora

1. Assinale a área de conhecimentos a que se vincula o seu curso de graduação:

- Área I - Ciências Exatas e Tecnologia
- Área II - Ciências Biológicas
- Área III - Filosofia e Ciências Humanas
- Área IV - Letras e Artes

2. A atividade de extensão foi implantada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul dentro da política nacional traçada pelo Ministério de Educação e Cultura com o objetivo específico de integrar a universidade à comunidade de forma direta, através da realização de cursos de extensão, atividades artístico-culturais e prestação de serviços comunitários. Para operacionalizá-la, foi estabelecido um plano de ação, adequando os objetivos nacionais aos interesses e características da comunidade servida pela UFRGS. Na sua opinião, as normas vigentes explicam claramente o conceito, objetivos e mecanismos de ação da atividade de extensão no âmbito desta Universidade ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

3. Dentro da política de extensão traçada pela UFRGS, o conceito e os objetivos são claros e operacionalizáveis, na sua opinião ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

4. Pela Lei nº 5.540, de 28/11/1968, a extensão, o ensino e a pesquisa passaram a representar as três funções básicas do ensino superior, de igual importância para a consecução dos objetivos da vida universitária. Você concorda com a afirmação acima, de que as três devam merecer a mesma importância ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

5. A UFRGS organizou um esquema de divulgação específico para fazer chegar aos interessados informações sobre as atividades a serem realizadas. Que conceito você atribui à divulgação dos cursos de extensão como vem sendo feita ?

- Excelente
- Satisfatória
- Regular
- Pêssima
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

6. Entre os meios de comunicação, os mais utilizados para divulgar projetos de extensão são a televisão, o rádio, jornais e cartazes. Coloque-os em ordem de importância, numerando-os de 1 (o que você julga mais eficiente) a 5 (o que você julga menos eficiente) .

- Televisão
- Jornal
- Rádio
- Cartazes
- Outro (especificar : _____)

Obs.: _____

7. Pela Resolução nº 4/73 do Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa (COCEP), é aberta a possibilidade de que alunos, outros setores ou pessoas interessadas tomem a iniciativa de propor a realização de projetos de extensão. Que grau de importância você atribui à oportunidade de que os alunos proponham a realização de atividades de extensão?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

8. A participação em projetos de extensão é justificada por motivos que variam de pessoa a pessoa, incluindo desde a oportunidade de adquirir novos conhecimentos até a procura de certificados para aumentar currículos, além da oportunidade de conhecer especialistas no assunto, troca de experiência com outros profissionais, etc. Indique cinco motivos que o levam a inscrever-se em atividades de extensão, numerando-os em ordem de importância, de 1 (mais importante) a 5 (menos importante).

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Obs.: _____

9. As tarefas e exercícios práticos executados durante os cursos de extensão que você participou foram adequados e pertinentes aos objetivos propostos?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

10. A toda atividade de extensão da UFRGS corresponde a concessão de um certificado de frequência ou aproveitamento. Que importância você atribuiu o certificado como estímulo à participação de projetos de extensão ?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

11. Um dos objetivos específicos da atividade de extensão universitária propostos pelo Ministério da Educação e Cultura é a aplicação de conhecimentos diretamente na comunidade, colaborando na solução de problemas sociais. Na sua opinião as atividades de extensão da UFRGS tem sido satisfatórias nesse sentido?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

12. Nas atividades de extensão da UFRGS que você participou, verificou-se correspondência entre as exigências (tarefas previstas, avaliação, frequência, etc. e o interesse e condições dos participantes?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

13. Nos projetos da extensão da UFRGS que você participou, o número de horas previstas correspondeu ao tempo necessário para realizar as tarefas propostas?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

14. Os critérios e formas de avaliação (provas objetivas, seminários, relatórios, etc. e o controle de frequência foram estabelecidos de forma racional e condizente com os objetivos propostos?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

15. A relação entre o número de professores que atuaram em atividades de extensão da UFRGS que você participou e o número de inscritos pode ser considerada satisfatória?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

16. A bibliografia utilizada e recomendada nas atividades de extensão demonstrou ser pertinente, variada e atual em relação aos conteúdos tratados ?

Totalmente

Em grande parte

Pouco

Não

Não tenho conhecimento

Obs.: _____

17. No que se refere à qualidade do material gráfico distribuído na forma de polígrafos, cartazes, fichas, etc., você a considera satisfatória ?

Totalmente

Em grande parte

Pouco

Não

Não tenho conhecimento

Obs.: _____

18. Quanto à rapidez e eficiência do pessoal de apoio que atuou nos projetos, preenchendo as inscrições, secretariando os cursos, auxiliando na utilização e manuseio de aparelhos e equipamentos áudio-visuais, etc., que conceito você atribui ?

Excelente

Satisfatória

Regular

Péssimo

Não tenho conhecimento

Obs.: _____

19. No que se refere ao espaço físico (salas, laboratórios, auditórios, etc.) onde se realizaram as atividades de extensão de que você participou, que conceito você atribui, pela adequação de tamanho, iluminação, acústica e demais condições em relação às necessidades dos projetos executados ?

- () Excelente
- () Satisfatório
- () Regular
- () Pêssimo
- () Não tenho conhecimento

Obs.: _____

20. A respeito dos recursos multi-mídia utilizados, na forma de equipamentos áudio-visuais, projeções de filmes e slides, etc., que conceito você atribui quanto às condições técnicas apresentadas, pertinência aos assuntos em estudo, etc. ?

- () Excelente
- () Satisfatório
- () Regular
- () Pêssimo
- () Não tenho conhecimento

Obs.: _____

21. Quanto às condições dos equipamentos e instalações (máquinas, utensílios, aparelhos, instrumentos especiais, etc.) você considera satisfatórias ?

- () Totalmente
- () Em grande parte
- () Pouco
- () Não
- () Não tenho conhecimento

Obs.: _____

22. Quanto à pertinência e exequibilidade (ou seja, o ajuste aos objetivos dos projetos e condições de tempo, recursos materiais, espaço, aparelhos necessários, etc.) das tarefas previstas nas atividades de extensão, que conceito você atribui ?

() Excelente

() Satisfatório

() Regular

() Pêssimo

() Não tenho conhecimento

Obs. : _____

23. As atividades de extensão oferecidas pela UFRGS ajustam-se ao princípio da auto-sustentabilidade financeira sempre que possível, mediante a cobrança de taxas de inscrição para fazer frente às despesas previstas. Você considera que o valor das taxas nas atividades em que participou foram acessíveis e condizentes com os gastos necessários para sua realização e com as condições econômicas dos participantes ?

() Totalmente

() Em grande parte

() Pouco

() Não

() Não tenho conhecimento

Obs.: _____

24. A Pró-Reitoria de Extensão mantém uma equipe de auxiliares administrativos para solução de problemas imprevistos, para expedir certificados, para acompanhar e atuar no processo de tramitação burocrática, etc. Qual o conceito que você atribui a essa equipe, pelo que observou durante as atividades em que participou ?

() Excelente

() Satisfatório

() Regular

() Pêssimo

() Não tenho conhecimento

Obs. _____

25. Para atingir os objetivos propostos em cada projeto de extensão, são selecionadas estratégias de ação, incluindo tarefas, recursos materiais, etc. Nas atividades de extensão em que você participou, as estratégias foram delimitadas de acordo com os objetivos previstos para os projetos ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

26. As atividades realizadas mostraram-se condizentes com os meios disponíveis (tempo, espaço, recursos, interesses e condições dos participantes, etc.) para executá-las ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

27. A seu ver, houve correspondência entre os objetivos apresentados no início das atividades e os resultados obtidos ao final ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

28. Você verificou que houve adequação entre o tempo previsto no cronograma das atividades e o tempo realmente dispendido ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

29. Na sua opinião, as atividades foram estruturadas e realizadas de acordo com a capacidade e interesse dos participantes ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

30. A seu ver, os programas das atividades de extensão de que você participou apresentaram uma sequência lógica quanto à estruturação (ordem dos conteúdos) e conceitos (elementos teóricos dos temas tratados) ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

31. No que se refere à utilidade e importância para sua vida, tanto pessoal quanto profissional, que grau você atribui às atividades de extensão em que participou ?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

32. Quanto à integração entre professores e alunos, você verificou que houve um bom clima , com oportunidade de diálogo e participação crítica entre a lunos e ministrantes ?

- Sempre
- Na maioria das ocasiões
- Em algumas ocasiões
- Nunca
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

33. Que conceito você atribui à importância que as atividades de extensão de que participou representaram para a satisfação e motivação individual dos participantes, de maneira geral ?

- Excelente
- Satisfatório
- Regular
- Pêssimo
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

31. Na sua opinião, a UFRGS tem realizado programas de extensão que demonstram atualidade com os problemas de hoje, quanto os temas e formas de abordagem dos conteúdos es estudo ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

32. Os programas efetivamente executados nos projetos de extensão de que você participou corresponderam aos planos apresentados ao início das atividades ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

33. O sistema educacional brasileiro está atravessando uma série de mudanças para ajustar-se mais diretamente às necessidades sociais. Que importância você atribui no papel destinado à extensão nesse processo ?

- Muita importância
- Grande importância
- Alguma importância
- Nenhuma importância
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

ANEXO III

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS PARA PROFISSIONAIS (Modelo)

Porto Alegre,

Prezado(a) Senhor(a):

Como você já participou de atividades de extensão realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, na condição de profissional dessa comunidade, deve ter formado um conceito sobre a eficiência do sistema implantado que gostaríamos de conhecer.

Isso porque nosso objetivo é verificar e avaliar alguns aspectos relativos à extensão, quanto à sua institucionalização na Universidade, quanto às condições em que vem se realizando os projetos e quanto ao sentido que tem para os profissionais a atuação em extensão. Para isso, o que você pensa sobre o assunto é fundamental.

Com esse objetivo, foi elaborado um questionário, em anexo, com perguntas compostas de cinco alternativas de respostas, devendo ser escolhida apenas uma das opções. Abaixo de cada pergunta seguem linhas pontilhadas, destinadas a outras observações que você julgar pertinentes sobre a questão avaliada; tais informações serão consideradas tão importantes quanto as opções assinaladas.

Esclarecemos que as respostas são confidenciais e serão utilizadas apenas para fins de pesquisa. Como não há interesse na identificação do respondente, solicitamos não seja assinado o questionário.

Depois de preenchê-lo, o que você terá que fazer será apenas colocá-lo numa caixa de coleta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, dentro do envelope que o acompanha, já devidamente endereçado e selado para resposta.

Agradecendo mais uma vez sua colaboração, informamos que os resultados desta pesquisa serão muito importantes para a pesquisadora, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Atenciosamente,

Profª. Ana Maria Dalla Zen
Pesquisadora

1. Assinale a área de conhecimentos a que se vincula sua profissão :

- Área I - Ciências Exatas e Tecnologia
(engenharia, matemática, ciências econômicas, química, física, arquitetura, geologia, geografia, agronomia, etc.)
- Área II - Ciências Biológicas
(biologia, medicina, odontologia, farmácia, educação física, enfermagem, veterinária, etc.)
- Área III - Filosofia e Ciências Humanas
(ciências sociais, história, educação, direito, psicologia, filosofia, biblioteconomia, jornalismo, etc.)
- Área IV - Letras e Artes
(artes plásticas, música, teatro, tradutor e intérprete, letras, etc.)

2. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul organizou um esquema específico para fazer chegar aos interessados informações sobre as atividades de extensão a serem realizadas. Que conceito você atribui à divulgação dos cursos de extensão quanto ao alcance que vem atingindo junto ao seu setor profissional ?

- Excelente
- Satisfatório
- Regular
- Pêssimo
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

3. Entre os meios de comunicação , os mais utilizados para divulgar projetos de extensão são a televisão, rádio, jornais e cartazes. Coloque-os em ordem de importância, numerando-os de 1 (mais eficiente) a 5 (menos eficiente) .

- Televisão
- Jornal
- Rádio
- Cartazes
- Outro (especificar : _____)

Obs. : _____

4. A participação em projetos de extensão é justificada por motivos que variam de pessoa a pessoa, incluindo desde a oportunidade de adquirir novos conhecimentos até a procura de certificados para aumentar currículos, além da possibilidade de conhecer especialistas no assunto, troca de experiência com outros profissionais, etc. Indique cinco motivos que o levam a inscrever-se em atividades de extensão, numerando-os em ordem de importância de 1(mais importante) a 5 (menos importante) .

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Obs.: _____

5. Pela Resolução nº 4/73 do Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa(COCEP) , é aberta a possibilidade de que alunos, outros setores ou pessoas interessadas tomem a iniciativa de propor a realização de projetos de extensão. Que grau de importância você atribui à oportunidade de que os alunos proponham a realização de atividades de extensão ?

- () Muito importante
- () Importante
- () Pouco importante
- () Sem importância
- () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

6. As tarefas e exercícios práticos executados durante os cursos de extensão que você participou foram adequados e pertinentes aos objetivos propostos ?

- () Totalmente
- () Em grande parte
- () Pouco
- () Não
- () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

7. A toda atividade de extensão da UFRGS corresponde a concessão de um certificado de frequência ou aproveitamento. Que importância você atribui ao certificado como estímulo à participação em projetos de extensão ?
- () Muito importante
 - () Importante
 - () Pouco importante
 - () Sem importância
 - () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

8. Um dos objetivos específicos da atividade de extensão propostos pelo Ministério da Educação e Cultura é a aplicação de conhecimentos diretamente na comunidade, colaborando para a solução de problemas sociais. Na sua opinião, as atividades de extensão da UFRGS tem sido satisfatórias nesse sentido ?
- () Totalmente
 - () Em grande parte
 - () Pouco
 - () Não
 - () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

9. Nas atividades de extensão da UFRGS que você participou, verificou-se correspondência entre as exigências (tarefas previstas, avaliação, frequência, etc.) e o interesse e condições dos participantes ?
- () Totalmente
 - () Em grande parte
 - () Pouco
 - () Não
 - () Não tenho conhecimento

Obs.: _____

10. Nos projetos de extensão da UFRGS de que você participou, o número de horas previsto correspondeu ao tempo necessário para realizar as tarefas propostas ?

- () Totalmente
- () Em grande parte
- () Pouco
- () Não
- () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

11. Os critérios e formas de avaliação (provas objetivas, seminários, relatórios, etc.) e o controle de frequência foram estabelecidos de forma racional e condizente com os objetivos propostos ?

- () Totalmente
- () Em grande parte
- () Pouco
- () Não
- () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

12. A relação entre o número de professores que atuaram em atividades de extensão da UFRGS de que você participou e o número de inscritos pode ser considerada satisfatória ?

- () Totalmente
- () Em grande parte
- () Pouco
- () Não
- () Não tenho conhecimento

Obs.: _____

13. A bibliografia utilizada e recomendada nas atividades de extensão demonstrou ser pertinente, variada e atual em relação aos conteúdos tratados ?

- () Totalmente
- () Em grande parte
- () Pouco
- () Não
- () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

14. No que se refere à qualidade do material gráfico distribuído na forma de polígrafos, cartazes, fichas, etc., você a considera satisfatória ?

- () Totalmente
- () Em grande parte
- () Pouco
- () Não
- () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

15. Quanto à rapidez e eficiência do pessoal de apoio que atuou nos projetos, preenchendo as inscrições , secretariando os cursos, auxiliando na utilização e manuseio de aparelhos e equipamentos áudio-visuais, etc., que conceito você atribui ?

- () Excelente
- () Satisfatório
- () Regular
- () Pêssimo
- () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

16. No que se refere ao espaço físico (salas, laboratórios, auditórios, etc.) onde se realizaram as atividades de extensão de que você participou, que conceito atribui, pela adequação de tamanho, iluminação, acústica e de - mais condições , em relação às necessidades dos projetos executados ?

- Excelente
- Satisfatório
- Regular
- Pêssimo
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

17. A respeito dos recursos multi-mídia utilizados, na forma de equipamentos áudio-visuais, projeções de filmes e slides, etc., que conceito você atribui quanto às condições técnicas apresentadas, pertinência aos assuntos em estudo, etc. ?

- Excelente
- Satisfatório
- Regular
- Pêssimo
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

18. Quanto às condições dos equipamentos e instalações (máquinas, utensílios, aparelhos, instrumentos especiais, etc.) você considera satisfatórias ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

19. Quanto à pertinência e exequibilidade (ou seja, o ajuste aos objetivos dos projetos e condições de tempo, recursos materiais, espaço , aparelhos necessários, etc.) das tarefas previstas nas atividades de extensão, que conceito você atribui ?

- Excelente
- Satisfatório
- Regular
- Pêssimo
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

20. As atividades de extensão oferecidas pela UFRGS ajustam-se ao princípio da auto-sustentabilidade financeira sempre que possível, mediante a cobrança de taxas de inscrição para fazer frente às despesas previstas. Você considera que o valor das taxas das atividades em que participou foram acessíveis e condizentes com os gastos necessários para sua realização e com as condições econômicas dos participantes ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

21. A Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS mantém uma equipe de auxiliares administrativos para solução de problemas imprevistos, para expedir certificados, para acompanhar e atuar no processo de tramitação burocrática , etc. Qual o conceito que você atribui a essa equipe, pelo que observou ?

- Excelente
- Satisfatório
- Regular
- Pêssimo
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

22. Para atingir os objetivos propostos, em cada projeto de extensão são selecionadas estratégias de ação, incluindo tarefas, recursos materiais, etc. Nas atividades de extensão de que você participou, as estratégias foram delimitadas de acordo com os objetivos previstos para os projetos ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

23. As atividades de extensão realizadas mostraram-se condizentes com os meios disponíveis (tempo, espaço, recursos, interesses e condições dos participantes, etc.) para executá-las ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

24. A seu ver, houve correspondência entre os objetivos apresentados no início das atividades e os resultados obtidos ao final ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

25. Você verificou que houve adequação entre o tempo previsto no cronograma das atividades e o tempo realmente dispendido ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

26. Na sua opinião, as atividades foram estruturadas e realizadas de acordo com a capacidade e interesse dos participantes ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

27. A seu ver, os programas das atividades de extensão de que você participou apresentaram uma sequência lógica quanto à estruturação (ordem dos conteúdos) e conceitos (elementos teóricos dos temas tratados) ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs. : _____

28. No que se refere à utilidade e importância para sua vida, tanto pessoal como profissional, que grau você atribui às atividades de extensão em que participou ?

- () Muito importante
- () Importante
- () Pouco importante
- () Sem importância
- () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

29. Quanto à integração entre professores e alunos, você verificou que houve um bom clima, com oportunidade de diálogo e participação crítica entre alunos e ministrantes ?

- () Sempre
- () Na maioria das ocasiões
- () Em algumas ocasiões
- () Nunca
- () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

30. Que conceito você atribui à importância que as atividades de extensão de que participou representam para a satisfação e motivação individual dos participantes, de maneira geral ?

- () Excelente
- () Satisfatório
- () Regular
- () Pêssimo
- () Não tenho conhecimento

Obs. : _____

31. Na sua opinião, a UFRGS tem realizado programas de extensão que demonstram atualidade com os problemas de hoje, quanto aos temas e formas de abordagem dos conteúdos em estudo ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

32. Os programas efetivamente executados nos projetos de extensão de que você participou corresponderam aos planos apresentados ao início das atividades ?

- Totalmente
- Em grande parte
- Pouco
- Não
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

33. O sistema educacional brasileiro está atravessando uma série de mudanças para ajustar-se mais diretamente às necessidades sociais. Que importância você atribui ao papel destinado à extensão nesse processo ?

- Muita importância
- Grande importância
- Alguma importância
- Nenhuma importância
- Não tenho conhecimento

Obs.: _____

34. Se você tiver outras informações a dar, utilize o verso da folha. Sua colaboração será muito valiosa para os objetivos deste trabalho. Muito obrigado.

ANEXO IV

FICHA DE OBSERVAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

ESCORES CARACTERÍSTICAS	TOTAL	MUITO	POUCO	NADA	N/OBS.
<p>1. INSTITUCIONALIZAÇÃO</p> <p>1.1. As normas são claras, especificando conceito, objetivos, metas, formas de atuação ?</p> <p>1.2. A distribuição de funções e atribuições entre as Comissões de Extensão e Pró-Reitoria de Extensão são delimitadas ?</p> <p>1.3. Há igualdade legal ao ensino, pesquisa e extensão como atividades docentes ?</p> <p>1.4. Identificam-se etapas de planejamento, execução e controle nos projetos de extensão ?</p> <p>1.5. Verifica-se sistematização ou ocasionalidade no processo de extensão ?</p> <p>1.6. É observada departamentalização no processo de execução e controle ?</p> <p>1.7. São atribuídos incentivos à extensão, formalmente e na prática ?</p>					
<p>2. MOTIVAÇÃO</p> <p>2.1. São identificáveis estímulos, incentivos à atuação docente, discente e profissional em extensão ?</p> <p>2.2. É feito registro e análise dos resultados dos projetos ?</p> <p>2.3. Verifica-se controle quanto a valorização acadêmica e profissional ?</p>					
<p>3. INTEGRAÇÃO</p> <p>3.1. O estágio é considerado formalmente ativ. de extensão, voltada à integração comunitária ?</p> <p>3.2. Verifica-se aspectos de retroalimentação do ensino e pesquisa a partir da extensão ?</p> <p>3.3. Nos convênios firmados, identifica-se objetivos e metas de extensão ?</p> <p>3.4. A divulgação artístico-cult. relaciona-se aos objetivos da atividade de extensão ?</p>					